

LUCAS VINÍCIO DE CARVALHO MACIEL

**GÊNERO E ESTILO NAS MELHORES
REDAÇÕES DO VESTIBULAR UNICAMP**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem, da Universidade Estadual de
Campinas, para obtenção do Título de Mestre em
Linguística Aplicada.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Raquel Salek Fiad

**CAMPINAS
2008**

M187g

Maciel, Lucas Vinício de Carvalho.

Gênero e estilo nas melhores redações do vestibular Unicamp / Lucas Vinício de Carvalho Maciel. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Raquel Salek Fiad.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Bakhtin, M. M. (Mikhail Mikhailovich), 1895-1975. 2. Gêneros discursivos. 3. Estilo. 4. Escrita. I. Fiad, Raquel Salek. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

tjj/iel

Título em inglês: Genre and style in the best vestibular Unicamp compositions.

Palavras-chaves em inglês (Key words): Discursive genre; Style; Writing ; Bakhtin.

Área de concentração: Língua materna.

Titulação: Mestre em Lingüística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Raquel Salek Fiad (orientador), Profa. Dra. Maria Bernadete Marques Abaurre, Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo, Profa. Dra. Maria Augusta Bastos de Mattos (suplente), Prof. Dr. Sírío Possenti (suplente).

Data da defesa: 23/04/2008.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA:

Raquel Salek Fiad

Raquel Salek Fiad

Maria Bernadete Marques Abaurre

Maria Bernadete Marques Abaurre

Sheila Vieira de Camargo Grillo

Sheila Vieira de Camargo Grillo

Sírio Possenti

Maria Augusta Bastos de Mattos

IEL/UNICAMP

2008

A meus pais, Wilson e Elena, por cultivarem
os sonhos de seus filhos.

AGRADECIMENTOS

À minha irmã Aline, meu porto seguro, pelo constante apoio e carinho.

À Raquel, pela orientação cuidadosa todos esses anos, pela disponibilidade incansável de ler meus textos e, principalmente, por me ensinar que sua competência decorre do amor que dedica a seu trabalho.

Às professoras Bernadete e Sheila, pela leitura minuciosa e atenta de meu texto e por suas valiosas contribuições no exame de qualificação.

À Lígia pelo carinho que demonstra ao compreender minhas faltas.

Aos meus amigos de Aguaí, especialmente Karoline, Mateus, Fernando e Marianne, que comigo sonharam o ingresso em uma universidade pública e com quem trilhei os caminhos da vida acadêmica.

À Eliane, verdadeira amiga, que tornou especial cada momento que me permitiu compartilhar com ela no IEL.

À Adriana, por ser no PALE um exemplo de dedicação à pesquisa e por ser na escola um exemplo de professora a todos nós.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa que me possibilitou realizar esta pesquisa com a tranquilidade necessária.

*“Trata-se de livro inacabado porque lhe
falta a resposta”.*

(Trecho da “Dedicatória do autor”, in: LISPECTOR,
Clarice. **A hora da estrela**. 1977, p.10).

RESUMO

Neste trabalho, examino redações eleitas pela Comissão Permanente para os Vestibulares Unicamp (Comvest) como as melhores desse vestibular, a fim de observar se a adequação ao gênero discursivo e o estilo individual de escrita favorecem a boa avaliação dessas redações. O vestibular da Unicamp contempla, em suas propostas de redações, três gêneros: dissertação, carta e narrativa. Considerando-se as possibilidades de realização desta pesquisa de mestrado, apenas os dois primeiros gêneros são analisados, já que ambos se aproximam por seu caráter argumentativo. Segundo a concepção bakhtiniana adotada (BAKHTIN, [1952-1953]), a análise do gênero discursivo deve considerar seus quatro elementos – conteúdo temático, estrutura composicional, estilo e tom – em suas relações indissolúveis e necessariamente perceber as relações dialógicas que o gênero mantém com os enunciados que o cercam. O exame dos textos mostrou grande homogeneidade entre as redações selecionadas pela Comvest, o que se deve a dois fatores: o atendimento às propostas da prova que indicam como o tema deve ser abordado e a opção, de grande parte dos candidatos, por uma estrutura composicional tradicional. Tanto o atendimento adequado às propostas de tratamento temático, quanto a boa realização composicional dos gêneros indicam domínio do gênero, o que certamente contribui para a avaliação positiva dos candidatos. Apesar da homogeneidade dominante, a partir do paradigma indiciário (GINZBURG, 1986, ABAURRE; FIAD; MAYRINK-SABISON, 1997), ainda foi possível encontrar alguns textos com marcas que podem ser tomadas como indícios de estilo individual. Embora os elementos do gênero sejam indissociáveis, de tal modo que a singularidade do texto perpassa todos os aspectos do gênero, observa-se que, nas dissertações, a individualidade do escrevente se mostra de modo mais evidente no tratamento singular do tema, enquanto, no tom volitivo que recobre os textos, pode ser observada uma maior singularidade nas cartas. Como o estilo individual não é diretamente julgado na avaliação das redações, é difícil saber como ele pode influenciar na nota dos textos. Considerando-se, contudo, que de acordo com a posição bakhtiniana, o sujeito é tanto mais capaz de impor sua marca individual ao texto quanto mais domine o gênero discursivo em que escreve, é plausível supor que os textos que trazem mais claramente indícios de estilo cumpram suficientemente bem as exigências básicas do gênero, o que provavelmente já lhes possibilita uma boa avaliação no vestibular.

Palavras-chave: Gêneros discursivos, estilo, escrita, Bakhtin.

ABSTRACT

In this dissertation, I analyze compositions elected by the Comissão Permanente para os Vestibulares Unicamp (Comvest) (Permanent Commission for Unicamp Entrance Exams) as the best of this college entrance exam in order to discuss if the adjust to the discourse genre and the individual style of writing favour the good evaluation of these compositions. Unicamp college entrance exam contemplates in its proposals of compositions three genres: dissertation, letter and narrative. Considering the contingences of realization of this research, only the first two genres are analyzed, since they are similar for their argumentative character. According to the Bakhtinean conception adopted (BAKHTIN, [1952-1953]), the analysis of the discursive genre must consider its four elements – thematic content, compositional structure, style and tone – in their indissoluble relations and necessarily understand the dialogic relations the genre maintains with the enunciations to which it is related to. The examination of the texts pointed out notable homogeneity between the compositions selected by Comvest, which is explained by two factors: obedience to the examination proposals, which indicates how the theme should be approached, and most candidates' choice for a traditional compositional structure. Both the adequate obedience to the proposals of thematic treatment and good accomplishment to compositional structure indicate understanding of the genre, what surely contributes to the positive evaluation of the candidates. In spite of the dominant homogeneity, it was still possible to find in some texts features that can be taken as clues of individual style (according to clue-paradigm of investigation GINZBURG, 1986, ABAURRE; FIAD; MAYRINK-SABISON, 1997). Although the elements of the genre are indissoluble and, in this way, the singularity of the text goes through all the aspects of the genre, it is noticed individuality of the writer to be more evident in the singular treatment of the theme, in the dissertations, and in the volitive tone covering the texts, in the letters. Since the individual style is not explicitly judged in the evaluation of the compositions, it is difficult to know how it can influence the texts grading. Considering, nevertheless, that in accordance with the Bakhtinean position, the subject is so much able to impose his individual mark to the text the more he dominates the discursive genre in which he writes, it is possible to suppose that texts that manifest more clearly style clues accomplish sufficiently well the basic demands of the genre, what probably makes possible their good evaluation in the college entrance exam.

Key words: Discursive genre, style, writing, Bakhtin.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Fundamentação teórica	7
2.1. Uma aproximação do Círculo de Bakhtin	7
2.2. O gênero do discurso nas obras do Círculo de Bakhtin	9
2.3. O estilo individual nas obras do Círculo de Bakhtin	18
3. O gênero do discurso e o estilo nos textos da Comvest	21
3.1. Manuais do candidato	24
3.2. Cadernos de questões	27
3.3. Coletâneas das melhores redações	33
3.4. Caderno comemorativo dos 15 anos de Vestibular Unicamp	43
3.5. Sobre os textos da Comvest	45
4. O gênero do discurso nas redações do vestibular Unicamp	47
4.1. Dissertação	50
4.2. Carta	66
4.3. A homogeneidade das redações: estabilidade do gênero e indicações sobre o tema ...	80
5. Os indícios de estilo individual nos diferentes gêneros discursivos	85
5.1. Dissertação	87
5.2. Cartas	108
6. Considerações finais	127
6.1. Relações entre os conceitos bakhtinianos e a correção da Comvest	127
6.2. Possíveis contribuições da análise de textos sob a perspectiva bakhtiniana	130
6.3. O estilo no dialogismo	132
7. Referências bibliográficas	135
8. Anexo	139
8.1. Proposta do tema A e coletânea do vestibular de 1999	139
8.2. Propostas dos temas A e C e respectivas coletâneas do vestibular de 2000	144
8.3. Propostas dos temas A e C e respectivas coletâneas do vestibular de 2001.....	150
8.4. Propostas dos temas A e C e respectivas coletâneas do vestibular de 2002.....	156

8.5. Propostas dos temas A e C e respectivas coletâneas do vestibular de 2003	163
8.6. Propostas da dissertação e da carta e coletânea do vestibular de 2004	168
8.7. Propostas da dissertação e da carta e coletânea do vestibular de 2005	174
8.8. Propostas da dissertação e da carta e coletânea do vestibular de 2006	179

1. Introdução

Durante o ensino fundamental e o ensino médio, as disciplinas de “Português” sempre me cativaram, em especial o trabalho com textos. Assim, há muito tempo me interessei por “redação” e, após o ingresso no curso de Letras do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, esse interesse aumentou ainda mais através do contato com instigantes discussões sobre a escrita e sua aquisição.

Já no primeiro semestre de graduação cursei a disciplina “Estudos do Letramento”, ministrada pela professora Raquel Salek Fiad, em que eram debatidas questões como a da aquisição da escrita. Foi a partir dessa disciplina que comecei a lidar com dados, a partir dos quais elaborei minhas duas pesquisas de iniciação científica: “As concepções de estilo em contexto escolar”, realizada de junho de 2002 a julho de 2004, e “Indícios de autoria em dados de aquisição da linguagem escrita”, realizada de agosto de 2004 a junho de 2005. Essas pesquisas estavam profundamente embasadas nas discussões sobre a linguagem desenvolvidas pelos intelectuais do Círculo de Bakhtin. Porém, as redações, que sempre me atraíram, não foram objeto específico de nenhuma e quando redações foram analisadas nessas pesquisas, elas não haviam sido escritas em situação de vestibular, situação que também sempre me suscitou vivo interesse. Apesar do incentivo da professora Raquel em que eu analisasse redações do vestibular, acreditava-me muito próximo aos vestibulandos, pois sentia que, havia pouco, era eu quem escrevia minha redação no vestibular.

Entretanto, o fascínio pelas redações continuava presente e o mestrado pareceu-nos um momento adequado para analisá-las. As idéias sobre a pesquisa e a escolha do *corpus* ocorreram quase que concomitantemente. Uma de nossas questões iniciais era: os conceitos de gênero do discurso e de estilo, entendidos sob a perspectiva bakhtiniana, poderiam contribuir para uma nova forma de análise de redações, na medida em que se tomassem esses textos como discursos marcados pelo dialogismo e influenciados pela esfera de comunicação em que se realizam? Seria possível verificar, em redações, características que indicassem que elas pertenceriam a este ou àquele gênero do discurso,

sem com isso cair num certo “formalismo”, tão combatido pelos intelectuais do Círculo de Bakhtin?

Prontamente as coletâneas das melhores redações do vestibular Unicamp, publicadas pela Comissão Permanente para os vestibulares Unicamp (Comvest), surgiram-nos como uma boa opção para a constituição do *corpus* de análise da pesquisa. Além da facilidade de acesso a esse material, essas redações possuíam uma característica extremamente relevante para nossas perguntas: foram institucionalmente (pela Comvest) bem avaliadas, do que poderíamos supor que representavam aquilo que era socialmente esperado nos gêneros a que se filiavam. Disso decorreu uma primeira hipótese: a adequação ao gênero poderia ser relevante para a boa avaliação dessas redações.

Outra de nossas questões era: haveria em redações espaço para a emergência de traços de estilo? As redações eleitas pela Comvest como as melhores também pareceram um *corpus* apropriado para considerar essa questão, já que provavelmente foram produzidas por escritores proficientes, que possivelmente teriam um maior domínio do gênero, o que, por conseguinte, poderia lhes permitir que se expressassem com uma maior individualidade. Disso decorre outra questão: caso houvesse um estilo individual marcado, isto também contribuiria para a boa avaliação dessas redações?

Como as redações a serem analisadas foram escritas na situação específica do vestibular Unicamp, imaginamos que investigar as publicações da Comvest seria relevante, pois elas poderiam trazer informações que influenciaram os candidatos na confecção de seus textos. Ou seja, se prescindíssemos dessa análise, poderíamos tomar como característica do gênero algo que, na verdade, vinha das indicações da Comvest. Além disso, acreditávamos que o exame dos textos da Comvest poderia nos indicar como a instituição julgava a adequação ao gênero e a emergência do estilo individual.

Assim, tínhamos as seguintes questões: era possível observar características recorrentes nas redações, a partir das quais pudéssemos delimitar de algum modo certos gêneros do discurso? A avaliação positiva das redações no vestibular se relacionaria com sua adequação a determinado gênero discursivo? Seria possível encontrar indícios de estilo em redações de escritores proficientes? Este estilo individual também teria relação com as boas notas das redações?

Antes de iniciar a análise das redações, a fim de responder estas questões, procurei aprofundar a discussão sobre estilo e gênero dentro da óptica bakhtiniana. Isso é realizado no segundo capítulo em que percorro diferentes obras dos seguintes autores do Círculo: Bakhtin, Voloshinov e Medvedev. Cada um desses distintos autores estuda, a sua maneira, a linguagem, mas é possível ver um diálogo entre suas obras, pois eles compartilharam as mesmas discussões desenvolvidas no Círculo. Assim, uma idéia desenvolvida por algum deles, muitas vezes, parece encontrar ecos (respostas) em textos dos outros.

Ao lado disso, a viagem por diversas obras dos autores mostra-se conveniente, pois a reflexão desenvolvida por eles seguiu um caminho de constante reformulação (sem chegar jamais a uma proposição final). Somente procurando entender como cada texto representa um passo provisório neste caminho, é possível ter uma visão mais ampla dessa reflexão. Os textos se complementam: as discussões trazidas por uns são retomadas, reelaboradas, aprofundadas em outros. Através da leitura dessas diferentes obras, procurei estabelecer, provisoriamente também, certos conceitos de gênero e de estilo, a partir dos quais pude analisar as redações.

Assumo, assim, fundamentado nessas leituras, que qualquer enunciado só é satisfatoriamente compreendido no interior das relações dialógicas, pois ele dialoga sempre com enunciados precedentes que considera em sua constituição e, além disso, sempre se dirige a respostas futuras, que podem ser verbalizadas em outros enunciados. Como o gênero é uma forma típica de enunciado, ele deve igualmente ser entendido em suas relações dialógicas.

Além disso, na análise do gênero sob a concepção bakhtiniana, quatro elementos se mostram fundamentais: tema, composição, estilo e tom. Como esses elementos guardam entre si relações indissolúveis, o estudo do estilo depende de sua (necessária) relação com o gênero.

Uma vez adotada certa concepção de gênero e estilo, antes de entrar efetivamente na análise das redações, faltava ainda o exame dos textos da Comvest. Esse trabalho, desenvolvido no terceiro capítulo, possibilitou-me realizar duas tarefas. Primeiramente, pude notar como a instituição concebe gênero e estilo em seus textos,

mesmo que o conceito de gênero seja tratado, muitas vezes, sob a denominação de “tipo de texto”. Em segundo lugar, isso tornou possível criar hipóteses sobre como os textos da Comvest – com suas indicações sobre gênero e estilo – poderiam influenciar os candidatos na confecção de suas redações.

Uma vez realizadas essas etapas iniciais, ou seja, com conceitos – razoavelmente definidos – de gênero e de estilo, numa perspectiva bakhtiniana, e atento às indicações presentes nos textos da Comvest, passei à análise das redações. Embora o vestibular da Unicamp contemple, em sua proposta de redação, a possibilidade do candidato escolher entre três gêneros distintos – dissertação, narração e carta argumentativa –, considerando as indicações que nos foram propostas no exame de qualificação, optamos por analisar apenas a dissertação e a carta, já que esses gêneros se aproximam por seu caráter argumentativo. Além disso, o trabalho de análise das narrativas poderia resultar muito extenso, considerando-se as possibilidades de uma pesquisa de mestrado.

A análise das redações teve dois objetivos diferentes. O primeiro era buscar nas redações recorrências que pudessem ajudar na definição dos gêneros aqui analisados: dissertação e carta argumentativa. Assim, no quarto capítulo, redações que possuem características comuns a grande parte dos textos daquele gênero são analisadas em função de seu conteúdo (temático), composição, estilo e tom. Além disso, passo pelas propostas de redação do vestibular da Unicamp de 1999 a 2006 com intuito de dar uma visão geral de como os vestibulandos atenderam, de modo bastante similar, a essas propostas. A homogeneidade de grande parte das redações é debatida, então, no final do capítulo, relacionando-se os aspectos do gênero e as propostas de redações da Comvest.

O segundo objetivo do estudo das redações é concretizado no quinto capítulo em que comparo algumas redações, a partir das quais discuto a possibilidade de assumir certas marcas de escrita como indícios de estilo individual. Frente à homogeneidade de boa parte das redações, que mostram a estabilidade do gênero, em alguns textos parece possível vislumbrar indícios de estilo, o que pode ser entendido como a flexibilidade do gênero, que permite ao escrevente imprimir sua singularidade na escrita.

O trabalho de análise das redações, seja procurando identificar traços gerais característicos dos gêneros, seja formulando hipóteses sobre o estilo individual, conduziu-

me a reflexões expostas no sexto e último capítulo, em que destaco como a abordagem bakhtiniana pode contribuir para os estudos de textos. São contribuições relevantes a assunção do tema no interior das relações dialógicas e a importância dada ao tom, traço do enunciado, muitas vezes, desconsiderado ou esquecido. Além disso, com relação à questão do estilo, vale notar que na perspectiva bakhtiniana o estilo é percebido, sim, como algo singular de um determinado sujeito, mas, como algo que é também, ao mesmo tempo, determinado pelo gênero em que se materializa e condicionado pelo meio social em que a enunciação particular desse sujeito se concretiza.

2. Fundamentação teórica

“Ser significa comunicar-se pelo diálogo. Quando termina o diálogo, tudo termina.” (BAKHTIN, 1929/1963, p.257).

Uma das minhas propostas nesta pesquisa é aprofundar a discussão sobre os conceitos de gênero do discurso e de estilo, sob a óptica bakhtiniana, a fim de que possa fazer uma análise mais consistente das redações. Esse aprofundamento parece válido na medida em que o pensamento bakhtiniano ainda hoje é muitas vezes abordado de um modo um tanto quanto imediatista, sem que se leve em conta toda a sua complexidade. Assim, um de meus esforços foi tentar adentrar um pouco nesta complexidade e buscar algo além dessa apropriação, por vezes, simplificadora. Antes de entrar nas discussões teóricas, parece-me válido tentar contextualizar um pouco a complicada conjuntura de publicação e circulação de muitas das obras dos pensadores do Círculo de Bakhtin.

2.1. Uma aproximação do Círculo de Bakhtin

No início do século XX, mais especificamente de 1919 a 1929, pensadores russos, entre os quais Mikhail Bakhtin, Valentin Voloshinov e Pavel Medvedev, formaram um grupo de estudos em que eram debatidas questões filosóficas, literárias e lingüísticas. A *posteriori*, adotou-se a denominação de “Círculo de Bakhtin” para se referir a esse grupo de intelectuais. A denominação do grupo, em que se destaca a figura de Bakhtin, justifica-se pela importância de suas reflexões.

Durante esta pesquisa, consultei várias obras desses intelectuais, dentre as quais algumas cuja autoria ainda hoje é debatida. Oficialmente os textos “O método formal nos estudos literários” (MEDVEDEV, 1928) e “Marxismo e filosofia da linguagem” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929) foram publicados sob as assinaturas de Medvedev e de Voloshinov, respectivamente. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, passou-se a atribuir a Bakhtin a autoria dessas obras, ao que tudo indica devido à declaração do lingüista Viatcheslav Ivanov de que elas eram de Bakhtin, mas haviam sido editadas sob a assinatura de seus colegas. Disso decorre a atual controvérsia que paira sobre

a autoria desses textos. Neste trabalho, opto por atribuir a Bakhtin somente as obras em que não há dúvidas quanto a sua autoria, pois como aponta Faraco:

“Bakhtin, a partir da década de 1960 e até a sua morte, teve várias oportunidades concretas de reivindicar a autoria dos textos mencionados [‘O método formal nos estudos literários’ e ‘Marxismo e filosofia da linguagem’] e nunca o fez” (FARACO, 2003, p.14).

Além disso, como lembram os tradutores da versão americana de “Marxismo e filosofia da linguagem”, que atribuem esse texto a Voloshinov (1929), parece um pouco contraditório acreditar que Bakhtin preferiu publicar sob a assinatura de seus amigos a fim de escapar da repressão pela qual passava a URSS na época. Este fato, alegado por alguns daqueles que atribuem a Bakhtin a obra “Marxismo e filosofia da linguagem”, parece incoerente, pois, segundo os tradutores americanos:

(...) ninguém convincentemente explicou porque Bakhtin em 1929 poderia ter usado o nome de seu amigo Voloshinov para Marxismo e Filosofia da Linguagem quando precisamente no mesmo ano o livro de Bakhtin sobre Dostoiévski foi publicado sob seu próprio nome e foi aceito pela crítica Soviética (...) ¹ (MATEJKA e TITUNIK, 1986, p.ix, tradução nossa).

Além disso, esses tradutores, assim como Faraco (*op. cit.*), atestam que:

(...) ele [Bakhtin] se recusou a assinar um depoimento com respeito à alegada autoria quando, pouco antes de sua morte, a agência de publicação oficial Soviética (VAAP) recomendou a ele assiná-lo tendo em vista a lei de direitos autorais.² (MATEJKA e TITUNIK, 1986, p.ix, tradução nossa).

Além dos problemas de autoria, aqueles que mergulham nas obras do Círculo de Bakhtin encontram, pelo menos, mais duas dificuldades: a tradução dos textos e sua recepção no Ocidente (cf. ANDRADE, 1997; BERNARDINI, 1997; CASTRO, 1997; FARACO, *op. cit.*; LIMA, 1997). No caso brasileiro, por exemplo, somente em 2003 foi publicada uma tradução do livro “Estética da Criação Verbal” (BAKHTIN, [1952-1953]) (em que se encontra o texto “Os gêneros do discurso”) do original russo para o português; antes contávamos apenas com o texto vertido para o português a partir da tradução

¹ (...) no one has convincingly explained why Baxtin in 1929 would have used the name of his friend Volosinov for Marxism and the Philosophy of Language when that very same year Baxtin's book on Dostoevskij was published under his own name and was acclaimed by the Soviet critics (...)

² (...) he [Bakhtin] refused to sign an affidavit concerning the alleged authorship when, shortly before his death, the official Soviet publishing agency (VAAP) urged him to sign for the sake of copyright law (...)

francesa. Some-se a isso que os textos bakhtinianos chegaram ao Ocidente de forma bastante aleatória; exemplo disso é que um dos primeiros textos de Bakhtin, “Para uma filosofia do ato” (1919/1921), foi traduzido para o inglês apenas em 1993 (cf. FARACO, *op. cit.*).

Estas questões ganham especial relevância ao se considerar que as concepções do Círculo de Bakhtin se encontram dispersas em vários textos: suas idéias são constantemente esboçadas, elaboradas e reelaboradas em diferentes estudos.

2.2. O gênero do discurso nas obras do Círculo de Bakhtin

Além de obras do próprio Bakhtin, também recorro a obras de Medvedev e de Voloshinov, pois elas podem auxiliar a discussão sobre gênero e estilo. É possível perceber um diálogo entre os textos desses autores, pois, no período do Círculo, eles se encontravam regularmente e as idéias particulares de cada um, ao serem debatidas no grupo, puderam influenciá-los reciprocamente. Será principalmente com base nas concepções de Bakhtin que tecerei as considerações desta pesquisa, mas também, quando se fizer proveitoso, recorrerei aos outros dois autores citados.

Para entender de forma mais abrangente como Bakhtin percebe os gêneros do discurso, parece-me razoável ir além do famoso texto “Os gêneros do discurso” (BAKHTIN, [1952-1953]), buscando as origens do pensamento que é condensado nesta sua obra dos anos cinquenta. Já em 1919, em “Para uma filosofia do ato” (BAKHTIN, 1919/1921) encontra-se algo do que posteriormente figurará em seus debates sobre o gênero discursivo, quando o pensador russo lança premissas filosóficas para a compreensão dos atos humanos. Segundo o autor:

“No dado ponto único onde eu agora estou, ninguém jamais esteve no tempo único e no espaço único do Ser único.” (*op. cit.*, p.58).

Como somente um sujeito ocupa esse lugar único na existência, isso confere a ele uma inescapável responsabilidade, o seu “não-álibi” na existência. É esse sujeito e não outro que ocupa este lugar, independentemente de querer ou assumir esta sua responsabilidade:

“Eu, o um e o único eu, não posso em nenhum momento ser indiferente a (parar de participar de) minha inescapavelmente, obrigatoriamente única vida (...).” (BAKHTIN, 1919/1921, p.59).

A idéia da responsabilidade do homem sobre seus atos pode ser relacionada à concepção, desenvolvida em “Os gêneros do discurso” (BAKHTIN, [1952-1953]), de que uma palavra ou oração só se torna um enunciado, um discurso, quando um autor a assume para si. O enunciado é um ato de responsabilidade do seu autor.

Além disso, no texto sobre os gêneros do discurso, Bakhtin ([1952-1953], p.289) atesta como uma das características do enunciado seu “elemento *expressivo*, isto é, a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido de seu enunciado”. Em 1919, Bakhtin (1919/1921, p.50-51), havia afirmado que: “Tudo que é realmente experimentado é (...) entoado, tem um tom emocional-volitivo e entra em relação efetiva comigo dentro da unidade do evento em processo que nos abrange.” É possível perceber ecos dessa idéia, dos anos 20, do homem que entra em contato com a realidade através de atos responsáveis e volitivos sobre a concepção, desenvolvida na década de 50, do enunciado como discurso, com certo tom volitivo, pertencente a determinado autor.

Em 1919, na sua ampla discussão filosófica da vida, Bakhtin estabelece os atos humanos como concretos e únicos. Por sua vez, será Voloshinov, em 1929, agora especialmente voltado às questões da linguagem, que em “Marxismo e filosofia da linguagem” investigará de maneira mais incisiva os atos humanos dentro de seu contexto social e histórico de realização. Para Voloshinov:

“A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929, p.117, grifo do autor).

Os atos humanos, entre os quais a realização da linguagem, ganham na abordagem de Voloshinov uma coloração marxista através da valorização do contexto social da enunciação. O ato agora é o ato na comunicação social. Para Voloshinov, a enunciação só pode ser compreendida a partir da “situação social imediata” (quem são os interlocutores, em que situação real se encontram) e do “meio social” (a que classe social

pertencem esses enunciadore, qual papel ocupam na sociedade, em que época histórica se deu a enunciação). Ou seja, a enunciação só pode ser completamente apreendida no interior de uma interação verbal real, social e historicamente delimitada.

A importância do meio social em que a enunciação se realiza é destacada por Bakhtin logo no início do texto “Os gêneros do discurso”:

“Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana (...)”. (BAKHTIN, [1952-1953], p.261).

Assim, os enunciados – em suas formas típicas, os gêneros do discurso – devem ser tomados em sua realização única no evento da vida, evento que ocorre num determinado contexto social. O gênero está em função dos campos da atividade humana em que se concretiza.

É imperativo notar que a discussão da linguagem como fenômeno social, trabalhada por Voloshinov e também considerada por Bakhtin, liga-se ao fato de boa parte das propostas do Círculo ter como interlocutores diretos os formalistas russos, com quem, explícita ou veladamente, muitos dos textos do Círculo dialogam. Entender a linguagem em seu contexto social é afastar-se da concepção formalista dos enunciados literários como independentes da realidade. O embate com os formalistas encontra sua expressão mais explícita no texto “O método formal nos estudos literários” (1928) de Medvedev, mas permeia também várias obras dos demais integrantes do Círculo.

Medvedev critica, por exemplo, o método formalista de análise literária restrito aos aspectos formais, vistos como independentes do tema. Na crítica formalista de um poema ou de um romance, por exemplo, os aspectos temáticos são praticamente ignorados, examinando-se apenas os aspectos formais, composicionais, do texto. Medvedev ressalta, entretanto, que essa separação da forma e do conteúdo de um texto é impossível já que:

“Não há conteúdo sem forma, como não há forma sem conteúdo.”³
(MEDVEDEV, *op. cit.*, p.222, tradução nossa).

Para Medvedev, cada gênero abrange à sua maneira a realidade, que fornece os

³ No hay contenido sin forma, como no hay forma sin contenido.

temas dos enunciados. Ignorar os temas implica desconsiderar a necessária relação de orientação dos gêneros para a realidade.

Cada gênero é capaz de abarcar tão somente determinados aspectos da realidade. Cada gênero possui determinados princípios de seleção, determinadas formas de visão e de concepção da realidade, determinados graus na capacidade de abarcá-la e na profundidade de penetração nela.⁴ (MEDVEDEV, 1928, p.210, tradução nossa)

Para uma apreciação completa do gênero é imprescindível considerar o tema, pois só através dele se tem acesso à maneira característica como cada gênero se orienta para a realidade. Em sua exposição, Medvedev afirma que “(...) os gêneros líricos, por exemplo, possuem os meios para dar forma conceitual à realidade e à vida que são inacessíveis, ou bem não tão acessíveis para o conto curto ou o drama”⁵ (*op. cit.*, p.213, tradução nossa). Este exemplo ilustra que os diversos gêneros se relacionam de diferentes formas com a realidade.

Bakhtin também se opõe aos formalistas, que, segundo ele, são incapazes de perceber o texto literário como fenômeno social em que conteúdo e forma são indissociáveis, por não distinguirem “forma composicional” e “forma arquitetônica”. Em “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária” (BAKHTIN, 1924), escrito em 1924 e publicado na coletânea de textos “Questões de literatura e de estética: a teoria do romance” (BAKHTIN, 1934-1935), o autor propõe que a forma arquitetônica seria o projeto de dizer do autor e a forma composicional a textualização desse projeto. É a forma composicional que comumente sustenta as apreciações formalistas, mas, para Bakhtin, essa forma sempre está em função da forma arquitetônica. Em função de seu projeto de dizer é que um autor escolhe as formas composicionais que “têm um caráter teleológico, utilitário (...) e estão sujeitas a uma avaliação puramente técnica, para determinar quão adequadamente elas realizam a tarefa arquitetônica” (BAKHTIN, 1924, p.25).

Forma arquitetônica e forma composicional são conceitos diferentes, mas mutuamente dependentes. A forma arquitetônica, o conteúdo a ser expresso, só se realiza

⁴ Cada género es capaz de abarcar tan solo determinados aspectos de la realidad. Cada género posee determinados principios de selección, determinadas formas de visión y concepción de la realidad, determinados grados en la capacidad de abarcarla y en la profundidad de penetración en ella.

⁵ (...) los géneros líricos, por ejemplo, poseen los medios para dar forma conceptual a la realidad y a la vida que son inaccesibles, o bien no tan accesibles para el cuento corto o el drama.

numa forma composicional, assim como, não existe forma composicional que não veicule uma forma arquitetônica, um determinado conteúdo. Diferentemente daquilo proposto pelos formalistas, para Bakhtin:

A principal tarefa da estética é (...) compreender o objeto estético sinteticamente, no seu todo, compreender a forma e o conteúdo em sua inter-relação essencial e necessária: compreender a forma como forma do conteúdo, e o conteúdo como conteúdo da forma (BAKHTIN, 1924, p.69).

Isso mostra que as discussões dos anos 20, sejam elas de Bakhtin, Medvedev ou Voloshinov já trazem noções importantes para a compreensão dos gêneros do discurso, como a relevância do aspecto social em sua realização, bem como a indissociabilidade entre forma e conteúdo. A relação entre o meio social, o tema e a forma é claramente destacada por Voloshinov (1929, p.44):

(...) cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação socioideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre os colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação (“respostas curtas” na “linguagem de negócios”) e enfim o tema, existe uma unidade orgânica que nada pode destruir.

Além disso, segundo os integrantes do Círculo, o gênero, sempre tomado em seu contexto social de enunciação, apresenta, além da forma e do conteúdo, outro elemento constitutivo: o estilo. Conforme Bakhtin ([1952-1953], p.261), “esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado”.

Para os pensadores do Círculo um ponto de primordial interesse em relação ao estilo são as formas de citação. Voloshinov, por exemplo, dedica toda a terceira parte de “Marxismo e filosofia da linguagem” (1929) a essa questão. Bakhtin, em “O discurso no romance” (BAKHTIN, 1934-1935), também investiga a questão, avaliando como os discursos dos personagens se organizam no romance. A forma como cada enunciado se apropria, citando explicitamente ou não, outros enunciados é, portanto, para eles, uma das principais discussões teóricas sobre o estilo.

Há ainda outro elemento que, da perspectiva bakhtiniana, deve entrar no exame do gênero: o tom (volitivo-emocional), a entonação. Segundo Bakhtin (1924, p.64): “Por aspecto entonacional da palavra compreendemos a sua capacidade de exprimir toda a

multiplicidade das relações axiológicas do indivíduo falante com o conteúdo do enunciado.” O homem se relaciona axiologicamente com o mundo e isso não é diferente quando se trata da linguagem, entretanto o aspecto entonacional do enunciado é praticamente ignorado na maior parte das pesquisas lingüísticas. Para os adeptos do Círculo é impossível julgar o enunciado sem avaliar seu acento volitivo.

A consideração do tema como indissociável da forma e como orientação para a realidade, o estilo como forma de relacionamento com os discursos alheios – as formas de citação – e o tom expressivo do enunciado são inovações trazidas pelo Círculo para análise das obras verbais. Porém, aquilo que seguramente mais se destaca no pensamento dos membros do Círculo e que conduz a uma nova forma de se enxergar os enunciados é o “dialogismo”. Segundo Bakhtin (1929/1963, p.42):

As relações dialógicas – fenômeno bem mais amplo do que as relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente – são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e as manifestações da vida humana, em suma, tudo que tem sentido e importância.

O dialogismo, fenômeno constitutivo da linguagem, é a relação de “diálogo” que se estabelece entre os diversos enunciados. Como num diálogo, um enunciado sempre “responde” a enunciados precedentes, bem como solicita ou espera uma resposta dos enunciados futuros. Ao enunciar, todo falante pressupõe a existência de “enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte)” (BAKHTIN, [1952-1953], p.272). Além disso, o sujeito “não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma execução, etc.” (BAKHTIN, *op. cit.*, p.272).

O enunciado, portanto, está, sempre em contato dialógico com os enunciados, precedentes e futuros, que o cercam. Se o gênero discursivo é uma forma típica de enunciado também ele precisa ser apreendido em termos dialógicos. O tema, a composição, o estilo e o tom de um enunciado – concretizado em um gênero específico – só podem ser amplamente compreendidos no interior das relações que estabelecem com os enunciados com os quais “dialogam”.

O tema de um enunciado, por exemplo, inevitavelmente está ligado a enunciados precedentes. Conforme afirma Bakhtin ([1952-1953], p.272), o falante não é “o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo”, qualquer assunto já foi tema de outros enunciados, já se fez presente em outras enunciações, ninguém é o primeiro a falar daquilo. Segundo Bakhtin (1924, p.86):

(...) todo o discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por uma névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele.

Além disso, todo falante realiza sua enunciação, em termos do tema, aguardando as réplicas (verbalizadas ou não) que suscitará. Um dos aspectos da realização do tema, segundo Bakhtin, é a “exaurabilidade semântico-objetual do tema do enunciado” ([1952-1953], p.281), que se dá quando aquilo que o sujeito deseja falar, naquele momento, já foi dito. É essa exaurabilidade que autoriza o outro, a quem a enunciação se destina, a se colocar frente a ela. Ao perceber que o falante já expôs tudo o que queria em dado momento, seu interlocutor pode, agora, posicionar-se ante esse enunciado acabado. Compreender o tema é entender sua relação no “diálogo” entre os interlocutores, percebê-lo como aquilo que já recebeu certo acabamento de um autor.

Do mesmo modo, os aspectos composicionais precisam ser entendidos – diversamente do que os formalistas propunham – em seu contexto de enunciação; ou seja, a compreensão da forma do enunciado passa pelas relações dialógicas que ele trava com os enunciados que o cercam. Segundo Voloshinov, o “tema e a forma (...) estão indissoluvelmente ligados” já que “são as mesmas forças e as mesmas condições que dão vida a ambos”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929, p.47). Como o tema e a forma estão unidos, é incoerente acreditar que as condições enunciativas alcancem apenas o tema, sem igualmente se refletir na forma. A forma, como parte do enunciado, também tem um passado, um presente e um futuro. Ao enunciar, o sujeito retoma determinadas formas de enunciados e espera respostas, que também virão sob determinadas formas de enunciado.

Na passagem abaixo, Bakhtin (1929/1963, p.106, grifo do autor) comenta o caráter histórico dos gêneros literários, mas creio que é possível assumir que todos os gêneros têm a sua historicidade:

Por sua natureza mesma, o gênero literário reflete as tendências mais estáveis, “perenes” da evolução da literatura. O gênero sempre conserva os elementos imorredouros da *archaica*. (...) O gênero vive do presente mas sempre *recorda* seu passado, o seu começo. É o representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário. É precisamente por isto que tem a capacidade de assegurar a *unidade* e a *continuidade* desse desenvolvimento.

Entre os elementos perenes do gênero, provavelmente os aspectos composicionais têm grande peso, pois, conforme Bakhtin ([1952-1953], p.261), os gêneros são definidos “acima de tudo, por sua construção composicional”. Se não houvesse essa historicidade – pelo menos, alguma perenidade na forma – a comunicação seria impraticável, visto que o sujeito teria que reinventar os gêneros a cada nova enunciação.

“Se os gêneros do discurso não existissem e se nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível.” (BAKHTIN, [1952-1953], p.283).

O sujeito, ao enunciar através de um gênero, vale-se de sua construção composicional típica, já que “Os gêneros do discurso (...) para o indivíduo falante (...) têm significado normativo, não são criados por ele mas dados a ele.” (BAKHTIN, [1952-1953], p.285). O caráter normativo, que o mantém relativamente estável durante o decorrer do tempo, deve-se ao dialogismo, já que essa manutenção depende da retomada das formas composicionais estabilizadas.

Do mesmo modo, também o estilo só pode ser entendido no âmbito das relações dialógicas que se dão entre os enunciados. Segundo Bakhtin:

“Sem levar em conta a relação do falante com o *outro* e seus enunciados (presentes e antecipáveis), é impossível compreender o gênero ou estilo do discurso.” (*op. cit.*, p.304, grifo do autor).

Isso porque, conforme lembra Voloshinov “por sua estrutura semântica e estilística, eles [os enunciados] são de fato essencialmente dialógicos (...) [pois] todo enunciado (discurso, conferência, etc.) é concebido em função de um ouvinte, ou seja, de sua compreensão e de sua resposta”⁶ (VOLOSHINOV, 1930, p.292, tradução nossa). É em

⁶ (...)par leur structure sémantique et stylistique, ils [os enunciados] sont en fait essentiellement dialogiques (...) [pois] “tout énoncé (discours, conférence, etc.) est conçu en fonction d’un auditeur, c’est-à-dire de sa compréhension et de sa réponse.

função da sua esfera social de realização, dos seus parceiros de interlocução, que todo enunciado é arquitetado, inclusive em termos das escolhas estilísticas. Os integrantes do Círculo não negam radicalmente a tradicional visão do estilo como escolhas que singularizam o enunciado de um determinado sujeito, mas destacam que essas escolhas não obedecem apenas às vontades do autor, pois estão subordinadas à situação de enunciação e são influenciadas pelos enunciados com os quais o falante se relaciona.

O estilo compreende organicamente em si as indicações externas, a correlação de seus elementos próprios com aqueles do contexto de outrem. A política interna do estilo (combinação dos elementos) determina sua política exterior (em relação ao discurso de outrem). O discurso como que vive na fronteira de seu próprio contexto e daquele de outrem. (BAKHTIN, 1934-1935, p.92).

O estilo, portanto, como elemento constitutivo do gênero deve ser, à semelhança deste, observado no interior da situação de comunicação e de suas relações dialógicas. O sujeito é relativamente livre para selecionar os recursos lingüísticos através dos quais formulará seu enunciado, mas a esfera de comunicação influi decisivamente sobre essas escolhas. Unido a isso, o falante opta por este ou aquele modo de enunciar porque retoma certos enunciados (com seus estilos próprios) e porque espera provocar respostas em certos gêneros, com suas peculiares estilísticas. Ou seja, o estilo só se constitui no dialogismo.

Como os demais elementos do gênero, também o “tom” ou “acento avaliativo” só é satisfatoriamente compreendido no interior do dialogismo. Ao impor a seu enunciado determinado matiz avaliativo, o falante pondera sobre os enunciados anteriores em que as palavras que usa também foram avaliadas, considera as especificações de tom do gênero no qual se exprime:

Quando escolhemos as palavras no processo de construção do enunciado [...] Costumamos tirá-las de *outros enunciados* e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso [...] selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero [...] [que] inclui certa expressão típica a ele inerente. (BAKHTIN, [1952-1953], p.292-293, grifo do autor).

O tom, sendo uma propriedade do gênero, precisa, como este, ser estudado em perspectiva dialógica. O sujeito pode se relacionar com seu enunciado de diversos modos, impondo sua individualidade ao tom, mas essa relação está decisivamente subordinada ao contato que seu enunciado estabelece com os enunciados que o rodeiam.

2.3. O estilo individual nas obras do Círculo de Bakhtin

Ao navegar por obras do Círculo de Bakhtin, é possível perceber claramente dois modos de se investigar a questão estilística. Um é o mais tradicional, que adota o estilo como as escolhas lexicais, gramaticais e fraseológicas (cf. BAKHTIN, [1952-1953], p.261) que o sujeito desempenha ao materializar sua enunciação. Outro é aquele segundo o qual as formas de citação dos discursos alheios são pontos fundamentais do estilo. Como exemplo de estudos mais voltados à primeira forma de lidar com o estilo tem-se o texto “A estrutura do enunciado” (1930) de Voloshinov, em que o autor discute as opções estilísticas do personagem Tchitchikov do romance “Almas mortas” de Gogol. Porém, mesmo aqui, já é possível notar as inovações no tratamento da questão estilística apresentadas pelos membros do Círculo. Voloshinov explica as escolhas de Tchitchikov a partir da situação de comunicação e de seus parceiros de interlocução, ou seja, avalia como as preferências do personagem se devem à esfera social em que se dão suas enunciações, bem como aos interlocutores a quem se dirige. Assim, o estilo não se configura exclusivamente a partir do enunciador, que livremente escolhe. O enunciador escolhe, mas sob as restrições do meio.

Sobre o segundo modo de exame do estilo, é Voloshinov mesmo que dedica toda a terceira parte do livro “Marxismo e filosofia da linguagem” ao estudo das formas estilísticas de citação do discurso de outrem. O valor dessa discussão é evidente, pois para os partidários do Círculo o principal predicado da linguagem é o dialogismo, ou seja, a retomada (realizada de diversas maneiras) dos enunciados alheios. Também Bakhtin, em “Problemas da poética de Dostoiévski” (1929/1963), discutirá extensamente sobre as formas estilísticas de relacionamento do discurso próprio com os de outrem. Vale lembrar, por exemplo, que em “O discurso no romance” (1934-1935), Bakhtin assevera que uma das peculiaridades do romance é sua capacidade de integrar diferentes discursos em sua concretização, o que tem implicações composicionais e estilísticas.

O estudo do estilo na sua vertente mais tradicional, ou seja, naquela relacionada às escolhas individuais do falante ou escritor, recebe pelos integrantes do Círculo um tratamento diferenciado, pois o estilo é, então, aceito como algo individual, mas que

depende da esfera social da comunicação. Isso não contradiz a percepção dialógica da linguagem, pelo contrário a reforça: é no interior do processo de comunicação que o falante realiza suas escolhas estilísticas, que se relaciona (citando explicitamente ou não) às vozes dos outros com quem dialoga.

A propósito do estilo, é ainda relevante notar que ele pode ser apreciado sob duas perspectivas: do ponto de vista do gênero e do ponto de vista do indivíduo. Essas duas perspectivas, embora estejam presentes em várias obras do Círculo, são mais bem diferenciadas em “Os gêneros do discurso” ([1952-1953]) de Bakhtin. Neste texto, o pensador russo afirma que cada gênero tem seu estilo próprio, ou seja, que certas opções lingüísticas acarretam um determinado estilo do gênero. Para Bakhtin (*op. cit.*, p.266), “os estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação”. A concepção de que em cada gênero há escolhas lingüísticas recorrentes, que podem ser designadas como “estilo do gênero” ou “estilos de linguagem”, presumivelmente não é nova, mas avaliar essa propriedade do gênero no bojo das relações discursivas é inovador. Bakhtin ([1952-1953], p.266) prossegue afirmando que em “cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos”. Ou seja, os estilos do gênero são forjados em função das esferas de comunicação em que se efetivam.

Ao lado dos estilos intrínsecos aos gêneros – os estilos de gêneros –, ainda é possível a emergência do estilo individual. Para Bakhtin (*op. cit.*, p.265): “Todo enunciado (...) é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual.”. No entanto, “nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado, ou seja, ao estilo individual” (BAKHTIN, *op. cit.*, p.265). É admissível falar em estilo individual, mas este precisa ser compreendido essencialmente no gênero, já que cada gênero possibilita a seu modo o estilo individual.

Tanto o estilo individual quanto o estilo do gênero precisam ser investigados sob a perspectiva dialógica. Ora, falar em estilo do gênero só é plausível porque há outros enunciados, concretizados no mesmo gênero, que apresentam escolhas estilísticas

recorrentes que caracterizam este gênero. O estilo do gênero é uma peculiaridade sempre retomada em cada uma das atualizações do gênero. Também o estilo individual está condicionado pelo dialogismo, seja em relação às preferências lingüísticas (lexicais, fraseológicas e gramaticais), seja em termos das formas de citação do discurso de outrem. Citar o discurso de outrem já é estar no dialogismo, e as escolhas individuais, além de serem efetuadas no interior de um gênero (necessariamente dialógico), sempre se voltam aos enunciados, precedentes e futuros, a quem se dirigem. As escolhas estilísticas naturalmente dependem do outro.

3. O gênero do discurso e o estilo nos textos da Comvest

Porque nossa própria idéia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com os pensamentos dos outros, e isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada do nosso pensamento. (BAKHTIN, [1952-1953], p.298)

Uma vez que as redações a serem analisadas foram escritas no vestibular da Unicamp, pareceu-nos oportuno analisar publicações da Comvest, a que os candidatos puderam ter acesso antes da prova, pois informações expressas nesses textos podem influenciá-los na realização de suas redações. Os textos da Comvest que sustentam minha discussão são os seguintes: os manuais do candidato (a partir de 1999) (COMVEST, 1999a, 2000a, 2001a, 2002a, 2003a, 2004a, 2005a, 2006a), os cadernos de questões (a partir de 1999) (COMVEST, 1999b, 2000b, 2001b, 2002b, 2003b, 2004b, 2005b, 2006b), as coletâneas das melhores redações (a partir de 1999) (COMVEST, 1999c, 2000c, 2001c, 2002c, 2003c, 2004c, 2005c, 2006c) e o caderno comemorativo dos 15 anos do vestibular Unicamp (COMVEST, 2001d). Em todos esses textos os candidatos podem obter indicações sobre como a Comvest concebe o exercício da escrita, qual sua expectativa sobre as redações, seus critérios de julgamento, entre outros dados. Ou seja, é relevante considerar o que esses textos informam aos vestibulandos e, possivelmente, também a muitos professores, que podem, por sua vez, passar essas informações aos candidatos.

Além disso, acreditava que a análise dos textos da Comvest me permitiria, em certa medida, investigar como a instituição concebia o gênero do discurso e o estilo, pois isso seria relevante para responder importantes questões da pesquisa como: a adequação ao gênero é significativa na avaliação dessas redações como textos excelentes? O estilo individual é considerado e como pela Comvest?

Como, portanto, procurava ver nos textos da Comvest algo que seria utilizado numa discussão bakhtiniana acerca do gênero e do estilo, procurei traçar uma aproximação entre os critérios formulados pela Comvest para correção das redações e os elementos bakhtinianos do gênero. Supunha que essa aproximação fosse conveniente, porque me possibilitaria examinar os textos da instituição, trazendo-os para o âmbito da perspectiva

bakhtiniana que sustenta a análise das redações.

Os critérios de correção da Comvest foram de 1999 a 2005: tema, coletânea, tipo de texto, coerência, coesão e modalidade. A partir de 2006, os critérios são: consistência temática, coletânea, tipo de texto e coesão/modalidade. Para essa comparação com os critérios da Comvest, tomarei, de modo mais simplificado do que aparece nos estudos do Círculo, o conteúdo temático como algo próximo a “tema”, “assunto”, àquilo de que se fala; a construção composicional como uma espécie de organização geral desse conteúdo; e, por fim, o estilo como as escolhas lexicais e gramaticais ao nível da frase e ao nível interfrástico.

Proponho que “tema”, “coletânea” e “coerência” sejam englobados sob o domínio do conteúdo (temático), por se referirem àquilo sobre o que versa a redação. Tipo de texto estaria próximo ao conceito de construção composicional e, por sua vez, coesão e modalidade se relacionariam ao estilo. Ressalve-se que, com os novos critérios vigentes a partir de 2006, a relação entre os critérios da Comvest e os elementos bakhtinianos pouco se altera. O critério de consistência temática engloba os critérios de coerência e tema, ou seja, esse critério permanece relacionado ao conteúdo temático. Já o critério de coesão/modalidade apenas agrupa os critérios relacionados ao estilo. Esquematicamente tem-se:

Elementos bakhtinianos	Critérios de correção da Comvest	
	De 1999 a 2005	A partir de 2006
Conteúdo temático	Tema	Consistência temática
	Coerência	
	Coletânea	Coletânea
Construção composicional	Tipo de texto	Tipo de Texto
Estilo	Coesão	Coesão/ Modalidade
	Modalidade	

Quadro 1 - Relação entre os elementos bakhtinianos e os critérios de correção da Comvest.

O “tom” não foi contemplado nessa comparação, pois imagino que a avaliação

emocional-volitiva do enunciado não está inclusa em nenhum dos critérios de correção. Seguramente os candidatos se relacionam axiologicamente com suas redações, mas, provavelmente por ser algo bastante subjetivo, esse “tom” não se constitui como fundamento para a correção. Parece-me que se, de algum modo, o tom pode ser incluído na avaliação, isso se dá, mesmo que de modo não deliberado, no julgamento do desenvolvimento temático do texto. Assim, se o candidato em todo seu texto mantém determinado ponto de vista, assume uma mesma relação axiológica com seu objeto de discurso, isso talvez soe – para ficar no campo das metáforas musicais – bem ao seu texto. Vale lembrar que na concepção bakhtiniana, o tom parece estar vinculado ao conteúdo temático do texto:

“Por aspecto entonacional da palavra compreendemos a sua capacidade de exprimir toda a multiplicidade das relações axiológicas do indivíduo falante com o **conteúdo** do enunciado.” (BAKHTIN, 1924, p.64, grifo nosso)

A comparação que sugiro, embora interessante para minha pesquisa, precisa ser considerada com cautela, pois há diferenças entre as abordagens do Círculo e da Comvest. Enquanto os intelectuais do Círculo de Bakhtin tomavam os elementos do gênero integradamente, a Comvest, através dos critérios de correção, decompõe o texto, procurando corrigir satisfatoriamente um vasto universo de redações, obedecendo-se a certos parâmetros.

Antes de prosseguir, vale sublinhar mais um ponto: nos seus textos, a Comvest raramente alude aos gêneros discursivos por meio da palavra “gênero”, empregando, em geral, a expressão “tipo de texto”. Várias vezes, a instituição menciona os “três tipos de texto” que compõem seu vestibular: dissertação, narração e carta. Isso se explica pelos gêneros aos quais a Comvest recorre em suas publicações. Segundo Bakhtin ([1952-1953], p.301, grifo do autor): “Um traço essencial (constitutivo) do enunciado é o seu *direcionamento*, o seu *endereçamento*.” Assim, elucidar a que interlocutores a Comvest dirige seus textos, ajuda a esclarecer suas escolhas. As publicações da Comvest destinam-se especialmente aos vestibulandos e a professores interessados em seu vestibular. Tendo em vista esse público, parece mais conveniente a expressão “tipo de texto” do que “gênero discursivo”, pois esta última tem menos tempo de uso (até mesmo nos meios acadêmicos)

e, portanto, pode originar uma dificuldade maior para compreensão.

Além disso, deve ficar clara a diferença entre “tipo de texto” quando se refere a um dos critérios de correção e “tipo de texto” quando usado em sentido próximo ao de gênero discursivo. Em “tipo de texto” como critério de correção é avaliado se uma redação possui características elementares que possibilitem reconhecê-la como uma dissertação ou como uma narração, por exemplo. Já quando se menciona “tipos de textos”, referindo-se ao texto como um todo (vale dizer, como um gênero), considera-se, além das citadas características típicas, o conteúdo temático e estilo do texto. Ou seja, nesta segunda acepção, “tipo de texto” é empregado em sentido próximo ao de gênero, abarcando todos os critérios de correção: tema, coletânea, coerência, tipo de texto, modalidade e coesão.

A alternância de significados da expressão “tipo de texto” nos escritos da Comvest possivelmente se deva a que os aspectos composicionais são os mais marcantes na caracterização de um gênero: conforme destaca Bakhtin, os gêneros são definidos “acima de tudo, por sua construção composicional” (BAKHTIN, [1952-1953], p.261). Por isso a expressão “tipo de texto” pôde ser empregada como sinônima de gênero.

Antes de iniciar a análise dos textos da Comvest, vale lembrar que busquei nestes textos especialmente os comentários quanto às dissertações e às cartas, que são os dois gêneros analisados nesta pesquisa.

3.1. Manuais do candidato

O manual do candidato é um material ao qual o vestibulando tem acesso antes da prova do vestibular; deste modo as informações nele contidas podem influenciar (e é o que se espera) os candidatos na realização da prova e, por conseguinte, na escrita da redação.

De 1999 a 2004, os manuais são praticamente iguais. Mudança considerável só é percebida a partir do manual de 2005, cujo texto é mantido no manual de 2006 – salvo pequenas mudanças na editoração. Diante disso, baseio-me apenas nos manuais de 1999 e de 2005, sem a preocupação de aludir aos demais manuais.

O manual apresenta ao candidato dados a respeito da universidade, seus cursos

e sobre o vestibular. Segundo o manual de 1999 (COMVEST, 1999a, p.33), espera-se que o vestibulando “elabore um texto [...] cujo conteúdo mantenha relação com o tema escolhido e com os textos da coletânea”, ou seja, indica-se claramente que o tema escolhido deve orientar o desenvolvimento do “conteúdo” do texto e que, neste desenvolvimento, é imprescindível o uso da coletânea. Isso parece confirmar a hipótese de uma possível relação entre o conteúdo temático – da perspectiva bakhtiniana - e os critérios de tema e coletânea.

A propósito do tipo de texto, encontram-se os seguintes apontamentos: 1) na dissertação, é necessário que o candidato “indique e discuta os pontos de vista apresentados na coletânea”, demonstrando “conhecimento da estrutura de uma dissertação” (COMVEST, *op. cit.*, p.33); 2) na carta, denominada pela Comvest de “texto persuasivo”, o vestibulando precisa “saber identificar, na coletânea, argumentos, pontos de vista e opiniões que servirão de referência para a construção de sua argumentação, dirigida a um interlocutor específico” (COMVEST, *op. cit.*, p.33), além de demonstrar conhecimento da estrutura de um texto persuasivo.

Assim, na dissertação é sugerido ao candidato discutir pontos de vista, o que parece ligado ao tema, dado que são pontos de vista sobre algo, sobre alguma questão. Porém não há esclarecimentos sobre a organização (composicional) em que esses pontos de vista possam ou devam aparecer. Talvez se presuma que essa organização seja de conhecimento prévio do aluno, que precisa atestar seu “conhecimento da **estrutura** de uma dissertação” (COMVEST, *op. cit.*, p.33, grifo nosso).

Na carta, segundo o manual, o candidato deve identificar argumentos, pontos de vista e opiniões na coletânea para construir uma argumentação dirigida a um interlocutor específico. Do mesmo modo “argumentos, pontos de vista e opiniões” parecem ligados ao tema e, embora se fale em “argumentação”, nada é esclarecido acerca de como organizar esta argumentação. Não há apontamentos sobre a disposição geral do texto: se certos argumentos devem anteceder ou preceder outros, ou se a argumentação deve ir de algo geral a algo particular, por exemplo. Além disso, embora o conceito de “interlocutor específico” seja característico deste tipo de texto, não há explanações sobre ele. O conhecimento da estrutura e da organização do “texto persuasivo” parece, ainda mais uma vez, ficar a cargo do candidato. Portanto, as orientações para “tipo de texto” voltam-se, no

caso da dissertação e da carta, mais ao desenvolvimento temático do que à própria estrutura do tipo de texto.

As recomendações sobre o aproveitamento da coletânea também se vinculam ao tema, pois é a partir da coletânea que o candidato pode encontrar “as informações e os argumentos que contribuam para sua discussão”. Informações e argumentos que sustentaram tematicamente seu texto.

No critério da coerência, é ressaltado que os “argumentos” devem atingir “conclusões apropriadas” nos textos dissertativos (dissertação e carta). Os “argumentos” estão profundamente atrelados ao conteúdo temático, pois argumentos são assertivas, pontos de vista sobre algo. Ressalte-se, por exemplo, que a coerência dos argumentos não se deve à forma composicional do texto. Uma dissertação com estrutura dedutiva pode ser tão convincente quanto uma com estrutura indutiva.

No critério da modalidade se fala em adequação ao “estilo escrito e formal” e no critério de coesão se discute o relacionamento entre “termos ou segmentos na construção de um texto”. Contudo não se esclarece o que seria esse estilo formal, nem se discute como a relação entre os termos e segmentos, na construção de um texto, é capaz de garantir a coesão. Logo, o estilo parece ficar a cargo do que o vestibulando traz de sua bagagem de conhecimento.

No Manual do Candidato de 2005, instrui-se o candidato a “elaborar um texto cujo **conteúdo** mantenha relação com o **recorte temático** da proposta” (COMEST, 2005a, p.26, grifo nosso), estabelecendo uma vinculação explícita entre conteúdo e tema. A coletânea, por sua vez, traria um “conjunto de possibilidades diversas de abordagem da própria complexidade do tema” (COMVEST, *op. cit.*, p.25); ou seja, também a coletânea é relacionada ao conteúdo temático.

A propósito do tipo de texto é esperado na dissertação que o candidato discuta e explore “argumentos de modo a sustentar sua perspectiva sobre o tema” (COMVEST, *op. cit.*, p.25) e, na carta, “a construção da argumentação” “mediada por uma interlocução sólida” (COMVEST, *op. cit.*, p.25). Assim, os apontamentos acerca do tipo de texto dissertativo centram-se notadamente no conceito de “argumentos”, sem indicações a respeito da disposição desses argumentos no texto. No caso da carta, tem-se igualmente o

conceito de “argumentação”, agora integrado a uma “interlocução sólida”, sem, porém, que se especifique o que seja essa interlocução. Ou seja, como nos manuais precedentes, neste manual de 2005, os comentários sobre o tipo de texto versam mais sobre o desenvolvimento temático do que sobre os aspectos composicionais de cada gênero.

Em coesão/modalidade espera-se “uma estruturação sintático-semântica bem articulada pelos recursos coesivos” e o “domínio de um conjunto lexical amplo”, o que parece confirmar a relação entre esse critério e aquilo que Bakhtin denomina estilo, ou seja, a seleção dos recursos lexicais, gramaticais e fraseológicos. Entretanto, as informações disponibilizadas pela Comvest possivelmente só contribuam para o candidato, caso ele conheça os conceitos de “estruturação sintático-semântica”, de “recursos coesivos” e de “conjunto lexical amplo” que são apenas citados – mas não esclarecidos – no manual.

A ausência de indicações mais incisivas em relação à construção composicional e ao estilo é uma opção da Comvest, que procura evitar fórmulas de escrita para a redação. Basta pensar que, se a instituição propusesse alguns modelos, isso poderia ser tomado como norma, restringindo as possibilidades de escrita dos candidatos. Além disso, o próprio gênero em que o texto da Comvest se realiza – um manual do candidato – impõe algumas restrições. Não cabe nesse gênero ficar explicando pormenorizadamente certas questões que, supõe-se, o candidato conhece por meio da escola. O caráter do manual é mais de esclarecer dúvidas do que de transmitir conteúdos.

3.2. Cadernos de questões

No caderno de questões, a Comvest comenta a avaliação (acima da média, abaixo da média, anulada, etc.) de algumas redações. Esses comentários trazem, em geral, paráfrase do conteúdo das redações com explicitação do uso da coletânea. Logo, estão, sobretudo, vinculados aos aspectos que, da perspectiva bakhtiniana, relacionam-se ao conteúdo temático. Veja-se um exemplo presente num “Caderno de Questões” (COMVEST, 2000b, p.13-15) em que a instituição comenta uma redação do vestibular de 1999:

Exemplo de redação

Faltam quinhentos e tantos dias para os quinhentos anos do Brasil. Quem, ao ouvir esta frase, não se lembra da fatigante contagem regressiva da Rede Globo? Como se sabe, toda contagem regressiva leva a alguma coisa; ou a um acontecimento, ou a uma comemoração como é o caso. Mas uma reflexão a respeito disso leva a uma pergunta: O que será comemorado em menos de dois anos, em abril de 2000?

A resposta imediata é: os quinhentos anos do Brasil! Mas isso não é certo. Não se sabe com certeza nem a data nem a forma como ocorreu o descobrimento do maior país da América do Sul. Se a razão da festa fosse apenas a data histórica, esta já não teria tanto sentido.

Por outro lado, o que a Rede Globo e o Brasil estão comemorando é o país de hoje. Um lugar onde havia apenas índios, hoje tem uma economia forte, uma grande população, grandes indústrias. Antes havia escravidão e hoje os negros são livres e felizes. Conquistou-se leis para os trabalhadores e pobres, além de hoje haver até eleição direta. Realmente hoje o Brasil é outro.

No entanto, uma visão menos ufanista e mais realista, mostrará que a evolução houve, mas esta foi da pior maneira possível. Os índios que antes dominavam esta terra, hoje fazem parte de uma minúscula parcela da população. Se um dia o Brasil deixou de ser colônia para se tornar Reino Unido, para se tornar um país, isso aconteceu porque era interessante para a parcela poderosa da população. A razão ideológica contribuiu muito pouco para isso. A economia brasileira que antes exportava matéria-prima para importar produto manufaturado, hoje importa produtos mais modernos. É inegável que a indústria brasileira cresceu, mas 99% das grandes indústrias são multinacionais estrangeiras que se por um lado geram empregos, por outro levam o lucro para seus países de origem. As grandes indústrias brasileiras são em sua maior parte estatais que estão sendo privatizadas (inclusive as que geram lucro) a preços não muito justos e em leilões de legitimidade questionável. Além do mais, a política econômica atual não é a ideal para que o país cresça.

Quanto ao aspecto social, houve, sem dúvida, enormes conquistas por parte dos brasileiros. Mas deve-se lembrar que essas conquistas foram na maioria das vezes tardias se

comparadas com outros países. Além do mais a desigualdade social, o racismo e a má distribuição de terras são problemas vigentes até hoje.

É então, por estes fatores que se questiona a comemoração dos quinhentos anos do Brasil. A grande modificação que seria digna de comemoração seria o fim do pensamento individualista para um pensamento mais coletivo por parte dos governantes do país. A frase: “Tudo deve mudar para ficar como está” ainda é válida hoje, como foi válida nesses quinhentos anos e foi a responsável pelas modificações brasileiras. É até compreensível que a Rede Globo comemore o meio milênio do Brasil, mas para a maioria da população não há outra razão se não a duvidável data histórica. Se daqui a 250 anos o Brasil tiver solucionado boa parte dos problemas que tem hoje, esta seria uma data muito mais digna de comemoração do que a atual. Esteticamente não ficaria tão bonito, mas seria mais justo. O fato é que nesses quinhentos anos o maior país da América Latina evoluiu bastante, mas não o suficiente que justifique uma comemoração. Ainda não.

Comentários

Essa redação é um bom exemplo de reflexão analítica sobre a questão proposta. O candidato introduz seu balanço do processo histórico brasileiro no questionamento que faz sobre a validade de comemoração dos 500 anos em abril de 2000. Se a data é questionável, como ele aponta no segundo parágrafo, mostrando a leitura que fez do fragmento 1, a razão da festa deve ser outra. E ele segue tecendo considerações sobre quais poderiam ser os motivos reais para as comemorações. Na verdade, só comemorariam aqueles com uma visão “ufanista” de um país que, ironicamente, realmente é outro: e a Rede Globo teria motivos, então, para comemorar. Mas o candidato contrapõe a essa visão ufanista a sua visão da realidade e, nesse momento do seu texto, realiza uma avaliação, um balanço sobre várias questões: os índios, hoje, são uma pequena parcela; os interesses de uma certa elite foram os motivadores da emancipação do país de colônia para Reino Unido; se há indústrias, muitas são multinacionais e as estatais estão sendo privatizadas; aponta ainda que a política econômica atual do país não contribui para o seu crescimento. No campo social, as conquistas foram tardias se comparadas com outros países. “Além do mais

a desigualdade social, o racismo e a má distribuição de terras são vigentes até hoje”. É nesse balanço que percebemos a leitura que o candidato fez de alguns fragmentos da coletânea.

Relembremos que a Prova de Redação do Vestibular Unicamp avalia, de modo especial, além da sua capacidade de escrita, sua capacidade de leitura. Você deve, portanto, ler com cuidado a prova, mesmo porque um bom texto é resultado de uma leitura atenta da apresentação do tema e dos fragmentos da coletânea. De qualquer forma, você não precisa (nem mesmo deve) utilizar-se de todos os fragmentos da coletânea. Aliás, a seleção de alguns fragmentos deve obedecer a um projeto de texto elaborado antes da escrita da redação. Não se trata de utilizar quantitativamente a coletânea, mas sim qualitativamente.

A coletânea especifica o tema, trazendo informações e argumentos sobre ele, para que, a partir disso, você possa desenvolver sua reflexão. Sendo assim, é preciso formar uma opinião, num primeiro momento, sobre o tema. Em seguida, tendo feito uma leitura cuidadosa da coletânea, você deve dela selecionar os argumentos que sustentem a sua opinião. Além disso, você também pode trazer outros argumentos de seu conhecimento para construir seu texto. O candidato, autor da redação analisada, utilizou idéias decorrentes da leitura do fragmento 7 (sobre a questão indígena), do fragmento 8 (sobre o crescimento do país), do fragmento 6 (sobre a exploração de matéria-prima brasileira e endividamento externo) e do fragmento 2 (sobre a má distribuição de terras e desigualdade social), relacionando-as com outros fatores de seu conhecimento sobre as diferentes situações passadas pelo país ao longo de seus 500 anos.

Seu balanço não é nada positivo. Aliás, ao apresentar sua visão da realidade, ele critica o fato de haver uma visão ufanista do país que encontre motivos para comemorar. O candidato questiona, dessa forma, as comemorações, propondo que somente haveria motivos para comemorar se a postura dos governantes fosse menos individualista e se realmente modificações fossem feitas, não seguindo a máxima, ironicamente lembrada, segundo a qual “tudo deve mudar para ficar como está”. Para ele, portanto, não haveria motivos ainda para tal comemoração.

A respeito dessa redação, pode-se dizer que seu autor analisa a questão seguindo uma linha clara de raciocínio: ao iniciar, destacando a contagem regressiva da

Rede Globo e, em seguida, ao descrever o que estaria sendo comemorado por essa emissora, o candidato revela sua opinião sobre isso. Não há motivos reais para comemorações, a não ser os que a Rede Globo veicula – mas que, na perspectiva irônica do candidato, expressa no terceiro parágrafo, adquirem uma outra conotação, especialmente se atentarmos para o balanço negativo que ele faz no quarto e no quinto parágrafos de sua redação.

Segundo a Comvest, o “candidato introduz seu balanço do processo histórico brasileiro no questionamento que faz sobre a validade de comemoração dos 500 anos em abril de 2000” (COMVEST, 2000b, p.14). O balanço histórico, o questionamento, a validade da comemoração se referem ao conteúdo temático, ou seja, àquilo sobre o que versa o texto. Continuando, a Comvest aponta que o candidato “segue tecendo considerações sobre quais poderiam ser os motivos reais para as comemorações” (COMVEST, *op. cit.*, p.14); considerações que igualmente dizem respeito ao tema. Na sequência, parafraseia-se o balanço histórico feito pelo candidato, cujo ponto de vista seria o de que:

(...) os índios, hoje, são uma pequena parcela; os interesses de uma certa elite foram os motivadores da emancipação do país de colônia para Reino Unido; se há indústrias, muitas são multinacionais e as estatais estão sendo privatizadas; (...) a política econômica atual do país não contribui para o seu crescimento. No campo social, as conquistas foram tardias se comparadas com outros países. “Além do mais a desigualdade social, o racismo e a má distribuição de terras são vigentes até hoje”. (COMVEST, *op. cit.*, p.14).

Logo, os comentários da Comvest, até este momento pelo menos, referem-se especialmente ao desenvolvimento do tema.

Em seguida, a Comvest reforça que o candidato aproveita competentemente a coletânea⁷, selecionando elementos a partir de seu projeto de texto e, então, explicita quais fragmentos foram empregados nesta redação:

(...) idéias decorrentes da leitura do fragmento 7 (sobre a questão indígena), do fragmento 8 (sobre o crescimento do país), do fragmento 6 (sobre a exploração de matéria-prima brasileira e endividamento externo) e do fragmento 2 (sobre a má distribuição de terras e desigualdade social) (COMVEST, *op. cit.*, p.14).

⁷ As propostas de redações e as coletâneas dos vestibulares analisados nesta pesquisa (do vestibular de 1999 ao vestibular de 2006) seguem em anexo no final do texto. A coletânea do vestibular de 1999 consta na página 141 do Anexo.

Depois, os comentários retornam à paráfrase do desenvolvimento temático da redação.

A leitura desses comentários traz ao candidato poucas indicações sobre a construção composicional e o estilo dos textos. Mesmo quando se alude à paragrafação, não se discute a organização do texto, mas o conteúdo temático desenvolvido:

“Se a data é questionável, como ele aponta no **segundo parágrafo**, mostrando a leitura que fez do fragmento 1, a razão da festa deve ser outra. E ele segue tecendo considerações sobre quais poderiam ser os motivos reais para as comemorações.” (COMVEST, 2000b, p. 14, grifo nosso).

Além disso, ao se falar em “linha de raciocínio”, o que, de algum modo, poderia se relacionar à organização do texto, o que se tem são, novamente, ilustrações do desenvolvimento do tema:

“A respeito dessa redação, pode-se dizer que seu autor analisa a questão seguindo uma linha clara de raciocínio: ao iniciar, destacando a contagem regressiva da Rede Globo e, em seguida, ao descrever o que estaria sendo comemorado por essa emissora, o candidato revela sua opinião sobre isso.” (COMVEST, *op. cit.*, p.15).

A propósito do estilo não há nenhum comentário explícito.

Se, por um lado, este é um típico comentário encontrado nos cadernos de questões, é provável que a construção composicional e o estilo das redações não decorram estritamente da leitura desse material. Por outro lado, se tema, construção composicional e estilo são indissociáveis, é admissível imaginar que essa leitura possa, mesmo que de forma indireta, influenciar a escrita dos candidatos.

Embora os comentários dos cadernos de questões sejam essencialmente paráfrase do desenvolvimento temático com a explicitação do uso da coletânea, há neles, ainda que de modo disperso, indicativos de como a Comvest concebe a construção composicional e o estilo dos gêneros que compõem seu vestibular. A seguir, destaco alguns desses comentários que podem indicar aos vestibulandos o que é esperado em termos de tipo de texto e de estilo nos vestibulares da Unicamp.

No Caderno de Questões de 2003 (COMVEST, 2003b), por exemplo, comenta-se que a dissertação pode ser fundamentada numa “tese central” desdobrada em

“argumentos”. Ou seja, é indicado ao candidato que uma forma possível de organizar seu texto é partir de uma tese geral para, em sequência, argumentar a favor dela:

O autor [da redação comentada] produziu um texto dissertativo típico: assume uma tese central, a proposta pela banca, retoma-a na forma de pergunta (será possível chamar as mudanças que produzimos... de progresso?) e apresenta argumentos e fatos para sustentar que a história de “evolução” da humanidade apresenta aspectos positivos e aspectos negativos. (COMVEST, 2003b, p.7).

Mesmo sem especificar como a tese e os argumentos podem se distribuir em parágrafos, essa indicação auxilia na organização do texto, pois fornece um modelo de estruturação composicional (tese/argumentação) para o desenvolvimento temático.

Ainda neste manual é dito que a opção, na dissertação, pela 1ª ou pela 3ª pessoa é uma questão estilística (COMVEST, *op. cit.*, p.8) e que “a manipulação estilística de certos recursos (...) como as aspas” e a “escolha lexical” são traços estilísticos (COMVEST, *op. cit.*, p.8). Aliás, neste mesmo manual, aparece ainda mais uma vez a “seleção lexical” (COMVEST, *op. cit.*, p.15) como fator estilístico. Ou seja, o candidato pode descobrir aqui algumas informações a respeito de como a Comvest interpreta o estilo.

Nos cadernos de questões localizam-se outras indicações sobre a construção composicional e sobre o estilo, entretanto detenho-me nessas, pois pretendo apenas exemplificar como se dão essas indicações, sem uma exposição exaustiva. Mesmo como os indicativos sobre a construção composicional e sobre o estilo presentes nos manuais, como já dito anteriormente, as explanações acerca do desenvolvimento temático configuram majoritariamente esse material.

3.3. Coletâneas das melhores redações

As coletâneas trazem uma “Apresentação”, uma “Introdução”, as propostas de redações, as expectativas da banca e as redações selecionadas. Nestes textos aparecem algumas informações sobre a escolha das redações e sobre como elas são, de algum modo, mais bem realizadas que outras.

A “Apresentação” de todas as coletâneas é de autoria dos coordenadores

executivos e acadêmicos da Comvest; a saber, nas coletâneas de 1999 a 2002, a coordenadora executiva era a Prof^{fa} Dr^a Maria Bernadete Marques Abaurre e a coordenadora acadêmica, a Prof^{fa} Dr^a Eugênia Maria Reginato Charnet; de 2003 a 2006, foram coordenadores executivo e acadêmico, respectivamente, o Prof. Dr. Leandro Russovski Tessler e o Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha.

A “Introdução” cabe, a cada ano, a professores universitários que, a convite da Comvest, discutem as propostas de redação e analisam como os candidatos responderam a essas propostas. Logo em seguida são apresentadas as propostas de redação e as expectativas da banca. Ou seja, as coletâneas trazem, pelo menos, três textos que interessam do ponto de vista desta pesquisa: a “Apresentação”, a “Introdução” e a “Expectativa da banca”.

Na “Apresentação” da coletânea de 1999 (COMVEST, 1999c), é sublinhado que os candidatos que tiveram suas redações selecionadas foram capazes de **“refletir sobre temas** atuais e de grande relevância para a sociedade brasileira” (COMVEST, *op. cit.*, p.10, grifo nosso).

Na “Introdução”, assinada pelos “presidentes das bancas elaboradoras de língua portuguesa e história”, afirma-se que as propostas de redação permitiram “aos candidatos a oportunidade de efetuar, em diversos gêneros, um balanço de nossa história” (COMVEST, *op. cit.*, p.15-16). Ou seja, a expressão “gêneros” é empregada explicitamente como sinônimo de “tipo de texto”.

Além disso, os autores desta “Introdução” explicitam os critérios de seleção dos melhores textos:

“A seleção dos textos obedeceu a dois critérios básicos. Ou os textos revelam tratamento textual digno de nota, com evidentes marcas de autoria, ou representam – textualmente, é óbvio – posições político-ideológicas consistentes” (COMVEST, *op.cit.*, p.17).

A partir disso, parece possível imaginar que as redações selecionadas exerceram bem a construção composicional e estilística – “tratamento textual digno de nota” – ou se destacaram por seu desenvolvimento temático – “posições político-ideológicas consistentes”. Apesar da aparente separação entre os critérios de

desenvolvimento textual e de desenvolvimento temático, vale notar, como fazem os autores da “Introdução”, que esses critérios se tocam: o “tratamento textual digno de nota” evidencia a “autoria” (COMVEST, 1999c, p.17), que não está ligada apenas ao desenvolvimento composicional, pois o autor escolhe a forma em função do conteúdo; e, além disso, a posição ideológica do autor, sua posição frente ao tema, só pode ser expressa “textualmente, é óbvio” (COMVEST, *op.cit.*, p.17). Portanto, é plausível supor que a adequação ao gênero é relevante na atribuição de uma boa avaliação a essas redações, na medida em que elas se destacam por trazer um tratamento temático “consistente” ou um tratamento composicional e estilístico “digno de nota”.

As expectativas da banca (que são praticamente reproduzidas no Caderno de Questões 2000 (COMVEST, 2000b)) sugerem ao candidato a possibilidade de fazer um “balanço favorável”, um “balanço desfavorável” ou se valer do “meio termo” em relação ao tema “500 anos de Brasil”. Como exemplo, veja-se a primeira orientação para um balanço favorável, posição que o vestibulando poderia defender através de argumentos como:

A nação brasileira pode considerar-se verdadeiramente emancipada, em termos étnicos e culturais, no sentido de ter desenvolvido uma cultura própria, ou mesmo de ser uma raça diferente. Na coletânea, essas posições são defendidas pelos dois textos que propõem os balanços mais otimistas para o país, o de Darcy Ribeiro, para quem os elementos indígena, português e africano se combinaram em uma nova etnia, que já não se confunde com nenhuma daquelas; e o de Afonso Celso, para quem haveria uma índole brasileira, profundamente pacífica e radicalmente avessa à ganância e à exploração (COMVEST, *op. cit.*, p.32).

Essas sugestões da banca dizem respeito diretamente ao desenvolvimento temático. Sobre a organização composicional e o estilo das redações, nenhum comentário está presente nesta coletânea de 1999.

Na coletânea das redações do Vestibular 2000 (COMVEST, 2000c), a “Apresentação” não traz muitas novidades, apenas informando que:

“Diferentemente da publicação anterior da qual constaram apenas textos representativos do Tema A (texto dissertativo), apresentam-se agora também redações sobre o Tema B (texto narrativo) e sobre o Tema C (texto argumentativo persuasivo).” (COMVEST, 2000c, p.10).

Ou seja, a partir de 2000, as coletâneas sempre trarão redações dos três tipos de textos presentes nas propostas do vestibular: dissertação, narração e carta argumentativa.

Na “Introdução”, a professora Emilia Rutkowski, da Faculdade de Engenharia Civil da Unicamp, discute o papel social da água, ressaltando que os “três temas propostos para redação permitiram que esta discussão fosse feita sob perspectivas diferentes” (COMVEST, 2000c, p.19). A “Introdução”, como um espaço de debate do tema por especialistas, serve para ajudar o candidato a entender a profundidade dos problemas colocados nas propostas para as redações. Entretanto, como essa discussão especializada só é publicada após o vestibular, sua contribuição só pode ser reconhecida em vestibulares posteriores.

A “Expectativa da Banca” é composta por três textos, cada um referente a um tipo de texto das propostas de redação. Sobre a dissertação, a banca lembra que na composição das redações “a maior dificuldade a superar é provavelmente a de escapar de um tratamento banal” (COMVEST, 2000c, p.35). Tratamento que diz respeito ao tema do texto, já que, frente a essa dificuldade, o candidato poderia amparar-se nos textos da coletânea que “deveriam contribuir para que o candidato tenha pleno controle sobre um **tema** de outro modo vago” (COMVEST, *op. cit.*, p.36, grifo nosso).

Nesta expectativa da banca, a Comvest mostra claramente seu posicionamento frente ao ato da escrita:

Tradicionalmente, o Tema A do Vestibular Unicamp tem proposto um enunciado e uma coletânea que definem um tema e tem cobrado dos candidatos que, dentro desse tema, reflitam e redijam com liberdade, evitando recorrer a “esquemas” prontos. Esta proposta é inteiramente coerente com essa orientação, entre outros motivos porque não se presta à aplicação de um “esquema pronto” muito recomendado, que consiste em arrolar alguns argumentos contra e alguns a favor de uma tese e em buscar em seguida uma saída de meio-termo. (COMVEST, *op. cit.*, p.42-43).

Portanto, a ausência de indicações sobre a construção composicional nas publicações da Comvest se deve a esse posicionamento da instituição, que procura evitar “esquemas prontos”. Se, em seus textos, a Comvest comentasse de maneira mais enfática a composição dos textos, isso talvez pudesse ser tomado pelos vestibulandos como uma “receita”, uma fórmula de escrita.

Na “Expectativa da banca” sobre a carta também se descrevem possibilidades de desenvolvimento temático. É indicado ao candidato, por exemplo, recorrer à coletânea que “lhe fornece pelo menos os seguintes elementos (ora são informações, ora posições

relativas a algum tipo de controle da água), a partir dos quais pode argumentar”. Além disso, são listados argumentos que o vestibulando poderia desenvolver.

Há também exemplos de caracterização do destinatário da carta. Segundo a Comvest, a argumentação neste tipo de texto:

(...) depende de que imagem o candidato constrói do parlamentar [a quem a carta deveria ser dirigida] (pode representá-lo como mais ou menos íntimo, mais ou menos preocupado com a próxima eleição, mais ou menos envolvido com questões ambientais, mais ou menos engajado com as gerações futuras, mais ou menos preocupado com seu sucesso popular, mais ou menos interessado em novos cargos etc.). (COMVEST, 2000c, p.181).

Essa exemplificação pode ajudar o candidato na construção da imagem de um suposto interlocutor (imagem que é um elemento primordial neste gênero), auxiliando-o na adequação de sua redação ao tipo de texto “carta argumentativa”.

A coletânea do Vestibular 2001 (COMVEST, 2001c), em comparação com as publicações anteriores, não traz variações expressivas na “Apresentação”. Na “Introdução”, o professor João Wanderley Geraldi do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp discute o paradoxo representado pela criação e pela supressão de barreiras e limites na sociedade moderna.

Na “Expectativa da banca” referente à dissertação são oferecidas sugestões de desenvolvimento temático: o candidato poderia lidar com a questão das “fronteiras e preconceito” (COMVEST, *op. cit.*, p.47), das “fronteiras e violência” (COMVEST, *op. cit.*, p.48), das “fronteiras e globalização” (COMVEST, *op. cit.*, p.49), das “fronteiras horizontais e fronteiras verticais” (COMVEST, *op. cit.*, p.50), das “fronteiras e comunicação” (COMVEST, *op. cit.*, p.51) e das “fronteiras e identidade” (COMVEST, *op. cit.*, p.52), por exemplo. Do mesmo modo, as recomendações da banca em relação à carta são notadamente voltadas para o desenvolvimento do tema.

Na coletânea do Vestibular 2002 (COMVEST, 2002c), a “Apresentação” novamente não mostra consideráveis mudanças em relação às edições passadas. A “Introdução”, assinada pelo professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, Marcio Pochmann, traz uma discussão acerca do trabalho na sociedade moderna, que era o tema das propostas de redação.

A “Expectativa da banca” sobre as dissertações ressalta que o candidato precisava avaliar dois pontos de vista (o trabalho como promoção ou o trabalho como degradação), podendo adotar um desses pontos de vista ou buscar um meio-termo. “Em qualquer dessas hipóteses, espera-se que *as duas posições sejam claramente consideradas*, o que significa, por exemplo, prever possíveis contra-argumentos e refutar possíveis objeções.” (COMVEST, 2002c, p.44, grifo do autor).

Falar em “posições” e em “contra-argumentos” pode amparar o candidato em sua construção composicional, pois, ao lançar mão de uma posição frente ao trabalho, levar em conta a posição contrária à sua e tecer contra-argumentos a esta última posição, o vestibulando está, de certa forma, organizando seu texto: primeiro seu posicionamento, depois o posicionamento contrário ao seu, e, em seguida, sua argumentação contra o posicionamento do qual discorda.

Nas “Expectativas da banca” sobre a carta são dados exemplos de como o candidato poderia trabalhar o tema, enfatizando-se que “como a carta precisa persuadir alguém a tomar determinada posição, é preciso que os argumentos tenham bons fundamentos”; fundamentos que podem ser buscados na coletânea (cf. COMVEST, *op. cit.*, p.190).

Além disso, são fornecidos exemplos de construção da imagem do interlocutor da carta:

Para construir essa imagem, o candidato pode servir-se de recursos como associá-lo a algum partido político (se o destinatário for político), a alguma tendência – nacionalista, desenvolvimentista, humanista, moderna etc. (se se tratar de empresário); a algum sindicato ou central sindical ou mesmo posição política (se o destinatário for sindicalista) etc. Ou seja, o texto será tanto melhor quanto mais claramente o destinatário aparecer para o leitor como alguém que tem uma trajetória, uma história, uma identidade. (COMVEST, *op. cit.*, p.190)

Como já declarado antes, quanto melhor caracterize o destinatário, melhor será a realização do tipo de texto “carta”, pois essa caracterização é um dos constituintes desse gênero.

Na coletânea das redações do vestibular 2003 (COMVEST, 2003c), apesar das mudanças dos coordenadores executivo e acadêmico da Comvest, não há diferenças significativas no texto da “Apresentação”. Na “Introdução”, assinada pela Prof^a Dr^a Maria

Margaret Lopes, docente do Instituto de Geociências da Unicamp, há uma discussão sobre o tema “Evolução/Progresso”.

A “Expectativa da banca” sobre a dissertação é principalmente voltada para as possibilidades de desenvolvimento temático. São exemplos de como, segundo a Comvest, o candidato poderia abordar o tema:

1. O candidato poderá, por exemplo, falar de evolução no sentido biológico e perguntar se, como queria Spencer (Fragmento 3), o progresso é inerente à natureza. Uma alternativa, por exemplo, seria defender que, na natureza, não há progresso, mas apenas adaptação ao meio externo – evolução;
2. Também poderá ater-se à tese darwiniana (Fragmento 6) segundo a qual os humanos ocupam merecidamente o topo da escala biológica (...) (COMVEST, 2003c, p.44-45).

Mais uma vez, portanto, as indicações se voltam, sobretudo, para o desenvolvimento temático. A alusão ao fato de que “uma boa dissertação pode ser construída pelo confronto de uns e de outros [argumentos]” (COMVEST, *op. cit.*, p.46) pode, de algum modo, ser vista como uma instrução também sobre o tipo de texto, pois sugere que é possível um texto dissertativo ser edificado, composicionalmente, pelo confronto de argumentos. Ou seja, o candidato, ao organizar sua redação, pode se valer da estrutura: argumento x contra-argumento.

Na expectativa da banca sobre a carta são expostos fatos que podem ser utilizados na persuasão do destinatário. São exemplos desses fatos, entre outros:

1. A Guerra do Vietnã, que pode ser explorada como evidência de que o quadro atual pode ser alterado (...)
2. a relação da Gália com o Império romano: parecia não haver condições para uma revolta gaulesa, mas apenas para a negociação (...) (COMVEST, *op. cit.*, p.171).

Esses fatos, transformados em argumentos, podem sustentar o desenvolvimento temático do texto. Como nas coletâneas anteriores, os comentários sobre o tipo de texto dizem respeito unicamente à construção das imagens dos interlocutores:

O candidato só tem a ganhar “construindo” uma imagem de editor (democrático ou não, que censura ou privilegia leitores etc.), do leitor (conhece ou não o texto comentado, é ou não um cidadão informado, tem ou não tem posição sobre a questão debatida etc.) e do próprio articulista (corajoso, pouco patriota, pessimista, claro, contraditório, etc.). (COMVEST, *op. cit.*, p.169-170).

Na coletânea de 2004 (COMVEST, 2004c), a “Apresentação” traz poucas alterações em relação aos anos anteriores e, novamente, é enfatizado que “a própria idéia de

que possa existir uma fórmula mágica para a elaboração da redação (por vezes, sustentada pelos cursinhos) tem-se mostrado inteiramente falsa” (COMVEST, 2004c, p.11). A posição da Comvest, contrária a “modelos” e “fórmulas”, que supostamente garantiriam o sucesso dos candidatos nas provas de redação, claramente está relacionada à escassez de comentários sobre a estrutura composicional em suas publicações, pois esses comentários também poderiam ser entendidos como modelos (e não como sugestões ou exemplos) de composição textual.

O texto da “Introdução”, assinado pela Profª Drª Cristina Meneguello, do departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, pela Profª Drª Matilde V. R. Scaramucci do departamento de Linguística Aplicada da Unicamp e pela arquiteta e doutora em engenharia urbana pela Escola Politécnica da USP, Silvia Mikami G. Pina, traz uma discussão sobre o espaço urbano. Além disso, como há algum tempo não aparecia nas coletâneas, discorre-se sobre a escolha das melhores redações. Com relação às dissertações afirma-se que:

(...) foram consideradas bem-sucedidas as redações que, embora tivessem optado por analisar diferentes concepções urbanas ao longo da história, o fizeram de forma não-evolutiva, mobilizando argumentos para uma visão múltipla, mas não necessariamente caótica, da vida na cidade. Foram bem-sucedidas, ainda, as dissertações que conseguiram abordar a cidade ultrapassando o argumento inicial da denúncia social e da violência e que mostraram a compreensão de que tais situações podem ocorrer independentemente da carência de recursos. (COMVEST, 2004c, p.22)

Sobre as cartas, destaca-se que os textos escolhidos são aqueles, cujos emissores “observaram com precisão o caráter efetivo que envolve os bens a serem protegidos e o significado da perda para a comunidade, do apagamento de seus traços de identidade ou de memória.” (COMVEST, *op. cit.*, p.24).

Ou seja, tanto em relação à carta quanto em relação à dissertação, é destacada a abordagem madura do tema realizada pelos candidatos. É claro que a abordagem consistente do tema faz parte do gênero e demonstra que os candidatos que tiveram suas redações selecionadas o dominam de certo modo, adequando-se apropriadamente a ele. Entretanto, os comentários da Comvest pouco dizem respeito acerca dos outros elementos do gênero – composição, estilo e tom – e, assim, é difícil dizer até que ponto a adequação ao gênero pôde, efetivamente, contribuir para a boa avaliação das redações.

As “Expectativas da banca” tratam principalmente do emprego da coletânea, que “tem por objetivo desencadear a reflexão do candidato sobre o tema” (COMVEST, 2004c, p.46). Provavelmente foi dado maior destaque ao uso da coletânea neste ano porque, a partir deste vestibular, adotou-se uma coletânea única para as três propostas de redação. Apesar dessa mudança, as indicações dessas “Expectativas da banca” são semelhantes às “expectativas” anteriores, ou seja, abordam especialmente o desenvolvimento temático.

Na coletânea de 2005 (COMVEST, 2005c), a “Apresentação” frisa mais uma vez a mudança em relação à coletânea, destacando que: “A adoção da coletânea única aumenta a integração entre as três propostas e diminui a carga de leitura que o candidato necessita fazer durante a prova.” (COMVEST, 2005c, p.10)

Além disso, comenta-se a alteração na escolha dos temas e na constituição da coletânea:

O tema escolhido, *Rádio*, e a natureza dos excertos que compuseram a coletânea imprimiram uma dimensão muito mais concreta e próxima da experiência cotidiana das pessoas do que aquela propiciada em vestibulares passados, em que os temas e suas abordagens na coletânea eram freqüentemente mais abstratos. (COMVEST, 2005c, p.10).

A “Introdução”, como nos anos anteriores discorre sobre o tema, trazendo também comentários sobre a forma como os candidatos escreveram suas redações. Essa análise de ordem metalingüística talvez seja explicada pelo fato de que a “Introdução” conta, entre seus autores – além do cineasta Adilson Ruiz e do doutor em física Maurício Urban Kleinke – com a lingüista Suzi Lagazzi Rodrigues. Segundo esses autores:

Quanto mais o candidato conseguir distanciar-se da concepção da redação como momento de inspiração, ou de aplicação de modelos previamente ensaiados, mais chance terá de responder à demanda com qualidade, apresentando um texto em que seu percurso de leitura e de formulação escrita configure um conjunto marcado por autoria. (COMVEST, 2005c, p.16)

O cuidado em evitar os “modelos” novamente está presente aqui. Além disso, segundo os autores, um bom texto é aquele cujo conjunto é “marcado por autoria”, embora não explicitem o que entendam por “autoria”.

Como nos comentários de 2004, as indicações acerca da escolha das melhores redações incidem sobre o desenvolvimento temático:

“(...) foram bem avaliadas as dissertações que conseguiram argumentar bem

sobre a importância do rádio e seus vários usos nos dias de hoje.” (COMVEST, *op. cit.*, p.19)

e

“Foram bem avaliadas as cartas que conseguiram explorar a relação de interlocução, com bons argumentos para a retirada de determinado programa do ar.” (COMVEST, 2005c, p.21).

Como já dito anteriormente, a abordagem adequada do tema faz parte dos imperativos do gênero, mas a ausência de comentários sobre os outros elementos do gênero impede que se veja de forma mais clara como e quanto a adequação ao gênero pode contribuir para uma boa avaliação da redação.

Por sua vez, as “Expectativas da banca” são bastante similares às das coletâneas anteriores.

Na coletânea de 2006 (COMVEST, 2006c), a “Apresentação” não traz muitas mudanças em relação aos anos anteriores. Na “Introdução”, o tema “transportes” é discutido pela Prof^a Dr^a Claudete de Castro Silva Vitte do departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, pela Prof^a Dr^a Katia Lucchesi Cavalca do departamento de Projeto Mecânico da Faculdade de Engenharia Mecânica da Unicamp e pelo Prof. Dr. Vagner Camilo do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP. Esse texto apresenta principalmente uma paráfrase das propostas de redação e apontamentos sobre como os candidatos que tiveram suas redações selecionadas trabalharam o tema. Sobre as dissertações, afirma-se que:

Foram bem avaliadas as dissertações que justificaram a necessidade de investir em meios de transporte capazes de carregar grandes quantidades de mercadoria a baixo custo – caso das ferrovias e hidrovias –, tendo em vista favorecer certas atividades econômicas, como o agronegócio. (COMVEST, *op. cit.*, p.17)

e

Também foram bem avaliadas aquelas redações que argumentaram sobre a necessidade de maior diversificação dos meios de transporte, bem como de maior articulação entre eles, em um país de grande dimensão e diferenças territoriais. (COMVEST, *op. cit.*, p.17-18)

Quanto às cartas, observa-se que: “Destacou-se nos textos selecionados a preocupação com o bem-estar e a segurança coletivos e com as consequências relacionadas

à economia do país.” (COMVEST, *op. cit.*, p.22). As observações feitas sobre os comentários presentes na coletânea de 2005 valem também aqui: embora o tema seja um dos elementos do gênero, os comentários que se voltam apenas a este aspecto dificultam perceber até que ponto a adequação ao gênero, em toda sua complexidade, pode contribuir para uma boa avaliação das redações.

As “Expectativas da banca” se assemelham muito ao que já fora exposto em outras coletâneas.

De modo geral, ao se observar todas essas coletâneas, nota-se que nelas, assim como nos cadernos de questões, predominam comentários sobre o desenvolvimento do tema, ao passo que a composição e o estilo são mencionados apenas esporadicamente. Isso também é válido quanto às justificativas da escolha das melhores redações: em geral, é destacado apenas o adequado tratamento do tema.

3.4. Caderno comemorativo dos 15 anos de Vestibular Unicamp

O texto de “Apresentação” do “Caderno comemorativo dos 15 anos de Vestibular Unicamp” (COMVEST, 2001d), assinado pelos lingüistas Maria Bernadete Marques Abaurre e Sírio Possenti, traz informações sobre a presença (marcante) da redação neste vestibular. Para os autores, a escrita é “uma ocasião para o aluno assumir outra posição em relação ao conhecimento: formular – textos, respostas –, o que exige iniciativa e uma postura ativa e não, apenas, repetir ou escolher entre as respostas disponíveis” (COMVEST, *op. cit.*, p.6).

Além disso, segundo os lingüistas, escrever “exige um mínimo de conhecimento de um certo campo, de um certo tema, que é o objeto do texto. Ninguém pode escrever nada sobre um tema que desconheça completamente, mesmo que viva de escrever e conheça mais de uma língua” (COMVEST, *op. cit.*, p.7-8). Logo, a importância da coletânea é justamente fornecer os subsídios para o tema desenvolvido na redação. Além disso, conforme os autores:

(...) a coletânea até faz mais do que simular outra das condições de escrita, que é escrever a partir do que já se escreveu. É que escrever é uma prática social que consiste, em boa medida, em escrever contra, sobre, a favor, ou, mais

simplesmente, a partir de outros textos. (COMVEST, 2001d, p.9).

Escrever, portanto, não é apenas retomar enunciados, mas retomá-los sob o ponto de vista do autor que mantém certa relação (de aceitação, de aproveitamento, de negação, etc.) com eles.

Segundo Abaurre e Possenti, a coletânea poderia ser vista como algo que “*inibe uma suposta criatividade*” (COMVEST, *op. cit.*, p.9, grifo do autor). Porém eles lembram que “Retomar de alguma forma o que já foi dito é de fato condição para que os textos tenham sentido” (COMVEST, *op. cit.*, p.9). Ou seja, a existência da “suposta criatividade” depende, de uma forma ou de outra, do diálogo que o autor estabelece com os enunciados que o cercam.

Nota-se que esta “Apresentação” traz uma abordagem da linguagem bem próxima à visão bakhtiniana, o que seguramente se explica pela influência do pensamento bakhtiniano na concepção de linguagem adotada (mesmo que implicitamente nesse texto) pelos autores.

A idéia de que a função da escrita no vestibular é valorizar a capacidade do aluno de tomar iniciativa, de assumir “uma postura ativa” (COMVEST, *op. cit.*, p.6) lembra aquela de Bakhtin, de que é impossível participar do discurso, das atividades verbais, sem se posicionar. Falar ou escrever é sempre e necessariamente se relacionar axiologicamente com aquilo de que se fala ou sobre o que se escreve.

Além disso, na visão desses autores, como na de Bakhtin ([1952-1953]), toda atividade discursiva se constitui nas relações de um autor com enunciados que o antecedem. Daí a importância da coletânea que pretende simular (na medida do possível) uma situação real de comunicação, em que os sujeitos se posicionam fundamentados em enunciados precedentes.

Esse texto da Comvest tem um “tom” (como diriam os adeptos do Círculo de Bakhtin) diferente das demais publicações da instituição. A discussão sobre o ato de escrever parece mais voltada aos professores do que aos vestibulandos, o que gera um “tom”, digamos, mais acadêmico, mais científico.

Apesar dessas diferenças, nesta “Apresentação”, assim como em outros textos da Comvest, destaca-se a importância da coletânea no desenvolvimento temático das

redações, uma vez que a finalidade da coletânea seria oferecer “um mínimo de conhecimento de um certo campo, de um certo **tema**, que é o objeto do texto” (COMVEST, *op. cit.*, p.7-8, grifo nosso).

Assim como em outros documentos, a omissão sobre a construção composicional das redações pode, mais uma vez, ser entendida como uma opção da Comvest em não “oferecer dicas mágicas” (COMVEST, *op. cit.*, p.9), em sua recusa a transmitir fórmulas que possam, elas sim, coibir a criatividade dos candidatos ao se transformarem em verdadeiras fôrmas, em verdadeiras camisas-de-força.

3.5. Sobre os textos da Comvest

Para ser minimamente razoável, esta análise dos textos da Comvest deve ser interpretada em duas direções.

Do ponto de vista de minha pesquisa, interessa ressaltar que nos textos da instituição há poucos comentários e indicações sobre a construção composicional e sobre o estilo, ao lado de uma extensa discussão sobre aspectos temáticos, seja no exame de como os candidatos abordaram os temas, seja nas exemplificações de uso da coletânea. Ou seja, tendo por base a concepção bakhtiniana de gênero, fica claro que os textos da Comvest não auxiliam de maneira decisiva o candidato na composição de sua redação, nem em suas opções estilísticas. Além disso, a escolha das melhores redações é justificada principalmente pela abordagem do tema, sem um maior detalhamento de como os candidatos realizaram seus textos em termos dos outros elementos do gênero: composição, estilo e tom. Isso dificulta perceber até que ponto a adequação ao gênero pode contribuir para uma boa avaliação das redações.

Porém, de um ponto de vista mais geral, digamos, do ponto de vista do ensino no Brasil atualmente, é patente a contribuição dessas publicações da Comvest. Esses textos trazem informações relevantes para estudantes, professores, profissionais da área de ensino e mesmos estudiosos da linguagem. Tais documentos representam um esforço da instituição em tornar a avaliação do vestibular mais transparente, bem como em construir uma cultura em que a escrita não seja vista como “inspiração”, mas como “trabalho com a linguagem,

sobre a linguagem” (COMVEST, 2001d, p.10).

Além disso, as poucas referências às estruturas composicionais dos textos e às questões estilísticas se devem à já citada preocupação em não fornecer exemplos que possam ser tomados como modelos. Assim, a ausência de um maior detalhamento acerca da composição e do estilo das redações não deve ser entendida como uma falha dessas publicações da Comvest. Na verdade, essa ausência não ocorre por acaso: não aparecem indicações mais precisas acerca da estrutura composicional e do estilo do texto nestas publicações porque este espaço não é destinado a se discutir essas questões, este espaço não se presta a isso. Seria, realmente, inadequada a presença de tais comentários.

Somem-se a isso as restrições dos gêneros dessas publicações. Esses materiais da Comvest não se prestam a detalhar conceitos (como o de coesão ou de coerência, apenas para citar alguns exemplos possíveis), mas a esclarecer algumas dúvidas a respeito da prova do vestibular. Outra característica desses gêneros é a amplitude do público a que se dirigem: de vestibulandos a docentes. Assim, as discussões presentes nesses textos têm de ser minimamente compreensíveis para aqueles, mas, ao mesmo tempo, suficientemente relevantes para estes.

4. O gênero do discurso nas redações do vestibular Unicamp

O texto deriva do operador do texto

Ou da coletividade – texto? (Passagem do poema “Texto de Consulta”, in: MENDES, Murilo. Convergência, 1970)

São perguntas que norteiam esta pesquisa: será possível observar certas características recorrentes nas redações, a partir das quais seja possível estabelecer que uma redação pertença a este ou àquele gênero do discurso? Essas características recorrentes, que denotariam a filiação a determinado gênero do discurso e mostrariam uma adequação ao gênero contribuem para uma boa avaliação das redações? Neste capítulo, pretendo responder a estas questões, analisando uma dissertação e uma carta representativas daquilo que mais se encontra entre as redações selecionadas e descrevendo como os candidatos responderam – de modo bastante homogêneo – às propostas de redação de cada ano. Sendo que, ao final do capítulo, discuto como essa homogeneidade pode ser atribuída ao caráter estável do gênero e como isso pode contribuir para a avaliação positiva dessas redações.

Como as redações aqui analisadas foram escritas no contexto do vestibular, procuro descrever concisamente essa situação de enunciação antes de iniciar as análises, já que, da perspectiva bakhtiniana, os textos são mais bem compreendidos, levando-se em conta a esfera social em que se realizam.

No vestibular da Unicamp, o candidato pode escolher entre três tipos de texto (ou gêneros): dissertação, narração e carta. Para cada um desses gêneros, propõe-se certo tratamento do tema da prova. O candidato pode escolher o gênero, mas em função dessa escolha, deverá abordar o tema necessariamente de determinada forma. Portanto, nesta situação, não se escolhe o gênero em função do tema que se pretende abordar, pelo contrário, cada recorte temático só pode ser abordado num gênero específico. Diferente disso é a comunicação real, segundo Bakhtin ([1952-1953], p.282, grifo do autor):

A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo na *escolha de um certo gênero de discurso*. Essa escolha é determinada pela especificidade de um dado campo da comunicação discursiva, por considerações semântico-objetais (temáticas), pela situação concreta da comunicação discursiva, pela composição pessoal de seus participantes, etc. A intenção discursiva do falante, com toda a sua individualidade e subjetividade, é em seguida aplicada e adaptada ao gênero escolhido, constitui-se e desenvolve-se em uma determinada forma de gênero.

Ou seja, para Bakhtin, o sujeito ao enunciar adéqua sua “vontade discursiva” a determinado gênero, isto é, escolhe certo gênero por acreditar que ele seja o mais adequado para materializar seu projeto discursivo. Nessa seleção, o enunciador avalia qual o gênero mais apropriado para versar sobre determinado assunto em um determinado “campo da comunicação discursiva”. Enquanto em um evento da comunicação real, o sujeito escolhe o gênero a partir do tema que quer tratar, no caso do vestibular essa relação é um pouco diferente. O candidato deve tratar de um tema necessariamente em determinado gênero.

Se isso, por um lado, poderia prejudicar a análise das redações a partir de uma perspectiva bakhtiniana, pois os candidatos não elegem livremente o gênero em que desejam tratar determinado tema, por outro, a necessidade de “responder” (em sentido amplo) às instruções da prova torna essas redações um interessante material para a investigação do dialogismo. Una-se a isso a indispensável utilização da coletânea, o que torna ainda mais claro o aspecto “dialógico” da linguagem, pois essas redações trazem de forma explícita a palavra do “outro”.

Vale sublinhar que, na relação do candidato com a coletânea, não interessa a extensão do enunciado alheio que ele retoma em sua redação, pois conforme Bakhtin (1929/1963, p.184):

As relações dialógicas são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, caso esta não seja interpretada como uma palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvimos nela a voz do outro.

Logo, nas relações dialógicas não é imperativo retomar todo o enunciado alheio, mas, sim, retomá-lo de forma significativa. Ainda que da voz do “outro” o candidato considere apenas uma palavra, isso será dialogismo, desde que por esta palavra seja possível perceber o posicionamento do “outro”.

A explanação de Bakhtin também esclarece algo sobre a coletânea. A coletânea, porque se pretende de certo modo eclética, apresenta, em geral, mais trechos de obras, de reportagens, de poemas do que enunciados propriamente “completos”. Estes excertos são capazes de suscitar o dialogismo, se são suficientes para que, a partir deles, depreenda-se a “posição semântica de um outro”, a que o vestibulando pode responder.

As publicações da Comvest com as melhores redações do vestibular começaram em 1999, compondo o *corpus* de minha pesquisa as dissertações e cartas publicadas até 2006.

Tabela 1 – Número de redações selecionadas para a publicação nas coletâneas

Ano da publicação	Gêneros Discursivos	
	Dissertação	Carta argumentativa
1999	20	-
2000	15	06
2001	10	10
2002	10	10
2003	10	10
2004	12	07
2005	11	08
2006	10	10
Total	98	61
Total Geral	159	

Como já dito anteriormente, a exclusão das narrativas justifica-se pelo fato de que a inclusão desse gênero demandaria um maior tempo e esforço, o que poderia prejudicar um exame mais profundo dos gêneros aqui tratados, levando-se em conta as possibilidades de desenvolvimento desta pesquisa de mestrado. Com relação aos dados que compõem o *corpus* da pesquisa é de algum interesse comentar como se dá a seleção das melhores redações. Essa seleção acontece através das seguintes etapas: primeiro, as redações são avaliadas por uma banca de corretores que lhes atribui determinadas notas. Após essa avaliação, a Comvest compõe um grupo de redações dentre as que receberam as maiores notas. Depois, esse grupo de redações é encaminhado a uma comissão escolhida pela Comvest, para que esta comissão selecione, entre os textos que receberam as melhores notas, aqueles que vão compor as coletâneas. Essa comissão, que varia de ano a ano, é formada pelos professores que assinam a “Introdução” das coletâneas, ou seja, são

professores que estão – de algum modo – ligados ao tema que se discutiu no vestibular naquele ano.

Uma vez ilustradas, mesmo que brevemente, as condições de produção dos textos no vestibular e após a descrição do *corpus* da pesquisa, inicio a análise das redações.

4.1. Dissertação

A leitura de todas as dissertações eleitas para constituírem as coletâneas de 1999 a 2006 apontou-me certa tendência à homogeneização das redações. Os candidatos seguem, em geral, uma mesma estrutura composicional, discorrem sobre o tema de modo bastante similar, e optam, recorrentemente, por um estilo formal e um tom neutro. De algum modo, essa homogeneidade poderia ser esperada, pois essas redações pertencem a um mesmo gênero (a dissertação) e, em cada ano, responderam ao mesmo tema. Contudo também era possível imaginar que entre essas redações – julgadas como as melhores – houvesse uma maior variabilidade, talvez refletindo o estilo de escritores certamente proficientes. Se, por um lado, a homogeneidade pode ser explicada pelo emprego do mesmo gênero e pelo atendimento (em cada ano) à mesma proposta, por outro, é possível supor que isso decorra da opção dos candidatos por serem mais tradicionais, por não se arriscarem a inovar. É relevante lembrar que no vestibular a idéia da correção – e da conseqüente atribuição de nota – influencia decisivamente os candidatos na realização de seus textos. Ou seja, mesmo que dominem o gênero e possam, portanto, expressar-se de modo mais individual, talvez optem – o que, aliás, é totalmente compreensível – por modelos mais canônicos, considerando a avaliação a que são submetidos.

Como exemplo de redação com características recorrentes em outras, analiso a seguir uma dissertação do Vestibular Unicamp 2002. Antes da redação (COMVEST, 2002c, p.53-57), segue a proposta do tema (COMVEST, *op. cit.*, p.31-32):

<p>O trabalho humano tem assumido múltiplas dimensões ao longo da história. As alternativas que têm sido postas à disposição ou que têm sido negadas aos indivíduos ou à espécie permitem amplo leque de avaliações. Encontra-se tanto uma defesa incondicional</p>

das virtudes da vida laboriosa quanto o elogio do ócio ou a defesa de um tempo de trabalho apenas indispensável à sobrevivência.

Levando em conta as pressões históricas, sociais e mesmo psicológicas que condicionam estas visões, exemplificadas nos textos desta coletânea⁸, que permitem uma discussão da questão em seus aspectos contraditórios, escreva uma dissertação sobre o tema:

Trabalho: fator de promoção ou de degradação.

O trabalho: novo instrumento de degradação

Fábulas, provérbios, ditos populares. “O trabalho dignifica o homem”, “o trabalho liberta”. A referência ao trabalho é constante na literatura e em outras formas de expressão ideológica. O trabalho e o homem parecem eternamente ligados. A caracterização de um período histórico, de um modo de produção, da estrutura e da conjuntura de dada época passam necessariamente pela caracterização do tipo de trabalho realizado no período, tanto em relação à sua forma de recompensa – salário, casa ou chibata – quanto em relação à sua produtividade e eficácia. Aparentemente, o homem sempre manteve relações de trabalho. É essa expressão eternizada do trabalho que coíbe a reflexão quanto à validade do trabalho como atividade inerente ao homem.

Primitivamente, o trabalho apresentava-se como necessidade à sobrevivência e seu fruto era repartido coletivamente. O trabalho visto como atividade de mérito e remuneração individual, suprimindo qualquer ideário de comunidade e articulação social é criação recente. O trabalho passou de necessidade imposta para sobrevivência natural a necessidade imposta para sobrevivência social. Com a detenção dos meios de produção por uma única classe – não interessada em qualquer idéia de coletividade primitiva – o trabalho

⁸ As propostas de redações e as coletâneas dos vestibulares analisados nesta pesquisa (do vestibular de 1999 ao vestibular de 2006) seguem em anexo no final do texto. A coletânea do Tema A do vestibular de 2002 consta na página 156 do Anexo.

tornou-se a única “propriedade” do proletariado, sua mercadoria para a nova sociedade de classes, sua arma de sobrevivência.

Mas a aceitação do trabalho como atividade digna não foi imediata – principalmente na sociedade brasileira, onde quem trabalhava (escravos) estava no último degrau da classificação social, e a elite era composta justamente pelos adeptos do ócio (os grandes proprietários).

A visão negativa do trabalho, típica da sociedade brasileira pré-republicana, é um claro exemplo da influência estrutural e ideológica na formação de um conceito definido de trabalho (como degradante ou dignificante). Portanto, até mesmo a visão atual de trabalho como necessidade na formação moral do ser humano nada mais é do que uma adaptação ideológica a determinada estrutura econômica e social que tem no trabalho e na produção de excedentes sua base de sustentação.

Nesse contexto, o trabalho para produção de excedentes se tornou a única opção para inserção social. Dessa forma, o trabalho dignifica o homem, sim, não por sua essência bruta, mas por ser condição obrigatória à não marginalização. Trabalhar é manter-se vivo. Os desempregados – exército de reserva ameaçador – servem como força externa para coerção do indivíduo a trabalhar cada vez mais, produzir o que não consome, receber cada vez menos, sujeitar-se ao “sistema”.

E o homem, ex-sujeito da história, tornou-se objeto do sistema. A tecnologia, as máquinas e robôs seriam nossa salvação, enfim a liberdade do homem em relação ao trabalho. Ilusão. Tornaram-se apenas novas formas de coerção, instrumentos mais eficazes para mastigar a dignidade e reproduzir a miséria humana. Talvez o movimento ludista estivesse certo: a máquina é inimiga do homem; a máquina, expressão máxima do desenvolvimento técnico humano, potencializa a ambição, geradora da miséria humana.

O resultado da assimilação da tecnologia aos meios de produção ilustra a relação atual do homem com o trabalho. Ao invés de utilizar-se da técnica para libertar-se da obrigação do trabalho, o homem utilizou-a para implementar a produção. O trabalho tornou-se obrigatório e instrumento de opressão e distinção social. O homem não mais trabalha para si, tornou-se escravo do trabalho, num ciclo de imposições sociais que mantém os trabalhadores, como gado, submissos à vontade do patrão. E esse, por sua vez, é

uma marionete do sistema, do mercado, do monstro que o homem impôs a si mesmo: a ambição – a mesma que conduziu o conceito de trabalho de atividade dignificante para relação obrigatória e degradante.

Nesta redação se percebe claramente como as instruções do tema direcionam (e é exatamente isso que é esperado e cobrado) a realização dos textos dos candidatos. A começar pelo título “Trabalho: novo instrumento de degradação” vê-se o diálogo da redação com a proposta, cujo tema é “Trabalho: fator de promoção ou de degradação”. Ora, basta pensar que, se a proposta trouxesse a perspectiva do trabalho apenas como fator de promoção, seria incoerente caso o título do texto fosse precisamente contra esta perspectiva. A própria discussão, elaborada ao longo de todo o texto, sobre trabalho como algo nem sempre bom, claramente é uma “resposta” à proposta. Supondo, mais uma vez, que as instruções sobre o tema solicitassem que se tratasse o trabalho exclusivamente como algo positivo, certamente a perspectiva negativa do trabalho seria bem menos freqüente ou até mesmo não apareceria. Atendendo à discussão proposta para o tema, o candidato já traz no primeiro parágrafo o debate sobre a “validade do trabalho como atividade inerente ao homem”.

Além do diálogo com a proposta, o texto traz vários elementos da coletânea, ou seja, observa-se com nitidez a relação do candidato com vozes de “outros”. A retomada de palavras de outros, presentes na coletânea, sendo uma exigência do vestibular, é uma das características dos textos que obtiveram notas altas na prova. Como há uma ostensiva utilização da coletânea nesta redação, destacarei apenas alguns exemplos a fim de não estender demasiadamente a discussão.

Já no primeiro parágrafo, o texto se vale do excerto 3 da coletânea: “3. *Arbeit macht frei* (‘o trabalho liberta’, divisa encontrada nos portões do campo de concentração de Auschwitz) (COMVEST, 2002c, p.33). Na dissertação, essa frase – a voz do outro – está a serviço do projeto discursivo do candidato, sendo contestada, pois para o candidato o trabalho não é necessariamente positivo, nem sempre “liberta”.

Por sua vez, a idéia, presente no excerto 9, de que “a economia de subsistência” não é um “defeito”, “mas, ao contrário (...) recusa de um *excesso* inútil” (COMVEST,

op.cit., p.37, grifo do autor) é aplicada pelo candidato em seu texto com sentido bastante próximo ao que aparece na coletânea, pois tal idéia auxilia sua crítica ao trabalho que deixou de ser um meio de “sobrevivência natural” (“subsistência” na coletânea) para se tornar uma forma de exploração social:

O trabalho passou de necessidade imposta para a sobrevivência natural a necessidade imposta para a sobrevivência social. Com a detenção dos meios de produção por uma única classe – não interessada em qualquer idéia de coletividade primitiva – o trabalho tornou-se a única “propriedade” do proletariado, sua mercadoria para a nova sociedade de classes, sua arma de sobrevivência.

Os exemplos acima ilustram as diferentes formas de diálogo com a coletânea, comprovando que as relações com os enunciados precedentes podem ser várias: de aceitação quase total à negação. Isso confirma o pressuposto de Bakhtin ([1952-1953], p.272) de que um enunciado sempre pressupõe a existência de “enunciados antecedentes [...] com os quais entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte)”.

Assim, esta dissertação é claro exemplo de que cada “enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, *op. cit.*, p.272), na medida em que retoma enunciados precedentes (a coletânea) e se dirige a uma resposta futura (o julgamento da banca de correção).

Ao seguir a proposta do tema e utilizar a coletânea, o vestibulando está satisfazendo aos critérios de tema e coletânea da Comvest, ou seja, está atendendo às implicações de determinada situação discursiva: a prova do vestibular. Seu enunciado só pode ser adequadamente compreendido quando se considera a influência desta situação. Da perspectiva bakhtiniana, pode-se dizer que, atendendo a esses critérios da Comvest, o vestibulando está, ao mesmo tempo, desenvolvendo o conteúdo temático de seu texto, nitidamente retomando a palavra do outro em seu enunciado.

Prosseguindo na perspectiva bakhtiniana, a fim de entender como o texto é composicionalmente organizado, parece forçoso parafrasear, mesmo que brevemente, o modo como o tema é conduzido: em linhas gerais, a questão do trabalho é introduzida no início do texto, depois debate-se como a valorização ou a desvalorização do trabalho se liga a fatores históricos e econômicos, concluindo-se, ao término do texto, que hoje o homem é

escravo do trabalho dentro da ideologia capitalista. Para materializar essa realização do tema, o texto se vale de uma estrutura composicional próxima a: introdução (primeiro parágrafo), o desenvolvimento (do segundo ao sexto parágrafo) e a conclusão (último parágrafo). Vale destacar que falar em introdução, desenvolvimento e conclusão implica estar falando em conteúdo, pois é um determinado conteúdo que é introduzido, desenvolvido e concluído.

A composição do texto também precisa ser percebida no contexto da prova. A opção por uma estrutura tradicional talvez se deva ao receio de que inovações não fossem bem avaliadas na correção da redação ou ao tempo que a construção de uma estrutura menos ortodoxa poderia exigir. Mesmo que não sejam essas as razões desta escolha, certamente esta não independe do contexto do vestibular.

Em relação às escolhas lexicais e frasais que possibilitam o desenvolvimento do texto e caracterizam o estilo do enunciado, observa-se que os períodos simples – ou seja, aqueles que não possuem núcleo verbal ou possuem apenas um – aparecem com maior frequência no primeiro parágrafo, no início do quinto, sexto e sétimo parágrafos, e no “meio” do segundo parágrafo. As ocorrências no primeiro parágrafo e no início dos outros provavelmente são justificadas por seu caráter de introdução, ou seja, lançam as idéias que serão desenvolvidas em frases de período composto no decorrer do parágrafo ou no decorrer do texto. A escolha estilística dos períodos relaciona-se ao tema e composição do texto. Nas frases simples, as idéias são introduzidas, não por acaso nos inícios de parágrafos, e nas frases complexas, essas idéias são desenvolvidas.

Do mesmo modo, a abundante presença de frases simples no primeiro parágrafo mostra com nitidez a relação entre estrutura composicional, tema e estilo. A estrutura composicional prevê a introdução do tema no primeiro parágrafo e realmente isso ocorre; além disso, em nível fraseológico, o tema é linearizado em frases simples, adequadas à introdução deste tema.

Vale destacar ainda a ocorrência de uma frase simples no interior do segundo parágrafo: “O trabalho passou de necessidade imposta para a sobrevivência natural a necessidade imposta a sobrevivência social”. Essa frase com apenas um núcleo verbal (“passou”) articula o conteúdo que a precede, o trabalho relacionado à sobrevivência, ao

que a segue, o trabalho como imposição social. Porém, diferentemente de um uso mais corriqueiro de um período composto que bem poderia ter articulado as duas idéias, o uso da frase simples parece ser um ganho estilístico na medida em que não somente liga as idéias, mas estabelece um paralelo entre elas, o que é expresso no paralelismo mesmo da frase “O trabalho passou de [1. **necessidade imposta para a sobrevivência *natural***] a [2. **necessidade imposta a sobrevivência *social***]”, em que só os adjetivos “natural” e “social”, tão importantes na argumentação do texto, são substituídos.

As opções lexicais, fundamentais na constituição do estilo, devem ser examinadas, assim como as demais características do texto, no interior da esfera de enunciação: no caso, considerando-se a prova do vestibular. Embora na prova não haja qualquer instrução sobre o estilo, outros textos da Comvest, como os manuais do candidato (COMVEST, 1999a, 2000a, 2001a, 2002a, 2003a), recomendam explicitamente que as dissertações devem adotar o “estilo escrito e formal”. Esta dissertação possui um estilo claramente formal, como atestam uma série de palavras e expressões menos usuais no cotidiano como, entre tantos exemplos possíveis: “expressão ideológica”, “coíbe”, “mérito”, “ideário”, “coerção”. Há também outras palavras bastante formais que talvez venham da própria coletânea, como “ócio” e “degradante”. Se tal hipótese for verdadeira, tem-se um exemplo de que não é apenas em termos de conteúdo temático que a coletânea pode influenciar o candidato, também suas escolhas lexicais podem se basear nela.

Além do estilo formal, aparecem também passagens com estilo mais “literário”, ou seja, em que palavras como “fruto” e “arma” são usadas em sentido metafórico: “o fruto era repartido coletivamente” e “o trabalho tornou-se (...) sua arma de sobrevivência”. Também, no último parágrafo, merece destaque o uso de recursos comuns aos textos literários como a comparação em “trabalhadores, como gado” e metáforas “(patrão que) é uma marionete do sistema” e a “(ambição que é o) monstro que o homem impôs a si mesmo”. É interessante ressaltar que este aspecto estilístico, a emprego do léxico de forma mais metafórica, está concentrado em um espaço específico da estrutura composicional do texto: o último parágrafo. Isso pode ser reflexo de uma influência social: a crença - talvez herança da “chave-de-ouro” parnasiana - de que o texto precisa ter um arremate “excepcional”, alcançado, talvez, através da utilização de figuras de linguagem.

Até aqui, analisei três dos elementos constituintes do gênero: conteúdo temático, composição e estilo. Falta ainda abordar o “tom”, todavia isso demanda um cuidado ainda maior. Se falar em estilo ou mesmo em autoria gera grandes debates no meio acadêmico, como falar em “tom”, algo aparentemente tão subjetivo? Como escolher um adjetivo que possa expressar o “tom” do texto? Certamente qualquer leitor proficiente percebe, ainda que intuitivamente, que todo texto tem um “tom”: uns são mais sérios, outros mais bem humorados, por exemplo. Porém, quando numa análise acadêmica vai se falar em “tom”, entra-se, inescapavelmente, em um campo bastante suscetível a críticas. Basta pensar que diferentes pessoas podem atribuir diferentes “tons” a um mesmo texto e que, além disso, mesmo o autor do texto pode discordar da atribuição de determinado tom a seu texto. Apesar disso, é ainda mais grave ignorar o “tom”, já que os membros do Círculo reiteradamente afirmam que a “entonação expressiva é um traço constitutivo do enunciado” (BAKHTIN, [1952-1953], p.290). Assim, por não poder desconsiderar esse aspecto do enunciado, arrisco-me a dizer que o texto possui um “tom” sério, até mesmo de crítica social. Exemplo disso é a crítica do candidato à classe dominante “não interessada em qualquer idéia de coletividade primitiva” ou a afirmação de o homem é agora “ex-sujeito da história, tornou-se objeto do sistema”.

A tentativa de analisar um texto a partir de uma perspectiva bakhtiniana, implica não apenas em considerar o tema, a composição, o estilo e o tom, mas em vê-los em suas inter-relações, já que cada um desses aspectos se constitui emaranhado aos demais. Como visto, há no texto uma indissolúvel relação entre a composição e o tema: o texto não é uma estrutura vazia, pois carrega o conteúdo temático. Também a forma só pode ser apreendida a partir do conteúdo que veicula. Só é aceitável falar em introdução, desenvolvimento e conclusão quando o que está escrito, o tema propriamente dito, assim permite. Em resumo, a forma sugere o que cabe ser tematizado em cada parte do texto, mas apenas o tema torna possível a materialização da estrutura composicional.

Além disso, o tema, no caso o “trabalho”, poderia ser estilisticamente realizado de outro modo caso estivesse em outro gênero – poderia ser mais informal se fosse debatido numa mesa de bar ou mais “literário” se fosse um texto narrativo, por exemplo – mas é desenvolvido de maneira formal, apropriado à situação de comunicação. As escolhas

lexicais, que permitem um estilo formal, não apenas condizem com aquilo que é socialmente (e também pela Comvest) esperado de uma dissertação, como também ajudam a definir – estilisticamente – uma dissertação como tal. Ou seja, o estilo só pode ser entendido em sua relação com o gênero, pois é aí que ele se concretiza.

O “tom” sério dessa dissertação também se adéqua ao projeto discursivo do escrevente. Poderia soar um pouco estranho uma dissertação com uma estrutura composicional bastante tradicional e com estilo formal, ter um tom “debochado”, por exemplo. A relação do candidato com o tema, sua avaliação volitiva do tema, é séria e um tom “debochado”, por exemplo, traria certo descompasso ao texto.

A padronização das redações, de que a dissertação anteriormente analisada é exemplo, parece advir de dois motivos: a opção por uma estrutura composicional tradicional (introdução/desenvolvimento/conclusão) e pelo estilo formal; e o atendimento às instruções sobre o desenvolvimento do tema.

Assim, dada a influência das instruções relativas ao tema, passo a analisar brevemente as propostas de dissertações do vestibular, destacando a implicação dessas instruções na realização das redações.

Em 1999 (COMVEST, 1999c, p.21), o vestibular trazia a seguinte instrução⁹:

O Brasil está em vias de completar cinco séculos de existência aos olhos do mundo europeu. São os já conhecidos 500 anos de seu descobrimento, que serão comemorados oficialmente em abril de 2000. Como em qualquer data importante, o momento é oportuno para um balanço e uma reflexão. O balanço poderia resultar muito parcial, se se prendesse exclusivamente a fatos econômicos e a dados circunstanciais. Por isso, faz-se necessário, neste caso, considerar a questão *quem somos hoje*. Tendo isso em mente, e contando com o apoio obrigatório dos fragmentos abaixo [coletânea], escreva uma dissertação sobre o tema:

500 anos de Brasil

⁹ Vale lembrar que as propostas de redações e as coletâneas dos vestibulares analisados nesta pesquisa (do vestibular de 1999 ao vestibular de 2006) seguem em anexo no final do texto. A coletânea do vestibular de 1999, por exemplo, consta na página 141 do Anexo.

O alcance dessa instrução é perceptível, por exemplo, na retrospectiva histórica presente em várias redações, que procuram atender à ressalva da instrução de que se fixar “a dados circunstanciais” “poderia resultar muito parcial”. Além disso, houve, de forma generalizada, o debate sobre a data oficial da comemoração dos “500 anos do Brasil”, pois está data só faz sentido “aos olhos do mundo europeu”. Assim, no desenvolvimento do tema, os candidatos, em geral, partiram de uma discussão da questionável data histórica dos 500 anos de descobrimento, passando a discorrer sobre as mudanças, positivas e negativas, ocorridas no Brasil desde seu “descobrimento” até os dias atuais, para, enfim, concluir que a comemoração dos 500 anos deve ser vista com menos entusiasmo, já que o país ainda apresenta graves problemas sociais

Na viabilização dessa abordagem do tema, as redações trouxeram, comumente, a seguinte composição: introdução (o questionamento da data histórica), desenvolvimento (aspectos positivos e negativos das mudanças históricas no país) e conclusão (a necessidade de uma visão menos ufanista em relação à comemoração dos 500 anos). A opção por esta estrutura composicional tradicional e o desenvolvimento do tema orientado pelas instruções da prova geraram certa homogeneização nas redações. Isso não significa que todos os candidatos disseram a mesma coisa ou que seus textos não sejam diferentes entre si, mas que, devido às recorrências do gênero e às orientações acerca do tema, essas dissertações são semelhantes.

O vestibular de 2000 (COMVEST, 2000c, p.23) trazia a seguinte instrução para a dissertação:

Ao longo da história, por muitas razões, a água – este elemento aparentemente comum – tem levado filósofos, poetas, cientistas, técnicos, políticos etc., a reflexões que freqüentemente se cruzam.

Tendo em mente este cruzamento de reflexões e considerando a coletânea abaixo, escreva uma dissertação sobre o tema

Água, cultura e civilização

Seguindo essas instruções, bem como se amparando na coletânea que trazia idéias como a de que o homem sempre se relacionou com a água, desde as primeiras grandes civilizações (conforme o excerto 2 da coletânea), ou que a questão da água atualmente é bastante problemática (conforme excerto 1, por exemplo), muitos candidatos consolidaram seus textos do seguinte modo: geralmente no parágrafo introdutório, fizeram uma retrospectiva histórica, explorando a relação entre o desenvolvimento da humanidade e sua relação com a água até os dias atuais; relação que é, então, discutida nos parágrafos seguintes para, por fim, no último ou últimos parágrafos, concluírem que a questão da água impõe medidas urgentes para ser resolvida – alguns candidatos, inclusive, trazem propostas para a resolução do problema. Esquemáticamente tem-se a seguinte disposição: introdução/ retrospectiva histórica; desenvolvimento/ problematização da questão; conclusão/ a atual situação (e possíveis soluções para essa situação problemática).

O vestibular de 2001 (COMVEST, 2001c, p.35-36) trouxe a seguinte proposta para a dissertação:

Um dos temas dominantes de nossa época é o fim das fronteiras – científicas, geográficas, econômicas, de comunicação. Foram ultrapassados até mesmo os limites da ficção científica nas pesquisas sobre genoma e sobre a estrutura do universo e da matéria. No campo das comunicações, as novidades são diárias. Para muitos, vivemos sob o signo da globalização. Para outros, as conquistas da humanidade não são comuns a todas as pessoas. Paradoxalmente, continuam persistindo, e até se aprofundando, as lutas por identidades (culturais, de gênero, de etnia etc.).

Tomando como referência a coletânea abaixo, escreva uma dissertação sobre o tema:

Um paradoxo da modernidade: eliminação de fronteiras, criação de fronteiras.

As dissertações selecionadas como as melhores tendem a começar por uma retrospectiva histórica, em que se avaliam as origens das fronteiras atuais; fronteiras essas que são abordadas no desenvolvimento, com a conclusão, em geral, traçando um balanço de como estão essas fronteiras na atualidade. Outra vez, nota-se uma homogeneidade não

somente em relação à estruturação composicional, mas também quanto ao desenvolvimento temático. É relevante sublinhar que essa padronização de forma alguma significa que essas redações não sejam bons textos. As redações selecionadas são boas exatamente porque seguem adequadamente a estrutura composicional esperada pelo gênero e porque desenvolvem bem o tema, a partir das indicações das instruções da prova.

O vestibular 2002 (COMVEST, 2002c, p.31-32) trouxe a seguinte instrução para o Tema A, dissertação:

O trabalho humano tem assumido múltiplas dimensões ao longo da história. As alternativas que têm sido postas à disposição ou que têm sido negadas aos indivíduos ou à espécie permitem amplo leque de avaliações. Encontra-se tanto uma defesa incondicional das virtudes da vida laboriosa quanto o elogio do ócio ou a defesa de um tempo de trabalho apenas indispensável à sobrevivência.

Levando em conta as pressões históricas, sociais e mesmo psicológicas que condicionam estas visões, exemplificadas nos textos desta coletânea, que permitem uma discussão da questão em seus aspectos contraditórios, escreva uma dissertação sobre o tema:

Trabalho: fator de promoção ou de degradação.

Como nos anos anteriores, houve grande tendência a se retomar a questão retrospectivamente. Os candidatos, em suas discussões, souberam mostrar como o conceito de trabalho foi se transformando com o decorrer do tempo, o que corrobora a afirmação da proposta de que o “trabalho humano tem assumido múltiplas dimensões ao longo da história”. Essa indicação possivelmente foi responsável pelo fato de que a retrospectiva histórica – mais restrita à introdução em redações de outros anos – foi mais marcante neste vestibular, perpassando boa parte do texto. Os candidatos, em geral, não apenas partem da questão histórica, mas a desenvolvem em todo o texto de forma a concluir, no final das redações, que a visão do trabalho como promoção ou como degradação depende das condições históricas.

Além disso, é notório que as redações adotam, em geral, um posicionamento distante do lugar-comum do “trabalho como algo sempre bom”. Embora obviamente os

candidatos pudessem já ter uma visão mais sofisticada em relação ao trabalho – como algo que não é necessariamente sempre bom –, as indicações da proposta de que também há “o elogio do ócio ou a defesa de um tempo de trabalho apenas indispensável à sobrevivência” podem ter conduzido os candidatos a assumirem que o trabalho também encerra aspectos negativos. Isso demonstra o peso que as indicações da prova têm no desenvolvimento temático das redações.

No vestibular de 2003 (COMVEST, 2003c, p.31), o tema A trazia a seguinte proposta:

A palavra “evolução” tem sido usada em vários sentidos, especialmente de mudança e progresso, seja no campo da biologia, seja nas ciências humanas. Tendo em vista esses diversos sentidos, e considerando a coletânea abaixo, escreva uma dissertação em torno da seguinte afirmação do filósofo Bertrand Russel:

A mudança é indubitável, mas o progresso é uma questão controversa.

Também neste vestibular houve grande homogeneidade nos textos. As dissertações, em linhas gerais, trouxeram o seguinte desenvolvimento: na introdução, levanta-se a questão sobre se realmente toda mudança pode ser considerada progresso, em seguida, no desenvolvimento, os candidatos discutem através de fatos – especialmente acontecimentos históricos – que mudança nem sempre implica progresso, constatando-se, na conclusão, que mudança é diferente de progresso.

Em 2004 (COMVEST, 2004c, p.39-40), a proposta do vestibular trouxe a seguinte instrução:

Trabalhe sua dissertação a partir do seguinte recorte temático:

A cidade é o lugar da vida, espaço físico no qual acontecem encontros, negociações, tensões, num dinamismo permanente de criação e transformação.

Instruções:

- Discuta a cidade como um espaço múltiplo;

- Argumente **em favor** de uma visão dinâmica dessa multiplicidade;
- Explore os argumentos para mostrar que a cidade é um espaço que se configura a partir de relações diversas.

Essas indicações parecerem ter sido as responsáveis pelo aspecto “descritivo” que prevalece nas dissertações, com os textos especialmente voltados à descrição dos espaços urbanos atuais. Isso, creio, decorre de uma das instruções que recomenda a argumentação “**em favor** de uma visão dinâmica dessa multiplicidade” – e não, por exemplo, a problematização da cidade como um ambiente em que convívio de grupos diversos nem sempre é tão pacífico. Em consonância com a proposta, os candidatos, em geral, expuseram a cidade como um lugar razoavelmente tranquilo em termos das relações humanas.

O vestibular de 2005 (COMVEST, 2005c, p.35) teve como instruções para a dissertação o seguinte:

Proposta A

Trabalhe sua dissertação a partir do seguinte recorte temático:

A permanente reconfiguração do rádio, com suas mudanças na forma de transmissão e de recepção, mostra-nos a força desse meio de informação, divulgação, entretenimento e contato.

Instruções:

- Discuta o rádio como meio de difusão e aproximação;
- Argumente no sentido de demonstrar sua atualidade;
- Explore argumentos que destaquem as várias formas de sua presença na sociedade.

As dissertações, em sua maioria, articularam a introdução com uma retrospectiva histórica sobre o rádio, do seu surgimento aos dias atuais. No desenvolvimento, a retomada histórica mantém-se, acrescida, agora, de muita descrição,

discorrendo sobre o rádio e suas características. Por fim, as conclusões atestam que o rádio continua atual, atendendo à exigência de argumentar “no sentido de demonstrar sua atualidade”.

O vestibular 2006 (COMVEST, 2006c, p.40-41) trouxe a seguinte instrução para a dissertação:

Proposta A

Com auxílio de elementos presentes na coletânea, trabalhe sua dissertação a partir do seguinte recorte temático:

Diferentes são os meios de transporte, assim como as políticas adotadas pelo Estado para viabilizá-los. O Estado pode atuar de forma mais direta, por meio de financiamentos, concessões, isenções e privilégios fiscais, ou apenas exercer um papel regulador dos diversos setores envolvidos.

Instruções:

- 1) Discuta que meio(s) de transporte(s) deve(m) ser priorizado(s) para atender às necessidades da realidade brasileira atual.
- 2) Trabalhe seus argumentos no sentido de explicitar como esse(s) meio(s) pode(m) ser viabilizado(s) e qual poderia ser o papel do Estado nesse processo.
- 3) Explore tais argumentos de modo a justificar seu ponto de vista.

Em geral, os textos partem de uma retrospectiva histórica, a partir da qual os candidatos chegam ao atual quadro dos transportes no Brasil, momento em que passam a discutir os melhores meios de transporte, sendo especialmente citados o transporte ferroviário e o hidroviário. A maior parte das dissertações termina concluindo que o Estado tem importante papel no desenvolvimento dos transportes no Brasil, seja como executor, seja apenas como regulador.

Como já dito anteriormente a homogeneidade das redações parece advir de dois fatores: do atendimento às instruções da prova e da opção por um modelo canônico de

dissertação. Se o atendimento às instruções é característica específica da situação imediata de comunicação discursiva, a prova do vestibular, o mesmo não pode se afirmar sobre o modelo tradicional de composição recorrente em muitas dissertações. A situação discursiva inegavelmente pesa sobre a escolha de determinada estrutura composicional, mas essa vem daquilo que o aluno traz de sua bagagem prévia. Caiba talvez aqui, então, a pergunta: mas qual é essa bagagem? De onde o aluno traz essa composição canônica? Embora, para cada caso, a resposta a essa questão possa ser diferente, parece plausível supor que esse modelo canônico venha dos modelos escolares ensinados aos alunos. Vale notar ainda que não apenas em termos de composição há semelhanças entre as redações, a opção por um estilo formal e um tom neutro possivelmente também venham dos modelos escolares.

Ora, isso de algum modo poderia ser entendido como uma crítica aos vestibulandos, que somente seguiriam modelos, ou à escola, que ensinaria apenas uma composição dissertativa ortodoxa. Em nenhum dos casos, essa crítica é válida. É mais provável que os candidatos que tiveram seus textos selecionados optaram por um modelo canônico, visando serem bem avaliados, do que imaginar que esses vestibulandos, escritores proficientes, sejam incapazes de escreverem sem seguir uma estrutura dissertativa ortodoxa (introdução/desenvolvimento/conclusão).

Além disso, também a crítica à escola não é adequada, na medida em que cabe a ela, sim, ensinar através do recurso a determinados modelos, a partir dos quais cada escrevente possa desenvolver sua individualidade. Aliás, é comum a alguns gêneros uma maior estabilidade – especialmente em termos de composição. Vale notar que, como lembra Bakhtin ([1952-1953], p.283):

“Se os gêneros do discurso não existissem e se nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível.”

A estabilidade do gênero, entretanto, não impede certa flexibilidade, que permite novas contribuições que, poderão, no futuro, tornarem-se características estáveis e definidoras dele. O recurso às retrospectivas históricas, presentes em grande parte das redações, parece estar se constituindo como uma característica do gênero dissertação, pelo menos do gênero dissertação “escolar”. Esse recurso talvez seja fruto do próprio ensino

escolar, como também pode vir da assimilação de outras redações que dele se utilizam. Parece certo, contudo, que este recurso se mostra válido no contexto escolar e nos contextos de avaliação – como o vestibular –, pois possibilita ao aluno ou vestibulando demonstrar seu conhecimento acerca do tema tratado. A julgar pela avaliação das redações selecionadas pela Comvest, demonstrar um conhecimento mais profundo do tema pode contribuir para uma boa avaliação das redações.

4.2. Carta

Como nas dissertações, também é perceptível certa homogeneização nas cartas eleitas para comporem as coletâneas de 1999 a 2006. Essa homogeneidade provavelmente seja explicada por dois fatores: a opção por uma estrutura composicional típica e o atendimento às instruções sobre o desenvolvimento do tema. Possivelmente o fato de que as redações são julgadas pode ter pesado na escolha desses autores que – como escritores proficientes que são – bem poderiam ter optado por estruturas menos tradicionais para viabilizarem seus enunciados.

Como exemplo de texto que apresenta características comuns a outras cartas, analiso a seguir uma redação do Vestibular Unicamp 2002 (COMVEST, 2002c, p.197-200). Antes do texto, segue a proposta do tema (COMVEST, *op. cit.*, p.179-180):

Considerando especialmente as informações contidas na matéria jornalística transcrita abaixo [coletânea¹⁰], escreva uma carta a um interlocutor de sua escolha (por exemplo, a um sindicalista, a um político, a um empresário) sugerindo que ele se empenhe na aprovação de um projeto de lei que acabe com as horas extras.

Nesta carta, você deverá, necessariamente, especificar os principais pontos do projeto de lei que gostaria de ver aprovado.

Lembre-se de que você deverá identificar claramente seu destinatário e organizar seus argumentos, a fim de convencê-lo a acatar sua sugestão.

Campinas, 25 de novembro de 2001.

¹⁰ A coletânea do Tema C do vestibular de 2002 consta na página 160 do Anexo.

Estimado sindicalista João Felício,

Na árdua luta pela dignidade do trabalhador mais uma batalha se faz necessária: contra o recurso, por parte tanto de empresários quanto dos próprios trabalhadores, à hora extra. E nessa luta não são os empresários, nem tampouco (o que seria absurdo) os trabalhadores, os nossos adversários, mas o governo, devorador de impostos; urge, portanto, que nos empenhemos, representados em tua honesta figura, por fazer aprovar novas leis, um projeto que estimule a contratação, que encoraje os empresários, sempre acovardados em suas poltronas, a fazer uso da imensa quantidade de mão-de-obra ociosa disposta a produzir para eles. E é bom que o façamos logo, antes que essa mesma mão se disponha a destruir.

Companheiro, bem sabemos que a classe dominante não distribui renda porque é caridosa: fazem-no somente quando lhe é vantajoso; nem o governo voraz abre mão de um osso se não lhe acenamos com um filé. Sabemos, também, a quem de fato representam os congressistas em sua (necessária) maioria: a si mesmos. Seríamos, por conseguinte, ingênuos em querer simplesmente fazer passar uma lei proibitória do recurso às horas extras: nem mesmo os trabalhadores (que são, por vezes, também eleitores) a aceitariam, pois vêem com bons olhos, olhos gordos, a degradante possibilidade de ter aumentados seus salários às custas do ócio, da saúde, da segurança. É preciso mais que proibir.

Para a alegria do empresariado, sugiro que esse projeto de lei tenha por fundamento a redução dos custos de contratação e de demissão; e, como complemento a essa medida, que sejam aumentados sensivelmente os custos da utilização de hora extra: que a hora extra seja imensamente bem remunerada, e que tenha embutida em si uma alta carga tributária. De tal modo onerada, comprar horas extras se torna inviável; e a contratação, barateada, se torna desejável por parte do empresariado. Para compensar o governo pela perda de arrecadação decorrente da redução dos custos de contratação e de demissão sugiro que lhe seja permitida a punição severa de empresas envolvidas em acidentes de trabalho. E quanto à quase metade dos trabalhadores formais, que engorda o parco salário vendendo seu cansaço? É preciso que compreendam, ainda que de barriga

vazia, que fazer hora extra não é uma solução adequada para eles: é solução adequada aos interesses covardes dos que sobre nós se apóiam para erguer sua riqueza (mas isso, digamos em voz baixa: que não poderemos estar cansados no dia da revolução dos trabalhadores contra os proprietários).

Companheiro, eu quis trazer aqui minha opinião sobre a hora extra que desagrega minha família, que destrói minha saúde, porque ganho mal e não vejo alternativa; sei que tomo a vaga de alguém quando faço hora extra, e esboço aqui minhas vagas idéias sobre um projeto que, acredito, debes abraçar como legítimo representante não só dos que trabalham como também dos que querem trabalhar. Não são idéias luminosas, são expressão humilde de quem ignora as leis e sua feitura; tem paciência com elas.

De quem muito te estima,

J. F. K

A leitura desta carta evidencia que o candidato seguiu, de maneira muito adequada, as instruções da proposta. Ou seja, respondeu bem àquilo que lhe foi indicado. Já a escolha do “sindicalista” como interlocutor da carta é sugerida pela proposta (“escreva uma carta a um interlocutor de sua escolha (por exemplo, a um sindicalista (...))”. Além disso, o emissor¹¹ da carta pede a seu destinatário que lute “contra o recurso, por parte tanto de empresários quanto dos próprios trabalhadores, à hora extra”, cumprindo as instruções de recomendar ao interlocutor “que ele se empenhe na aprovação de um projeto de lei que acabe com as horas extras”. Quanto às instruções, grifadas em negrito, de que o candidato deveria **“especificar os principais pontos do projeto de lei que gostaria de ver aprovado”**, é notável que a carta exponha uma consistente sugestão sobre o modo como esse projeto de lei deve ser efetivado (COMVEST, 2002c, p.199):

¹¹ Os termos “emissor” e “receptor” devem ser entendidos apenas como uma referência ao papel de quem envia a carta (o emissor) e de quem a recebe (o receptor). Não assumo o emissor como aquele que emite algo sem levar em conta o contexto discursivo de enunciação, nem tampouco o receptor com alguém que passivamente recebe o discurso alheio. Se assim fosse, o aspecto dialógico da linguagem, fundamental na perspectiva bakhtiniana, não seria possível. Os termos, reitero, servem apenas para indicar aquele que age emitindo a enunciação (o emissor) e aquele que (supostamente) lê a carta (o receptor).

Para a alegria do empresariado, sugiro que esse projeto de lei tenha por fundamento a redução dos custos de contratação e de demissão; e, como complemento a essa medida, que sejam aumentados sensivelmente os custos da utilização de hora extra: que a hora extra seja imensamente bem remunerada, e que tenha embutida em si uma alta carga tributária. De tal modo onerada, comprar horas extras se torna inviável; e a contratação, barateada, se torna desejável por parte do empresariado. Para compensar o governo pela perda de arrecadação decorrente da redução dos custos de contratação e de demissão sugiro que lhe seja permitida a punição severa de empresas envolvidas em acidentes de trabalho.

Além disso, seguindo a instrução de que deveria considerar “*especialmente as informações contidas na matéria jornalística transcrita abaixo* [coletânea]”, o candidato dialoga todo o tempo com a coletânea em seu texto.

Já o interlocutor escolhido, “João Felício”, vem da coletânea. Trata-se do Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que é citado numa matéria jornalística que integra a coletânea. A idéia, lançada no primeiro parágrafo da redação, de que as horas extras são avaliadas como algo positivo pelos “próprios trabalhadores” retoma a coletânea, em que se lê que “a maioria dos trabalhadores encara esse expediente [a hora extra] como forma de complementar renda e aceita propostas de aumento da jornada”. Essa prática, trazida na coletânea como um exemplo da atitude dos trabalhadores, é criticada pelo autor da carta, segundo quem engordar “o parco salário vendendo seu cansaço” “não é uma solução adequada”. Ou seja, o que aparece na coletânea como um dos (possíveis) modos do trabalhador julgar a hora extra é criticado pelo autor, que de sua “ativa posição responsiva” (BAKHTIN, [1952-1953], p. 271) discorda desse julgamento.

O candidato também se mostra favorável a algumas propostas expostas na coletânea, aproveitando-as na sua argumentação. Valendo-se da informação de que os “custos de contratação e demissão são muito altos no Brasil”, o vestibulando sugere em seu texto “a redução dos custos de contratação e de demissão”, pois “a contratação, barateada, se torna desejável por parte do empresariado”. Isso, segundo o emissor da carta, poderia reduzir a “imensa quantidade de mão-de-obra ociosa disposta a produzir”, pois, segundo o economista Marcio Pochmann, citado na coletânea, com o fim das horas extras “seriam criados imediatamente 4,9 milhões de postos de trabalho no país, mais do que o suficiente para acabar com o contingente de 1,02 milhões de desempregados das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE”.

Segundo Bakhtin ([1952-1953], p.271): “(...) o ouvinte, ao perceber e compreender o significado (lingüístico) do discurso, ocupa simultaneamente a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.”. No caso do vestibular não se tem um ouvinte, mas um leitor, que assume uma posição ativa em relação à coletânea, ou seja, em relação aos enunciados que retoma. Esta redação exemplifica a afirmação de Bakhtin, demonstrando que o emprego de idéias da coletânea pode ir da concordância à discordância, com o uso dos enunciados alheios em função do projeto discursivo do vestibulando.

O atendimento às propostas da banca e o uso da coletânea conduzem o desenvolvimento temático do texto, que é composicionalmente estruturado de modo bastante tradicional. A composição da redação é a seguinte: primeiro é introduzido o problema a ser tratado na carta, depois discutido ao longo do texto, para, por fim, o emissor resumir a questão, retomando a discussão anterior e reiterando seu pedido ao destinatário.

Assim como o tema, que é desenvolvido tendo em vista a situação de comunicação, ou seja, o vestibular (suas instruções e obrigatoriedade de uso da coletânea), também a composição deve ser analisada neste contexto. Embora nem a prova, nem as publicações da Comvest tragam sugestões sobre a forma composicional, é improvável que contexto de produção, o vestibular, não interfira neste aspecto. Seria como supor que a esfera de comunicação não influenciasse o falante na realização de seu enunciado. É plausível imaginar que a opção por uma estrutura composicional tradicional se deva a fatores inerentes ao vestibular: a suposição de que uma forma composicional mais ortodoxa implique menos riscos na avaliação da redação ou a ausência do tempo necessário para realizar o texto em uma estrutura mais inovadora, que poderia exigir maior esforço.

Com relação às escolhas que determinam o estilo do texto, observa-se que nesta carta, diferentemente da dissertação anteriormente analisada, há somente períodos compostos, o que possivelmente se deva ao caráter argumentativo da carta, em que o emissor emprega os períodos compostos para argumentar a favor de seu ponto de vista e, ao mesmo tempo, sustentar de forma contínua o diálogo com o receptor. Os períodos compostos possuem duas funções neste texto: desdobrar a argumentação e conservar a

continuidade do diálogo. Exemplo desse uso dos períodos composto é a seguinte passagem do texto:

E nessa luta não são os empresários, nem tampouco (o que seria absurdo) os trabalhadores, os nossos adversários, mas o governo, devorador de impostos; **urge**, portanto, que nos **empenhemos**, representados em tua honesta figura, por **fazer aprovar** novas leis, um projeto que estimule a contratação, que encoraje os empresários, sempre acovardados em suas poltronas, a fazer uso da imensa quantidade de mão-de-obra ociosa disposta a produzir para eles. (COMVEST, 2002c, p.197-198, grifo nosso)

Veja-se, por exemplo, que o período composto serve tanto à argumentação quanto à interlocução. O emissor argumenta que “urge [...] fazer aprovar novas leis” que desencorajem o uso das horas extras, ao mesmo tempo em que mantém o diálogo com seu interlocutor, de quem ele espera empenho para que o projeto de aprovação dessas novas leis seja concretizado. Assim, em sua argumentação, o emissor traz a figura de seu interlocutor, mantendo com ele o diálogo, até mesmo porque é ao seu interlocutor que pretende persuadir de suas propostas.

Provavelmente se o emissor da carta se detivesse para fazer considerações genéricas, que bem caberiam em períodos simples, para, a partir delas, retomar sua argumentação, o caráter de diálogo da carta ficaria enfraquecido, mais parecendo o texto que disso resultaria uma “dissertação assinada” e enviada a título de carta. Logo, os períodos compostos reforçam uma característica peculiar do gênero carta: a manutenção do diálogo entre os interlocutores.

Como proposto por Bakhtin ([1952-1953], p.261), as escolhas lexicais ajudam na configuração do estilo do gênero e no caso desta carta, como também na dissertação analisada na seção anterior, as opções lexicais conferem ao texto um estilo formal. Esse caráter formal é apropriado ao gênero e ao (suposto) contexto de enunciação, pois se trata de uma carta que estabelece interlocução entre dois sujeitos, um trabalhador e um sindicalista, que não possuem intimidade alguma.

Segundo Bakhtin ([1952-1953], p.301), cada “gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o caracteriza como gênero”. Ou seja, a concepção do destinatário na realização do gênero e, por extensão, no estilo deste gênero. Apenas como exemplo, pode-se mencionar que

provavelmente essa formalidade não ocorreria, caso a carta tivesse namorados como interlocutores.

Apesar do predomínio da formalidade, há a presença de algumas expressões populares em sentido metafórico: “nem o governo voraz abre mão de um osso se não lhe acenamos com um filé”, “pois vêm com bons olhos, olhos gordos” e “ainda que de barriga vazia”. O uso dessas metáforas populares auxilia a construção da imagem do emissor da carta, um trabalhador humilde, e isso contribui para configuração do gênero carta, em que a caracterização dos interlocutores é imprescindível. A carta não seria a mesma se outro fosse o emissor (um empresário, por exemplo, ao invés desse trabalhador) ou se fosse outro o receptor (um deputado, por exemplo, e não o sindicalista). Na carta não se pode esperar um escritor genérico, nem um leitor qualquer. A escolha lexical, na medida em que auxilia na construção da imagem do emissor, reitera uma característica deste gênero: a especificidade dos interlocutores.

Na prova não há nenhum comentário sobre o estilo das cartas, tampouco os textos da Comvest trazem sugestões acerca disso. Provavelmente isso se explique pelo fato de que cada carta, como seus diferentes interlocutores, pede um estilo apropriado. Nesta carta, o candidato soube adequadamente escolher um estilo eficiente para a situação de comunicação fictícia que a carta propunha.

Após a análise dessa redação ilustrativa daquilo que é mais recorrente nas cartas selecionadas pela Comvest, passo a descrever sucintamente como, em geral, os candidatos de cada ano responderam às propostas das cartas dos vestibulares examinados.

O vestibular de 2000 (COMVEST, p.171-176, grifo do autor) trouxe a seguinte proposta para a carta:

TEMA C

Em várias instâncias têm surgido iniciativas que podem resultar em uma nova política em relação à água, até hoje considerada um bem renovável à disposição dos usuários. Abaixo estão trechos de notícias relativamente recentes com informações sobre algumas dessas iniciativas [segue a coletânea]

Redija uma carta a um deputado ou senador contrário à criação da Agência Nacional da Água (ANA). A carta deverá **argumentar a favor** da criação do novo órgão que, como a ANP, a ANATEL e a ANEEL, terá a finalidade de definir e supervisionar as políticas de um setor vital para a sociedade. Nessa carta, você deverá sugerir ao congressista **pontos de um programa**, a ser executado pela Agência Nacional da Água, programa que deverá incluir novas formas de controle.

ANP: Agência Nacional do Petróleo; ANATEL: Agência Nacional das Telecomunicações; ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica

ATENÇÃO: AO ASSINAR A CARTA, USE INICIAIS APENAS, DE FORMA A NÃO SE IDENTIFICAR.

Nas cartas, em geral, o emissor lança, no início, o problema da criação da ANA, argumentando, depois, sobre a validade dessa criação, de modo a persuadir o receptor da carta – contrário à ANA. O final da carta traz geralmente o escrevente reiterando sua esperança em ter convencido o interlocutor a mudar seu posicionamento. O estilo adotado na maioria das cartas é formal, condizente com a posição do receptor da carta – um deputado ou senador.

O vestibular de 2001 (COMVEST, 2001c, p.163) trouxe a seguinte proposta para o TEMA C:

TEMA C

Suponha que você seja ou o juiz que decidiu pela volta do menino Elián a Cuba, ou um parente de Elián que lutou por sua permanência nos Estados Unidos, ou o pai de Elián, que lutou por sua volta a casa. Colocando-se no lugar de uma dessas pessoas, e considerando os pontos de vista expressos no texto abaixo [coletânea], escreva uma carta a Elián, mas para ser lida por ele quinze anos depois desses acontecimentos, *tentando convencê-lo de que a posição que você assumiu foi a melhor possível.*

As cartas apresentaram alguma variação especialmente por conta da diversidade dos possíveis emissores: o pai, o juiz ou algum parente de Miami. De acordo com esses emissores, houve uma adequada seleção de argumentos: como o pai que diz que nada é mais importante do que ter o filho junto a si e poder educá-lo; como tio que vive em Miami e teme que o sobrinho passe por necessidades na decadente Cuba pós-guerra fria; ou como juiz que justifica que a figura paterna está acima de lutas políticas, entre outros. Porém as variações se restringem a este aspecto somente. Em termos composicionais há uma tendência generalizada de iniciar o texto contextualizando historicamente a carta – falando que ela foi escrita 15 anos antes de Elián lê-la –, seguindo-se pela argumentação, e terminando-se, em geral, com votos de que Elián entenda a posição que o emissor tomou frente ao problema de sua volta ou não a Cuba. Estilisticamente há uma maior diversidade já que aqueles que assumiram a máscara de pai optam por um estilo mais “informal” – num “tom” mais familiar e até mesmo emotivo –, enquanto aqueles que optaram pela máscara de juiz tendem a um estilo mais formal.

O vestibular de 2002 (COMVEST, 2002c, p.179-180) trouxe a seguinte proposta para a carta:

TEMA C

Considerando especialmente as informações contidas na matéria jornalística transcrita abaixo [coletânea], escreva uma carta a um interlocutor de sua escolha (por exemplo, a um sindicalista, a um político, a um empresário) sugerindo que ele se empenhe na aprovação de um projeto de lei que acabe com as horas extras.

Nesta carta, você deverá, necessariamente, especificar os principais pontos do projeto de lei que gostaria de ver aprovado.

Lembre-se de que você deverá identificar claramente seu destinatário e organizar seus argumentos, a fim de convencê-lo a acatar sua sugestão.

Das cartas selecionadas, nenhuma foi dirigida a um empresário, uma teve como interlocutor um sindicalista, sendo que as demais trouxeram figuras políticas como destinatários. Os argumentos empregados a fim de convencer o destinatário da importância

do término das horas extras são recorrentes e demonstram a boa leitura que os candidatos fizeram da coletânea: assim, um dos argumentos mais utilizados é o de que a extinção ou a diminuição das horas extras produziria um aumento no número de empregos. A recorrência dos argumentos acarreta certa similitude entre as cartas.

A estrutura composicional que viabiliza esse desenvolvimento temático também apresenta alguma padronização: há a saudação formal ao interlocutor, seguida pela exposição do problema das horas extras, propondo-se seu fim, e, concluindo o texto, é lançada a expectativa de que o destinatário da carta efetivamente se empenhe para aprovação do projeto de lei sugerido pelo emissor. Quanto ao estilo, na maior parte das cartas opta-se pela formalidade, adequada aos destinatários: políticos e sindicalista.

O vestibular de 2003 (COMVEST, 2003c, p.161-164) trouxe a seguinte proposta para carta:

TEMA C

Periodicamente, ao longo da história, pensadores têm afirmado que a humanidade chegou a um ponto definitivo (o “fim da história”). O artigo abaixo, parcialmente adaptado, que Denis Lerrer Rosenfield publicou no jornal *Folha de S. Paulo* em 28/06/2002, de certo modo retoma essa afirmação. [Segue o texto de Rosenfield]

*Escreva uma carta, dirigida ao **Editor** do jornal, **para ser publicada**. Após identificar a tese central do texto de Rosenfield,*

- a) caso concorde com o ponto de vista do autor, apresente outros argumentos e fatos que o reforcem;*
- b) caso discorde do ponto de vista do autor, apresente argumentos e fatos que o contradigam.*

✓ Para realizar essa tarefa, além do texto acima, considere também os que se seguem: [segue-se uma coletânea de textos]

Seguindo as instruções, todas as redações selecionadas apresentaram como destinatário o editor do jornal Folha de S. Paulo. Além disso, em todas elas o emissor assumiu uma posição contrária à do articulista Rosenfield. Isso chama atenção, pois também se oferecia ao vestibulando a possibilidade de ser favorável ao articulista. Essa opção unânime seguramente se deve tanto à leitura do texto introdutório quanto à coletânea do Tema C. No texto introdutório, informa-se que “Periodicamente, ao longo da história, pensadores têm afirmado que a humanidade chegou a um ponto definitivo (o ‘fim da história’)”, o que pode conduzir um leitor mais atento a deduzir que esse “fim da história” nada mais é do que uma falácia, já que nunca se concretizou, apesar de ter sido anunciado inúmeras vezes. Como o texto de Rosenfield argumenta justamente no sentido deste “fim”, é de se esperar que os candidatos (bons leitores) se contraponham a ele. Além disso, a coletânea compõe-se de textos que auxiliam no combate à tese de Rosenfield: seja porque é impossível persuadir o mais forte, segundo a fábula de Esopo; seja porque consta na Bíblia que o pequeno Davi venceu o gigante Golias; seja porque, numa leitura mais refinada, o candidato pode perceber, a partir do texto de Marx, que a realidade é sempre mutável.

A propósito da organização composicional do tema, é comum que os textos contextualizem o motivo da carta (o texto de Rosenfield que lhes incitou escrever ao editor do jornal), passem a argumentar contra a tese do articulista, terminando, em geral, com a afirmação de que a história muda e de que, portanto, a atual conjuntura mundial é passível de transformação. O estilo formal é assumido em todas as cartas.

O vestibular de 2004 (COMVEST, 2004c, p.41-42) trouxe a seguinte proposta:

PROPOSTA C

Trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

As definições do que é patrimônio histórico têm mudado, incorporando âmbitos e aspectos que ampliam o alcance do conceito e, com isso, o raio de ação da legislação. Fala-se em patrimônio edificado, mas também em patrimônio afetivo. Tudo o que é relevante para determinada comunidade pode ser considerado patrimônio.

Instruções:

- Escolha um bem urbano, **material ou não**, que você considere relevante para ser preservado em sua cidade;
- Argumente **em favor** da preservação desse bem;
- Dirija a carta a uma pessoa que, na sua opinião, pode vir a se tornar um aliado na luta pelo tombamento desse bem.

As cartas selecionadas trouxeram vários desenvolvimentos do tema, como, por exemplo: o cidadão que pede ao prefeito o tombamento de uma favela; o filho que, distante da sua cidade natal, pede à mãe que se mobilize a fim de evitar a destruição da casa de Frei Clemente, importante líder religioso negro local; ou a mulher que escreve a sua amiga – agora secretária do Meio Ambiente em Pindamonhangaba – para que ela interfira contra a destruição de uma praça que tem valor afetivo para ambas e para toda uma comunidade.

Se quanto ao desenvolvimento do tema houve alguma variação, com relação à estrutura composicional predomina o seguinte esquema: no início o emissor indica o bem a ser tombado, argumentando, na sequência, em prol desse tombamento e apelando, no encerramento da carta, ao interlocutor para que este ajude decisivamente na questão.

O estilo também apresentou alguma diversidade, pois os candidatos escolheram máscaras distintas para o emissor e para o destinatário, de tal modo que quando a interlocução se dá entre amigas ou entre filho e mãe, por exemplo, opta-se pela informalidade, ao passo que, quando se escreve para prefeitos, senador, promotor de justiça, a formalidade prevalece.

O vestibular de 2005 (COMVEST, 2005c, p.37-38) trouxe a seguinte proposta para a carta:

PROPOSTA C

Trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

Atendendo aos vários segmentos do público em diferentes horários, as emissoras de rádio definem a sua programação em torno de um leque variado de opções: programas de

música, esporte, informação, religião, etc. Programas que um dia fizeram muito sucesso já não existem mais, como a rádio-novela e os programas de auditório.

Instruções:

- Imagine um programa de rádio que, em sua opinião, deva sair do ar;
- Argumente pela retirada desse programa da grade de programação;
- Dirija a carta a um interlocutor que possa interferir nessa decisão.

Houve alguma variedade na eleição dos destinatários da carta, que foram desde os responsáveis por rádios, ministros e senadores, até primos e filhos que, de algum modo, poderiam remover determinado programa do ar.

O desenvolvimento temático esteve estritamente atrelado à natureza do programa que se pretendia retirar do ar: houve dois textos que argumentaram pelo fim da “Voz do Brasil”, por seu espírito antidemocrático; um que se voltou contra um programa veiculado em inglês, que, em sua visão, nada trazia que pudesse oferecer de bom ao ouvinte; e os demais se opuseram a “programas de bobagens”, por seu caráter pouco contributivo e por seu tom apelativo e, algumas vezes, chulo.

Na estrutura composicional que materializa o tema, em geral, costuma-se expor logo no início o programa que deve ser tirado do ar, argumentar em favor desta remoção ao longo da carta e terminar apelando ao interlocutor para que ele intervenha no assunto. Em termos estilísticos, as cartas endereçadas a parentes e amigos são mais informais, enquanto as outras são mais formais.

O vestibular de 2006 (COMVEST, 2006c, p.42-43) trouxe as seguintes instruções para a carta:

PROPOSTA C

Com auxílio de elementos presentes na coletânea, trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

A atuação da sociedade civil, por meio de movimentos sociais ou ações individuais, é fundamental para a gestão dos meios de transporte. Um estímulo para essa atuação são os canais de comunicação direta com os usuários, criados por agências reguladoras de transporte.

Instruções:

- 1) Selecione um problema relativo à segurança nas estradas.
- 2) Argumente no sentido de demonstrar como esse problema afeta os usuários das rodovias.
- 3) Dirija sua carta a uma agência reguladora de rodovias, apresentando uma reivindicação.

OBS: Ao assinar a carta, use apenas as iniciais, de modo a não se identificar.

Das dez cartas selecionadas, apenas uma não indicou nominalmente o destinatário, referindo-se a ele como “Senhor diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre”, duas foram endereçadas a Luis Carlos Franchini, gerente de fiscalização da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP), e as demais tiveram como interlocutor José Alexandre Nogueira de Resende, diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). A escolha desses interlocutores certamente vem do fato de que eram citados na coletânea.

Houve alguma variedade no desenvolvimento temático em função das diversas reivindicações que foram endereçadas ao interlocutor da carta. Alguns pediram a criação de agências que regulassem os veículos das prefeituras (a fim de evitar acidentes como o de Itatinga, relatado na coletânea), outros sugeriram que as agências reguladoras já existentes (como a ARTESP) é que regulassem esses veículos das prefeituras, outros reivindicaram uma maior atuação dessas agências frente às empresas concessionárias que administram certos trechos das estradas e muitos solicitaram melhorias nas condições das estradas (melhor sinalização, reparação de buracos, aumento na iluminação, etc.).

As redações também apresentaram certa variabilidade na estrutura composicional: alguns emissores começam relatando problemas pessoais para depois fazerem pedidos de ordem coletiva; outros iniciam elogiando a ANTT, depois passam a

descrever os problemas de segurança, para, enfim, reivindicarem melhorias; outros principiam o texto expondo o quadro problemático dos transportes no Brasil, para, então, solicitar alguma mudança, etc. Apesar dessas diferenças há um movimento constante: a contextualização do problema de segurança e, em seguida, a reivindicação. Assim, se os elogios às agências, que podem ou não aparecer, diferenciam de alguma forma os textos, o movimento da “exposição do problema” à “reivindicação” acaba por dar a todos um caráter bastante homogêneo. Essa homogeneidade é ainda reforçada pelo tom formal que caracteriza estilisticamente quase todas as cartas.

Assim como em relação às dissertações, também nas cartas a homogeneidade dos textos parece vir de dois fatores: do atendimento às instruções da prova e da escolha por certo padrão de carta. Ainda uma vez, cabe novamente a questão: esse padrão vem de onde, já que nada é indicado ao candidato na prova? É bastante provável que – a exemplo do que se pode supor quanto à dissertação – esse modelo venha da escola. Esquemáticamente tem-se o seguinte padrão: marcas formais iniciais (cidade, data, destinatário), colocação inicial da questão, problematização dessa questão e conclusão, em geral, com reiteração de pedidos e sempre com as marcas formais de encerramento (“cordialmente”, “sinceramente”) e nome ou iniciais do emissor.

A estrutura da carta composicionalmente elaborada em colocação da questão, problematização e encerramento lembra aquela da dissertação canônica com introdução, desenvolvimento e conclusão. Talvez isso indique que, de algum modo, a escola buscou na dissertação referências para abordar o gênero carta já que no vestibular este gênero tem caráter argumentativo, caráter já trabalhado pela escola nas dissertações. Essa hipótese pode ainda ser reforçada pelo fato de que até o aparecimento da carta argumentativa no vestibular da Unicamp, esse gênero era pouco abordado na escola, que provavelmente não tinha muitos subsídios para ensiná-lo.

4.3. A homogeneidade das redações: estabilidade do gênero e indicações sobre o tema

O modo como o gênero foi concretizado pelos vestibulandos esclarece a homogeneidade característica da maior parte das redações, tanto das dissertações como das

cartas: a realização do tema guiada pelas indicações da prova e apoiando-se (necessariamente) na coletânea, a composição fundamentalmente tradicional, o estilo essencialmente formal e o tom apropriado ao tratamento do tema.

Segundo Voloshinov: “*A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação*” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929, p.117, grifo do autor). Logo, entender essa enunciação, a redação no vestibular, passa por compreender o gênero no contexto específico da prova.

A situação imediata de comunicação é o vestibular, cujo meio social mais amplo é o cenário de ingresso em universidades públicas no Brasil. Tais instituições oferecem menos vagas do que a demanda, o que inevitavelmente gera disputa pelas poucas vagas existentes, sobretudo quando se trata de determinados cursos e de determinadas universidades. Neste cenário, de modo um tanto quanto esquemático, há dois lados: o dos candidatos e o dos avaliadores. Aqueles buscando serem bem avaliados por esses, pois disso depende uma maior chance em ser aprovado e, portanto, ingressar nessas universidades gratuitas e socialmente reconhecidas.

Logo, o vestibular, a situação imediata de comunicação, é uma situação tensa, em que a escrita está sujeita ao julgamento dos corretores da prova. A consideração dessa avaliação é que leva os – bons – candidatos a seguirem de perto as instruções da prova e a se ampararem na coletânea para construírem seus textos. Consequência disto é a generalizada homogeneidade das redações no que se refere ao conteúdo temático.

Do mesmo modo, é considerando a futura apreciação a que estão sujeitos que parece razoável aos candidatos optar por uma estrutura composicional mais tradicional, já que não lhes é possível prever como inovações na composição podem ser julgadas pela banca de correção. Além disso, o tempo para a realização da prova pode inibir a realização de uma composição mais inovadora, que poderia exigir um maior esforço. Ou seja, a situação de comunicação contribui também para a homogeneidade das redações, na medida em que o vestibular parece favorecer a recorrente opção por estruturas composicionais tradicionais.

A escolha pelo estilo formal predominante nas dissertações talvez decorra da leitura das publicações da Comvest em que se recomenda o “estilo escrito e formal” (COMVEST, 1999a, 2000a, 2001a, 2002a, 2003a) para esse gênero ou, é razoável conjecturar, venha da experiência dos vestibulandos, que em sua vida escolar provavelmente tiveram mais contato com textos dissertativos com estilo formal. Embora a formalidade também seja preponderante nas cartas, aqueles que se valeram de outros estilos – informais ou afetivos, por exemplo – possivelmente foram bem orientados (por seus professores, supõe-se) a respeito de que o estilo pode variar em função da situação (no caso do vestibular, situação fictícia) de comunicação e, por extensão, em função da diversidade dos participantes da interlocução. De qualquer forma, é impossível imaginar que as escolhas estilísticas dos candidatos, mesmo que não sejam explicitamente orientadas pela prova, independam do vestibular e da conseqüente avaliação a que os autores estão sujeitos.

O “tom” dos textos pode parecer algo mais subjetivo e talvez realmente esse aspecto possibilite uma maior aplicação da individualidade do autor, mas este é também um elemento do gênero e, portanto, reflete as condições de produção do enunciado. Basta lembrar que o tom é a expressão volitiva de relacionamento do autor como o seu objeto de discurso e que esse objeto (o tema de sua enunciação) é proposto pelo vestibular e, mais do que isso, conduzido pelas instruções da prova.

Se o peso do vestibular na homogeneidade das redações é inegável, outro ponto não pode, de modo algum, ser ignorado: as características próprias dos gêneros, a estabilidade que permite a eles sua manutenção histórica. Especialmente com relação à estrutura composicional típica – estrutura que, segundo Bakhtin ([1952-1953], p.261), define “acima de tudo” o gênero –, parece possível crer que a dissertação e a carta argumentativa são gêneros em a composição tradicional seja algo esperado, ao passo que a emergência do estilo individual, embora possível, não seja uma imposição característica do gênero. Embora não haja indicações sobre essa estrutura, nem tampouco se declare que a forma tradicional é bem aceita, a avaliação da Comvest, que classifica como adequadas várias redações com estruturas composicionais semelhantes, parece validar a hipótese de que há certo padrão composicional, que, inclusive, é positivamente avaliado pela instituição. Ou seja, isso parece confirmar nossa hipótese inicial de que a adequação ao

gênero contribui para uma boa avaliação das redações, pois muitas daquelas que foram eleitas como as melhores expressam aquilo que marca a estabilidade dos gêneros.

Além disso, a ausência de indicações sobre a forma composicional conduz a outra hipótese: trata-se de uma forma socialmente bem conceituada e constantemente empregada, de tal maneira que se configura como um modelo, ainda que isso não seja (talvez nem precise ser) dito. O candidato, portanto, precisa trazer de sua bagagem, do seu contato (social) com outros textos dissertativos – escritos em situação de vestibular ou não –, conhecimentos para a composição de sua redação. Convém lembrar que não apenas essa bagagem estará sendo avaliada no vestibular, mas a capacidade do candidato de equacionar seu conhecimento do gênero às instruções sobre o tema da prova.

Vale notar que, tanto em relação às cartas quanto em relação às dissertações, a homogeneidade encontrada nestes gêneros deve ser compreendida no interior do *corpus* que analiso. Essas redações que são aqui tomadas como homogêneas, pois estão uma em confronto com a outra, certamente se singularizam no contexto mais amplo do vestibular. Veja-se que, entre milhares (literalmente) de redações, a essas redações foram atribuídas as melhores notas e, além disso, elas foram escolhidas para comporem a coletânea publicada pela Comvest. Ou seja, certamente entre as demais redações, esses textos são parecem tão homogêneos; na verdade, até chamam a atenção, singularizam-se pela extrema capacidade de concretização dos gêneros a que se filiam. De certo modo, portanto, pode-se dizer que essas redações são singulares pela qualidade com que conseguem se adequar a um determinado gênero, de tal forma que uma instituição como a Comvest as toma como representativas daquilo que melhor expressa esse gênero.

Uma última observação ainda se faz necessária. A coletânea, por um lado, contribui também para a homogeneidade verificada nas redações, já que os candidatos devem necessariamente aplicá-la em seus textos, e, há grande recorrência na utilização de determinadas idéias e excertos. Por outro lado, a coletânea tem um papel extremamente positivo no vestibular da Unicamp, pois através dela, pretende-se, obviamente dentro dos limites da situação do vestibular, simular circunstâncias concretas de enunciação. Conforme Bakhtin (1924, p.86):

(...) todo o discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está

voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por uma névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele.

A coletânea, portanto, traz exatamente a possibilidade de uma escrita mais próxima de uma situação real de comunicação, em que o sujeito enuncia se valendo (explicitamente ou não) de enunciados precedentes – seus e alheios.

Se a homogeneidade dos textos pode ser atribuída, por um lado, às instruções da prova e ao uso da coletânea, por outro, ela indica que muitos dos candidatos bem avaliados recorrem a modelos bem aceitos dos gêneros. Essa homogeneidade, portanto, não é algo negativo, pelo contrário, indica que os candidatos souberam se apropriar dos gêneros em que se expressam. A homogeneidade dos textos indica que nessa apropriação apoiaram-se especialmente naquilo que é mais estável, mais recorrente nos gêneros e isso foi, inclusive, bem avaliado pela Comvest. Ou seja, respondendo a uma de nossas perguntas iniciais, é possível observar que os candidatos que se adequaram ao gênero, por terem domínio dele, foram bem avaliados pela Comvest e, o que é extremamente relevante, essa adequação, muitas vezes, está baseada no caráter mais estável do gênero.

5. Os indícios de estilo individual nos diferentes gêneros discursivos

O texto-coisa me espia

Com o olho de outrem. (Passagem do poema “Texto de Consulta”, in: MENDES, Murilo. Convergência, 1970)

Outra de nossas perguntas de pesquisa era: seria possível encontrar em redações traços que pudessem ser tomados como indícios de estilo individual? Além disso, caso houvesse esses traços, eles seriam bem avaliados numa situação de vestibular? Como já visto anteriormente, a maior parte dos vestibulandos optou realizar seus textos baseando-se naquilo que é mais estável no gênero, eximindo-se de imprimir uma maior individualidade naquilo que a flexibilidade dos gêneros permite. Entretanto, apesar da homogeneidade de grande parte das redações, algumas se destacam, pois são, em certa medida, diferentes das demais. O critério da “diferença”, da “singularidade” dessas redações, entretanto, pode ser questionado como pouco científico; pelo menos no sentido galileano de científico.

Para lidar com condições como essas “de disciplinas eminentemente qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos individuais, *enquanto individuais*, e [que] justamente por isso alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade (...)” (GINZBURG, 1986, p.156), amparo-me no paradigma indiciário, elucidado por Ginzburg (*op. cit.*) em “Mitos emblemas sinais: morfologia e história”.

O paradigma indiciário é “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”. (GINZBURG, *op. cit.*, p.149). Segundo Ginzburg (*op. cit.*, p.151), o método indiciário sempre esteve presente na vida do homem, pois por “milênios o homem foi caçador”, sendo obrigado “a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba”. O homem constantemente está diante de indícios, pequenas marcas que podem guiá-lo na elaboração de hipóteses interpretativas. A habilidade do caçador que sabe interpretar pegadas, o conhecimento do médico que consegue diagnosticar doenças a partir de sintomas, a perspicácia do historiador de arte capaz de desvendar a autenticidade de um quadro a partir de pequenos detalhes na execução da pintura, são:

(...) formas de saber tendencialmente *mudas* – no sentido de que, como já dissemos, suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou diagnosticador limitando-se a pôr em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição. (GINZBURG, 1986, p.179, grifo do autor).

Como nos exemplos anteriores, também a seleção de algumas redações, digamos, mais “singulares”, está baseada num conhecimento imponderável, em que há grande dose de intuição. Foi através da leitura de todas as redações e comparando umas às outras que selecionei aquelas de que trato neste capítulo. Entretanto, seria mesmo impossível explicitar as “regras” desta seleção intuitiva, já que tais “regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas” (GINZBURG, *op. cit.*, p. 179).

Busquei nessas redações marcas que pudessem ser tomadas como indícios de estilo individual de escrita. A possibilidade de empregar o paradigma indiciário no exame de textos foi concebida pelas professoras Maria Bernadete Marques Abaurre, Maria Laura Trindade Mayrink-Sabison e Raquel Salek Fiad, que propuseram uma forma inédita de se buscar nos textos indícios daquilo que se pretendia entender. Os indícios podem ser buscados para se entender diferentes fenômenos, entre os quais o estilo individual que é um dos mais relevantes temas analisados por essas pesquisadoras (ABAURRE; FIAD; MAYRINK-SABISON, 1997). Em seus trabalhos, as professoras analisam especialmente textos de *corpora* longitudinais, que permitem elaborar hipóteses mais consistentes acerca da emergência de um dado estilo individual.

Embora certamente seja mais plausível falar em estilo quando se analisa um *corpus* longitudinal que permite verificar se determinados traços se mantêm (constituindo-se numa marca de estilo) ou não no percurso de escrita de um sujeito, o paradigma indiciário ainda parece válido na busca por marcas que possam indicar certo estilo, mesmo quando há apenas um texto sendo analisado. Possenti, por exemplo, no artigo “Indícios de autoria” (2002), adota o paradigma indiciário a fim de debater se é possível pensar em autoria quando toda a obra de um autor que se conhece é apenas um texto, sua redação do vestibular, no caso. O lingüista discorre sobre a questão da autoria, relacionando-a ao estilo, e assegura que “um certo estilo não é incompatível com a assunção – necessária – de que o sujeito sempre enuncia de posições historicamente dadas num aparelho discursivo

institucionalizado e prévio”. (POSSENTI, *op. cit.*, p.5) Para Possenti, portanto, o estilo depende da posição em que o sujeito se insere no meio discursivo.

Esse entendimento é próximo às proposições dos membros do Círculo de Bakhtin de que o estilo precisa ser contemplado no interior do gênero discursivo e, conseqüentemente, dentro do contexto social de enunciação. O estilo individual é mais satisfatoriamente compreendido se o enunciado e suas particularidades são tomados no interior da cadeia discursiva. Ou seja, o paradigma indiciário parece apropriado ao estudo das marcas individuais de escrita, inclusive considerando-se (como propõem os membros do Círculo de Bakhtin) o contexto discursivo de emergência destas marcas.

Assim como na discussão de Possenti (2002), nesta pesquisa é analisado apenas um texto de cada autor. Portanto, aquilo que se coloca aqui como estilo, deve ser visto apenas como uma hipótese, especialmente porque não estou procurando traçar o percurso estilístico de um autor, mas buscar, em um único texto, marcas que o diferenciem na comparação com outros. Para um estudo que pudesse considerar de forma mais efetiva se essas marcas são indícios de estilo individual, seria necessário um *corpus* mais extenso de textos de cada candidato. A ocorrência de indícios de estilo em mais textos de um mesmo sujeito poderia reforçar nossa hipótese sobre a existência do estilo como um processo, já que no caso da redação do vestibular os indícios encontrados podem ser apenas um evento (talvez único). O estudo de um *corpus* mais extenso de textos de cada candidato poderia fornecer novos indícios que poderiam confirmar que se trata, sim, de um processo estilístico do autor, de tal forma que, talvez, fosse possível atribuir a autoria de certo texto a certo candidato através dos indícios de seu estilo individual de escrita.

Assim, como as redações aqui analisadas foram selecionadas em contraste com outras, trago também redações “mais canônicas”, a fim de explicitar, por comparação, como as redações diferem em termos de sua realização do gênero – com suas composições próprias, seus tratamentos singulares dos temas, seus tons diferentes e, claro, seus estilos particulares.

5.1. Dissertação

A seguir, comparo duas redações do vestibular de 2003 em que – apesar de se apoiarem sobre a mesma coletânea e de se guiarem por orientações temáticas comuns – é possível notar diferenças, assumidas aqui como indícios de estilo. Antes das redações, segue a proposta da dissertação (COMVEST, 2003c, p.31).

A palavra “evolução” tem sido usada em vários sentidos, especialmente de mudança e progresso, seja no campo da biologia, seja nas ciências humanas. Tendo em vista esses diversos sentidos, e considerando a coletânea¹² abaixo, escreva uma dissertação em torno da seguinte afirmação do filósofo Bertrand Russel:

A mudança é indubitável, mas o progresso é uma questão controversa.

Mudança constante, progresso apenas relutante

Algumas correntes da filosofia grega pregavam que a realidade podia ser encarada como um rio em movimento – o constante fluxo da água o tornava sempre um lugar em incessante mudança, jamais havendo dois rios iguais em diferentes intervalos de tempo. Tal idéia ainda é adequada para explicar o nosso mundo atual, em que os crescentes avanços do conhecimento científico contribuem para acentuar exponencialmente o fluxo das mudanças, ampliando o rio da realidade para uma enorme cachoeira em plena queda. Dentro desse novo contexto cabe discutirmos, ante a velocidade e inevitabilidade das mudanças, se elas são positivas para a sociedade em sua atual forma e de que modo se desenvolverá o contínuo progresso científico.

Primeiramente, associando os dois objetivos citados, vale compararmos as idéias de progresso científico com a de evolução social. A teoria da evolução, como se sabe, foi desenvolvida por Charles Darwin e sua aplicação na compreensão da sociedade humana encontra duas interpretações distintas. A primeira é oriunda da corrente racionalista, do século XIX, e encara toda a evolução como um processo linear que resultaria, ao seu término, em uma sociedade plena por meio de “fases evolutivas”. As mudanças efetuadas pelo homem, nesse caso, seriam necessariamente positivas, pois, por

¹² A coletânea do Tema A do vestibular de 2003 consta na página 163 do Anexo.

serem frutos da acumulação de conhecimentos técnicos e científicos, levariam à plenitude social. Mas é baseada justamente na ineficiência de tais avanços técnicos em solucionar as tensões sociais que surge uma segunda interpretação evolucionista: a de que o sucesso das mudanças não se relaciona com sua capacidade em trazer progresso social, mas depende de fatores como as relações de poder e de exploração, verdadeiros mecanismos de seleção natural das mudanças.

O segundo ponto de vista leva ampla vantagem em relação ao primeiro quando comparamos os aspectos teóricos diante da dura realidade prática. Para isso, basta tomarmos como exemplo a Revolução Industrial. De acordo com os seguidores da evolução linear, tal revolução seria extremamente benéfica, pois permitia, afinal, que o conhecimento obtido pelo homem o levasse a melhor controlar seu futuro. No entanto, ela produziu um enorme abismo social na Inglaterra, onde fora concebida, e ainda trouxe gravíssimos danos ao meio ambiente e à saúde humana. De forma semelhante, podemos observar que enquanto o crescimento da tecnologia no último século trouxe invenções como os computadores, ela também acarretou desemprego em massa e aumento agravante das diferenças sociais entre países pobres e ricos.

O que ocorre, na verdade, é que a tecnologia se desenvolveu, ou evoluiu, em direção à obtenção de lucro, e não na melhoria da qualidade de vida de grande parcela do globo. Ao contrário da obtenção da utópica sociedade plena, a evolução do conhecimento prejudicou a espécie como um todo. Assim, fica clara a diferença entre os progressos técnicos e sociais. Infelizmente, enquanto o primeiro é uma constante no nosso mundo em mudança, o segundo continua mero sonho.

Com base nos argumentos levantados, podemos concluir que o atual fluxo de mudanças não é positivo para a nossa sociedade. Devemos selecionar o progresso que nos leve ao surgimento de uma melhor espécie, da mesma forma que a natureza seleciona seus habitantes mais adaptados. O desenvolvimento do conhecimento torna as mudanças inevitáveis, mas ainda cabe a nós usá-las como forma de melhorar nossa sociedade.

O autor dessa redação (COMVEST, 2003c, p.65-69) já principia atendendo à proposta pelo título, “Mudança constante, progresso apenas relutante”, em que traz a

perspectiva de que “A mudança é indubitável, mas o progresso é uma questão controversa”, citação de Russel, que é base para o desenvolvimento do tema.

Além disso, o candidato sabe se valer da informação de que o “progresso é uma questão controversa” e, em seu debate sobre a “mudança” versus “progresso”, mostra, pelo menos, “duas interpretações distintas” que a “teoria da evolução” pode receber. Caso se mencionasse na prova que a evolução é exclusivamente positiva, possivelmente poucos candidatos se oporiam a essa visão, defendendo que a evolução encerra também aspectos negativos. Isso não é de modo algum irrelevante, pois ilustra o enorme peso que as orientações desempenham no desenvolvimento temático dos candidatos – ainda mais dos bons candidatos, que lêem adequadamente as instruções da prova.

Como também é de se esperar em um texto selecionado entre os melhores, há extensivo uso da coletânea. A informação de que o termo “evolução” cunhado na área da biologia depois se propagou para outros campos, trazida no segundo parágrafo da redação (“A teoria da evolução, como se sabe, foi desenvolvida por Charles Darwin e sua aplicação na compreensão da sociedade humana encontra duas interpretações distintas”) parece se originar do excerto 2 da coletânea em que se lê que: “A evolução, como sabemos, foi um conceito típico daquela época. Surgiu ele nas ciências da natureza, e depois, por analogia, se estendeu às ciências do homem”. Além disso, o candidato, ao debater a perspectiva da “evolução como um processo linear que resultaria, ao seu término, em uma sociedade plena por meio de ‘fases evolutivas’”, pode estar respaldado neste mesmo excerto da coletânea em que se expõe que do “ponto de vista das ciências do homem [...] a plenitude era entendida como o advento de um estado de civilização superior, e os povos eram vistos como seguindo fases evolutivas até chegar a uma final, superior, que seria o ápice da evolução”. O escrevente utiliza esses elementos da coletânea de acordo com seu projeto discursivo: ele assume como verdadeiro o dado histórico sobre a disseminação do conceito de “evolução”, mas discorda da posição de que a “evolução” sempre leva a melhorias. Ou seja, o uso das vozes alheias – presentes na coletânea – está organizado sob o ponto de vista do candidato, em função daquilo que pretende enunciar.

A estrutura composicional, que permite a materialização do enunciado, é basicamente tradicional. Algumas marcas ilustram esse tradicionalismo como o uso do

advérbio “Primeiramente” que abre o segundo parágrafo, espaço composicional destinado a avaliar “primeiramente” aspectos relevantes para discussão do tema. Ainda neste mesmo parágrafo, o candidato marca explicitamente a existência de “duas interpretações distintas” sobre a evolução, uma veiculada no segundo parágrafo e a outra (“O segundo ponto de vista”) descrita no terceiro. Outra marca desse tradicionalismo composicional é a expressão “podemos concluir que” presente no último (e conclusivo) parágrafo: “Com base nos argumentos levantados, podemos concluir que (...)”. O fato de classificar a composição desse texto como tradicional não deve de modo algum ser entendido em sentido pejorativo: o recurso a essa estrutura é uma opção do candidato que soube fazer – bom – uso dela.

Juntamente a essa composição tradicional, observa-se um estilo formal e um tom quase neutro condizentes com esse projeto de texto, em grande medida, tradicional – mas certamente bem executado, é necessário destacar.

Herdeiros de Narciso

“Nos campos da Grécia Antiga, andava o mais belo pastor que já pisara na Terra. Encantando deuses e mortais, Narciso nunca teve real consciência de sua beleza até que, deparando-se com um veio de água cristalina, fitou seu reflexo. Perplexo e maravilhado, inebriou-se em paixão e desespero ao perceber que não podia tocar seu amado, padecendo ali, inane, morre e desperta a piedade divina que o transforma em flor.” Desde os primórdios da humanidade o homem evoluiu em todos os sentidos, sobrepujando as condições hostis do meio e sociabilizando-se para a preservação da espécie. Biologicamente, tornou-se a espécie dominante no planeta, canalizando recursos naturais aos seus desígnios pelo advento da razão; esta, em si, percorreu desde os primeiros feitos da Pré-História, passando pelo obscurantismo da Idade Média e renascendo à luz de Newton e Descartes, levando o homem aos quatro cantos do mundo e chegando a lançar-lhe para dentro de si no surgimento das ciências humanas. Contudo, o homem carregou em si durante a evolução a paixão de Narciso, convertida num paradoxo que orientou o desenvolvimento humano: a paixão e o ódio que ele sente por si mesmo.

A magnitude do potencial humano para alterar o mundo ao seu redor de acordo com suas vontades é inegável. Nesse caso, a paixão de Narciso está presente, visto que, após tomar consciência de seu poder, o homem foi além da mera subsistência e passou a fazer uso de sua invencibilidade para ostentar sua imagem. Derrotou as barreiras naturais, fazendo uso dos componentes do planeta para desenvolver tecnologias e equipamentos. Espalhou-se por todo o globo, vencendo regiões inóspitas e construindo habitações que foram desde vilas até metrópoles. Enveredou-se pelos mistérios da vida e da morte, desenvolvendo as ciências da cura. Porém, é aí que se torna perceptível o paradoxo do narcisismo humano, uma vez que o homem canaliza todo o seu poder para adular a si mesmo em detrimento de seu reflexo, ou seja, de seus semelhantes, explorados durante as conquistas evolutivas ou excluídas delas. Assim, os equipamentos e tecnologias atingidos acabaram por dinamizar milhões em guerras e conflitos de toda natureza; as habitações miríficas das metrópoles convivem com nossos desabrigados; e o saber científico voltado à cura restringe-se a uma parcela da população, condenando outras à morte e à dor.

No campo das relações sociais e interpessoais, o paradoxo narcísico da evolução se evidencia à medida que, ao se desenvolver e incorporar novos conceitos e ideais, o homem cultua mais e mais a si mesmo e, ao mesmo tempo, repudia as diferenças que fazem do ser humano um ser particular e único, discriminando seus pares e estabelecendo fatores de segregação como as castas, os credos, as raças e, modernamente, as posses. Nesse contexto, a sociedade – nascida originalmente da necessidade de proteção pelo agrupamento – tornou-se palco de toda a sorte de conflitos, transformando-se em fonte de fragmentação e insegurança, a partir da incorporação da violência. Indo além, mesmo em face do século XXI, tendo passado por diversas revoluções culturais e herdado o Humanismo da Renascença, o preconceito e a intolerância ainda representam o flagelo de povos inteiros e ceifam milhões de vidas anualmente.

Com respeito à noção de progresso que se pode associar à constatação indubitável da mutabilidade do ser humano, a psicanálise de bases freudianas concebe o desenvolvimento psíquico da mente ao longo da vida de uma forma tal que permite um paralelo entre a progressão do indivíduo e a história humana. Dentro dessa conjuntura, partindo de uma mente tomada por impulsos naturais da infância, a criança, comparável ao

homem primitivo, introjeta objetivos e modelos de conduta a partir da vivência e dos conflitos com o meio; após essa fase, já obedecendo ao narcisismo na construção de uma identidade própria, o adolescente, como os homens das idades Média e Moderna, debate-se em conflitos internos no defrontamento entre a idealização de seu poder e os limites de sua condição diante do mundo exterior; e, finalmente, na idade adulta, e, por analogia, no mundo contemporâneo, o homem amadurece seus métodos e lapida seus objetivos, mas continua dado ao individualismo da adolescência e às feridas da infância, representadas no plano social pela própria ideologia liberal de mercado, que pode ser interpretada, como uma forma amadurecida, na tendência biológica de competição.

Seja qual for o conceito aplicado à evolução, o homem certamente percorreu um longo caminho desde suas origens até os dias atuais, tendo sido bem-sucedido tanto como ser vivo quanto na forma de indivíduo social e cultural. Contudo, o advento da razão e suas implicações, ao mesmo tempo que permitiu ao homem chegar às estrelas e dominar o planeta, deu-lhe o poder para, transformando o amor de Narciso em ódio, cometer atrocidades em nome de ideais e propósitos que giravam em torno de sua auto-ostentação, às custas do padecimento de outros seres humanos. Sendo assim, apesar de ter evoluído cada vez mais, o homem regride a seus ímpetos mais primordiais, mostrando-se egoísta e cruel, acabando por se tornar ainda mais perigoso por ter ímpetos incontrolláveis de uma criança e os poderes incondicionais de um adulto.

“Oh, belo Narciso/ Esteja atento para prateado veio/ não por ver-se bonito/ mas por reconhecer-se feio.”

Nesta redação (COMVEST, 2003c, p.89-95) como em outras, a exemplo do texto “Mudança constante, progresso apenas relutante” analisado anteriormente, o tema é composicionalmente organizado do seguinte modo: no início, pondera-se sobre a diferença entre mudança e progresso; desenvolve-se o texto, ilustrando com fatos históricos essa diferença, para, enfim, concluir-se que a mudança é sempre contínua, mas que nem toda mudança suscita progresso social.

Apesar dessa semelhança, “Herdeiros de Narciso” apresenta um desenvolvimento temático bastante peculiar. O candidato admite que desde “os primórdios

o homem evolui em todos os sentidos”, corroborando, assim, a declaração de Russel de que a “mudança é indubitável”. Ressalva, porém, que essa mesma evolução permitiu ao homem canalizar “todo o seu poder para adular a si mesmo em detrimento de [...] seus semelhantes”. Ou seja, o candidato está atento à advertência – também expressa na máxima de Russel – de que, apesar das mudanças, o progresso é algo controverso. Isso mostra que o autor da redação está considerando as instruções da prova, mas será a partir da interpretação psicológica da relação narcísica do homem consigo mesmo, que ele alcançará a questão central da prova: a diferença entre “mudança” e “progresso”. Estabelecendo ao longo de todo o texto uma comparação – freudiana – entre o homem, na condição de espécie, e o homem, como ser psicológico único, o autor discorre sobre a evolução, comparando o homem a Narciso, ser vivo poderoso, mas prisioneiro de seu próprio egocentrismo – para usar uma expressão de cunho psicanalítico. Esse tratamento temático peculiar pode ser considerado um indício (cf. GINZBURG, 1986) da particularização do texto, que contribui para sua singularização em confrontos com as demais dissertações.

A voz do outro também aparece na realização do projeto discursivo do vestibulando como na passagem “[O homem] Derrotou as barreiras naturais, fazendo uso dos componentes do planeta para desenvolver tecnologias e equipamentos. Espalhou-se por todo o globo, vencendo regiões inóspitas e construindo habitações que foram desde vilas até metrópoles” que parece dialogar com o excerto 5 da coletânea em que se lê: “Pelo controle do fogo e pela habilidade de fazer roupas e casas, o homem pode viver, e vive e viceja, desde o Círculo Ártico até o Equador”. Isso pode indicar que qualquer enunciado, por mais singular que seja, sempre se apóia em outros enunciados em sua constituição. Apesar da voz do outro estar nesta redação a serviço do projeto discursivo particular do candidato, não é o aspecto que mais marca a singularidade desta redação. Isso não quer dizer que a coletânea – vinculada principalmente ao tratamento temático, sob a óptica bakhtiniana – possa ser vista como algo que está à parte de todo o projeto arquitetônico singular do texto. O uso menos singular da coletânea talvez apenas indique que a individualidade de um texto pode ser mais ou menos marcada nos diferentes elementos que compõem o gênero.

Como atesta Bakhtin ([1952-1953], p.262), “o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional [...] estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado”, do que se deduz que o tratamento peculiar do tema tem implicações na composição e no estilo do texto, já que são indissociáveis da unidade discursiva do enunciado.

Esta redação apresenta uma estrutura composicional atípica. Diferentemente da dissertação “Mudança constante, progresso apenas relutante”, por exemplo, em que a organização sequencial do texto (primeiro isso, depois aquilo, mais adiante aquilo outro...) é explicitamente marcada, a redação “Herdeiros de Narciso” se inicia abruptamente lançando (entre aspas) a lenda de Narciso como se fosse uma epígrafe. A partir daí, o candidato já passa dissertar sem se preocupar em contextualizar o leitor. Sua organização composicional também se destaca pelo modo, novamente abrupto, como se lançam versos ao final do texto: versos que certamente fazem sentido em relação ao texto, mas que são transcritos sem nenhuma amarração direta com o que os precede. O autor do texto parece supor que seu leitor é suficientemente capaz de entendê-lo, sem a explicitação da articulação que sustenta a redação.

Além disso, a lenda de Narciso, que inicia o texto, nesta dissertação funciona como uma “unidade estilística de composição”¹³ (BAKHTIN, 1934-1935, p.73) tipicamente narrativa. Breves comentários narrativos – por exemplo, relatando a trajetória do homem dos primórdios aos dias atuais – são até comuns em dissertações, mas aqui a narrativa não está dispersa no texto, e sim num espaço composicional unicamente dedicado a ela. Do mesmo modo, a série de quatro versos finais, em que, novamente, é citado o mito de Narciso é uma estrutura composicional extremamente inusitada quando se pensa em dissertações. Embora seja até recorrente nas dissertações selecionadas o uso de referências literárias, essa redação inova por dedicar um espaço de sua composição exclusivamente a esses versos. Essas duas “unidades estilísticas de composição” são realmente únicas, não havendo outra redação das analisadas nesta pesquisa que as utilize – pelo menos, não de maneira tão enfática e claramente (composicionalmente) expressa.

¹³ Embora esse conceito seja exposto por Bakhtin na análise do gênero romance, creio que a idéia de “unidades de composição” possa ser estendida a outros gêneros.

As opções do candidato também conferem ao texto um estilo singular, de algum modo, mais “literário”, mais “metafórico”. Claro que outras dissertações também empregam metáforas; basta citar, por exemplo, que em “Mudança constante, progresso apenas relutante” aparece a construção “ampliando o rio da realidade para uma enorme cachoeira em plena queda”. Porém, em “Herdeiros de Narciso”, em estreita relação com seu desenvolvimento temático peculiar e suas inovações composicionais, o autor investe em muitas metáforas que resultam num estilo bastante literário, que o diferencia de outras redações que, se fazem uso de figuras de linguagem, fazem-no de uma maneira bem menos marcada. O fato de iniciar o texto narrando o mito de Narciso, de valer-se dele ao longo do texto e de retomá-lo no final sugere o uso de palavras e expressões como “veio de água cristalina”, “inane”, “prateado veio”, entre outras, que se adéquam à exposição desta lenda (literária).

Todas essas singularidades (temáticas, composicionais e estilísticas) conferem à redação um tom mais “literário”, “filosófico” e “psicanalítico” do que aquele encontrado em outras dissertações. Ou seja, os indícios de estilo individual passam por todos os elementos do gênero, já que o desenvolvimento temático particular implica uma composição, um estilo e um tom singulares. Essa redação, embora traga nitidamente características de uma dissertação, parece “desestabilizar” um pouco a relativa estabilidade do gênero, através das inovações que lhe conferem estilo próprio.

Falar que a redação “Herdeiros de Narciso” apresenta indícios de estilo individual não impede que também se possam perceber esses indícios na redação “Mudança constante, progresso apenas relutante”, pois, conforme Bakhtin: “Todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual.” (BAKHTIN, [1952-1953], p.265). Se eu proponho a redação “Herdeiros de Narciso” como exemplo de redação singular é porque consegui encontrar nela, apoiando-me no paradigma indiciário, marcas, mais evidentes, de um trabalho particular com a linguagem, que assumo como indícios de estilo individual.

...

A seguir, comparo novamente duas dissertações para mostrar distintos modos de responder às instruções de um mesmo tema (vestibular 2004), que é transcrito abaixo (COMVEST, 2004c, p.39-40), antecedendo as redações analisadas:

Trabalhe sua dissertação a partir do seguinte recorte temático:

A cidade é o lugar da vida, espaço físico no qual acontecem encontros, negociações, tensões, num dinamismo permanente de criação e transformação.

Instruções:

- Discuta a cidade como um espaço múltiplo;
- Argumente **em favor** de uma visão dinâmica dessa multiplicidade;
- Explore os argumentos para mostrar que a cidade é um espaço que se configura a partir de relações diversas.

Desejos tangíveis

Heterogeneidade, sincretismo. Isto é a cidade, espaço de complexas relações humanas, econômicas e ideológicas, caracterizando um dinamismo indiscutível. Surgidos a partir da necessidade de melhores condições de vida, os espaços urbanos não se restringem hoje apenas a esse objetivo e conceito, mas sim a uma área em constante transformação, capaz de tornar tangíveis as necessidades e ideologias da sociedade.

De fato, as cidades, desde a Antigüidade, caracterizam-se por serem centros de relações sociais, como as pólis gregas. A designação contemporânea de cidade começa a florescer na Baixa Idade Média (séculos XI ao XV), durante o renascimento comercial, que originou as trocas comerciais (início do mercantilismo), formação da burguesia e das corporações de ofício, prenunciando as idéias capitalistas.

Atualmente, os espaços urbanos são importantes difusores de conceitos. Neles, o homem transforma o que o rodeia visando integração de todos os elementos indispensáveis para a sobrevivência. É nestes espaços que surgem e são eles que inspiram

as expressões artísticas, visto que eles agregam a heterogeneidade de raças, culturas, ideologias, tanto de formas harmônicas como desarmonicas.

Hoje, indiscutivelmente, as cidades são a imagem do homem moderno, inserido no mundo globalizado e capitalista. Não obstante, a cidade funde os elementos futuristas, como a modernização e tecnologia urbana, com elementos do passado, como o patrimônio histórico.

Em contrapartida, nota-se o crescimento desorganizado desses espaços, como no caso das megacidades. Migrações e êxodo rural contribuem com o inchaço urbano, provocando a impossibilidade de agregações do excesso de pessoas. Tal fenômeno é visivelmente exemplificado pelas favelas, que são habitações construídas em áreas periféricas e inapropriadas. Ademais, há outros problemas urbanos, como a verticalização do espaço, poluições (sonora, visual, ambiental), violência, desemprego, entre outros.

Assim, a cidade desperta sentimentos antagônicos, como amor e ódio. Viver sem a sua influência é praticamente impossível no cenário atual. Embora existam os problemas urbanos, as vantagens que ela propicia são superiores, já que, sendo uma área de diversos sincretismos, o desenvolvimento do pensamento do ser humano, do espírito crítico frente a tantas diversidades é propiciado. Com este desenvolvimento, as transformações ininterruptas que ocorrem no espaço urbano poderão resultar, de uma forma geral, na melhoria do último, permitindo a coexistência pacífica da sociedade e das modificações.

Esta redação (COMVEST, 2004c, p.81-84), exemplar do que foi mais recorrente entre as dissertações selecionadas pela Comvest, inicia-se do seguinte modo: “Heterogeneidade, sincretismo. Isto é a cidade, espaço de complexas relações humanas, econômicas e ideológicas, caracterizando um dinamismo indiscutível.” Ou seja, desde seu início, o candidato atende à proposta de tratar “a cidade como um espaço múltiplo” – em suas palavras, “heterogêneo”. Além disso, a heterogeneidade da cidade é caracterizada, como propunha a prova, por “um dinamismo indiscutível”. Em todo o texto, o vestibulando, seguindo às indicações da prova, versará sobre a cidade como lugar em que se “agregam a heterogeneidade de raças, culturas, ideologias”.

Como qualquer enunciado que se fundamenta em discursos precedentes, o candidato aproveita vozes alheias em sua redação, referindo-se, por exemplo, à discussão sobre o “patrimônio histórico” que consta no excerto 9 da coletânea¹⁴, em “Não obstante, a cidade funde os elementos futuristas, como a modernização e tecnologia urbana, com elementos do passado, como o patrimônio histórico”. Aliás, isso não poderia ser diferente, já que a utilização da coletânea é uma exigência da situação discursiva, ou seja, da prova do vestibular.

Além disso, é notório no texto seu aspecto descritivo, especialmente no terceiro e no quarto parágrafos em que o autor compõe um quadro das cidades atualmente, retratando-as como espaços heterogêneos (“heterogeneidade de raças, culturas, ideologias”) e múltiplos (“a cidade funde elementos futuristas [...] com elementos do passado”). O caráter descritivo deste texto, assim como de muitos dos outros selecionados, certamente decorre da adoção de uma “visão dinâmica” da “multiplicidade” das cidades sugerida pela proposta do tema. Como não cabe ao candidato, por exemplo, discutir se as cidades são ou não múltiplas e dinâmicas, resta-lhe apenas retratá-las como indicado pela prova.

A composição do texto é bem típica, com o tema introduzido no início, trabalhado ao longo do texto e finalizado no último parágrafo. Sua organização composicional é bastante clara, já que textualmente marcada. O autor vai explicitamente conduzindo o leitor pelo caminho de sua argumentação: no primeiro parágrafo expõe a questão das cidades, “espaço de complexas relações humanas, econômicas e ideológicas”, passa, no segundo parágrafo, à retrospectiva histórica (“De fato, as cidades, desde a Antigüidade...”), para chegar, no terceiro parágrafo, à época presente: “Atualmente, os espaços urbanos são importantes difusores de conceitos (...)”. Os aspectos positivos das cidades, “imagem do homem moderno”, são traçados no quarto parágrafo. No quinto parágrafo, “Em contrapartida” aparecem os problemas das cidades, estando, no último parágrafo, a conclusão de que “Embora existam os problemas urbanos, as vantagens que ela [a cidade] propicia são superiores.” Outro exemplo da composição típica do texto é o uso do advérbio “assim”, na acepção conclusiva de “logo”, “deste modo”, etc., que abre o último, e não por acaso conclusivo, parágrafo.

¹⁴ A coletânea do vestibular de 2004 encontra-se na página 168 do Anexo.

O estilo da dissertação é nitidamente formal, como atestam as escolhas lexicais (“sincretismo”, “indiscutível”, “obstante”, entre tantos outros exemplos possíveis). Como o autor do texto não devia problematizar a questão das cidades, mas assumi-las como espaços múltiplos, o tom da redação, como era de se esperar, é essencialmente neutro – não há posição a ser refutada ou debatida; o ponto de vista já está dado.

Por trás das paredes

Do encontro à união. Talvez duas famílias amigas em busca de convivência amigável, talvez pessoas em perigo na luta contra um inimigo comum... Ou, quem sabe, nada disso! Por que não uma “trombada” casual entre um homem e uma mulher andando em sentido contrário? A trombada explicaria melhor toda a dinâmica do que é atualmente uma cópia diminuída (mas nem por isso menos complexa) do planeta como um todo.

A cidade, vista em toda a sua diversidade, mostra constantemente os choques entre grupos diferentes quanto a pontos de vista, filosofias, ideais, trabalho ou mesmo quanto à marca de uma camiseta que não pode ser de todos. Desde suas formas mais primitivas, quando os primeiros seres humanos resolveram ou, por acaso, passaram a conviver em um mesmo local, a inconstância de um comportamento padrão nos núcleos urbanos tornou-se marca registrada e pouquíssimas vezes violada. Inconscientemente muitas pessoas se chocam. Sempre foi assim e certamente continuará sendo não pelo fato de os semelhantes se repelirem (como chamar de semelhantes seres tão complexos e singulares como os homens?), mas sim pela incompreensível lei antifísica que trata da repulsão não generalizada entre os diferentes.

Com o passar dos anos, o caráter ainda rural das pioneiras cidades foi sendo modificado pela dinâmica de seus moradores e, conseqüentemente, de seus interesses. De simples agrupamentos humanos em busca de segurança a gigantescos espaços geográficos em constante ebulição, o crescimento nem sempre foi contínuo. A ruralização feudal freou todo o esplendor e magnitude das lendárias cidades da Antigüidade Clássica, símbolos do poder de seus imperadores e instrumentos de dominação da imensa maioria marginalizada. Com o renascimento comercial, a urbanização reapareceu com toda a sua força e, a partir

de então, passando pela Revolução Industrial, as cidades não mais pararam de crescer. O resultado não concluído de tal processo pode ser visto hoje através das megacidades espalhadas ao redor do mundo, mas como tudo que é humano, existe também o oposto. Vilarejos, distritos e pequenos municípios ainda conservam o ar feudal há muito vivido.

Mas a questão é: qual a magia das cidades, que reúnem pessoas tão diferentes em espaços também tão distintos, em busca de objetivos variados através de instrumentos também incomuns? A resposta talvez seja a compatibilidade entre o espírito humano e a dinâmica alucinada da cidade. Não apenas da grande metrópole abarrotada de gente, mas também do pequeno município, cuja dinâmica se adéqua às pessoas que nele vivem.

O campo limita a sobrevivência ao plantio ou ao cuidado de animais. Não oferece mais opções. Já a cidade vive graças ao novo, abre espaço àquilo que é diferente, estimula os desvios de padrão. Como não observar a abertura dos *shoppings*, tipicamente elitistas, às camadas mais populares? Como não notar o cinturão de favelas envolvendo o núcleo rico dos grandes centros, ou mesmo as casas mais pobres em contraste com as mansões das pequenas cidades? O núcleo urbano se adéqua à essência humana na medida em que oferece perspectivas de progresso aos mais ricos e de ascensão aos marginalizados. A diversidade encanta, a multiplicidade estimula o sonho daqueles que não têm onde dormir. É o sonhar acordado na busca do melhor.

Inegavelmente, a cidade também oferece mais recursos relativos à educação, saúde, lazer e cultura, embora tais recursos obedeçam à lógica irracional de desigualdades que governa o mundo. A cidade é o microcosmo do planeta. Todas as relações observadas entre países ricos e países pobres são também vistas nela, em escala reduzida. São essas relações que explicam a atual situação de violência e medo, mas também de crescimento, progresso e união.

Cidade é fruto de união entre o que não combina, resultando numa harmonia toda especial e desajeitada, ora tímida, ora agressiva, muitas vezes aconchegante e tantas outras repulsiva. A cidade não é um lugar, mas sim um conjunto de pessoas que têm, cada uma, uma visão toda particular e única desse modo de vida. São essas pessoas, nas suas relações diárias, que movimentam a engrenagem deste complexo e o fazem andar. Enquanto existir vida humana e diversidade de pensamento, a cidade e seus mecanismos

estarão de pé. Isso porque a cidade não é concreto, nem tijolo, nem água encantada. Cidade é, pura e simplesmente, o que se chama vida

O texto “Por trás das paredes”, em comparação com os demais que foram eleitos para compor a coletânea das melhores redações do vestibular de 2004, traz algumas características singulares. O próprio título já é bastante inusitado; inclusive, a sua significação em relação ao texto não é direta: é o leitor que está encarregado de tecer hipóteses sobre essa relação. Seria “por trás das paredes” que vivem as “pessoas tão diferentes” que “nas suas relações diárias” “movimentam a engrenagem” das cidades? Apenas espreitando essas pessoas, abrigadas atrás das paredes de suas casas, seria possível entender plenamente as cidades? As hipóteses ficam por conta do leitor; o vestibulando se eximiu de elucidar o título. Se, conforme Bakhtin ([1952-1953], p.301), cada “gênero do discurso [...] tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero”, o autor desta redação parece imaginar seu leitor como alguém suficientemente capaz de inferir a relação de seu texto com o título.

Vale notar, porém, que, a despeito de suas peculiaridades, esse texto também apresenta características comuns a outras redações. Ao discorrer sobre o tema – assim como na redação “Desejos tangíveis”, analisada anteriormente, e em muitos dos outros dos textos selecionados – o candidato, antes de chegar à questão das cidades na atualidade, percorre a História, apreciando as transformações pelas quais as cidades passaram desde seu surgimento até a presente época. Essa retrospectiva histórica, embora não seja indicada aos vestibulandos em momento algum nos textos da Comvest, parece ser bem aceita pela instituição, tendo em vista que muitas das dissertações selecionadas trazem-na. É presumível que esse recurso seja mesmo adequado, pois qualquer questão hodierna tem obviamente suas raízes no passado e, portanto, uma discussão mais profunda (como a desenvolvida pelos candidatos que tiveram seus textos bem avaliados) não pode ignorar essa historicidade.

Além disso, o autor desta redação também atendeu às indicações do vestibular de tratar a cidade como espaço diverso, como bem atesta, por exemplo, esse trecho do quarto parágrafo: “Mas a questão é: qual a magia das cidades, que reúnem pessoas tão

diferentes em espaços também tão distintos, em busca de objetivos variados através de instrumentos também incomuns?”. As expressões “diferentes”, “distintos”, “variados”, “incomuns” desenhavam nitidamente a cidade como lugar do múltiplo. Ademais, ainda neste mesmo parágrafo, o vestibulando cita, duas vezes, a palavra “dinâmica”, adequando-se à proposta de reconhecer a cidade como espaço “dinâmico”.

O candidato, portanto, cumpriu satisfatoriamente as exigências da prova. Entretanto sua apropriação do tema se consolida de um modo diverso dos demais. Ele assume a cidade como múltipla, mas esse caráter é problematizado. Segundo o autor, a “cidade, vista em toda a sua diversidade, mostra constantemente os choques entre grupos diferentes quanto a pontos de vista, filosofias, ideais, trabalho ou mesmo quanto à marca de uma camiseta que não pode ser de todos”. Ou seja, o vestibulando considera “toda a [...] diversidade” da cidade, não se opondo, portanto, ao que foi colocado como instrução na prova, mas incorpora a perspectiva de que essa diversidade encerra também conflitos, “choques entre grupos diferentes”, ou seja, assume que a multiplicidade da cidade também envolve aspectos negativos.

O posicionamento singular do candidato pode ser visto, por exemplo, na passagem em que se discorre sobre as relações nem sempre pacíficas que permeiam as cidades: “São essas relações que explicam a atual situação de violência e medo, mas também de crescimento, progresso e união”. Aí são contemplados, pelo menos, dois pontos de vistas, duas vozes, de alguma forma, opostas. Uma voz segundo a qual a cidade é “crescimento, progresso e união” e outra, segundo a qual, a cidade vive uma “atual situação de violência e medo”. Essa polêmica interna do texto reflete, na verdade, um confronto mais amplo: o embate da vida. Segundo Bakhtin ([1952-1953], p.300): “O enunciado está voltado não só para seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele”. Ou seja, o autor do texto não está apenas falando das cidades, mas debatendo as visões – já socialmente constituídas – sobre elas. O candidato, como sujeito historicamente inserido numa determinada esfera discursiva, sabe que existem esses dois discursos opostos e prefere se posicionar frente a eles a omitir a presença de um (o de que a cidade também tem aspectos negativos), mesmo que as instruções da prova se calem quanto à existência desse outro ponto de vista.

Além disso, ao compor seu texto, o candidato também se utiliza das vozes presentes na coletânea. Exemplo disso é seu diálogo com o excerto 6, em que constam as seguintes informações:

As megacidades são áreas urbanas com mais de 10 milhões de habitantes [...] As cidades médias são outra categoria de classificação das cidades, com população entre 50 mil e 800 mil habitantes. Abaixo de 50 mil são as pequenas cidades, ideal utópico de moradia feliz no imaginário de milhares de pessoas.

Esses dados são empregados pelo vestibulando do seguinte modo: “O resultado [...] de tal processo pode ser visto hoje através das megacidades espalhadas ao redor do mundo, mas como tudo que é humano, também existe o oposto. Vilarejos, distritos e pequenos municípios ainda conservam o ar feudal há muito vivido”. Isso mostra como o autor se apropriou do discurso alheio segundo seus objetivos. Na coletânea as megacidades não são colocadas em oposição às cidades pequenas; essa oposição nitidamente assinalada é uma adequação do discurso alheio ao projeto discursivo do candidato.

A relativa novidade que o texto traz em termos de tratamento temático, como é presumível, não ocorre independentemente dos outros aspectos do gênero. A composição, o estilo e o tom desse texto também têm suas peculiaridades.

Como, diferentemente de outros textos, o autor inicia sua redação abordando o tema a partir da descrição de acontecimentos fortuitos (a trombada de um homem e de uma mulher, por exemplo) para depois, sim, entrar explicitamente na questão das cidades, houve a necessidade de se criar um espaço composicional especialmente destinado ao relato desses eventos: um primeiro parágrafo, notadamente emblemático da singularidade da estrutura desta redação. Nele, o candidato retrata esses eventos, inclusive de modo bastante narrativo para um texto dissertativo, mas não os liga nitidamente ao que se segue no segundo parágrafo, em que, de fato, discute explicitamente a questão das cidades. Possivelmente, supondo um leitor proficiente, o autor joga com esses acontecimentos como se fossem hipóteses para explicar o surgimento das cidades (nascidas das uniões, acordos, trombadas), embora isso precise ser inferido por seu leitor.

Esse parágrafo, por seu caráter narrativo, traz inicialmente algum estranhamento ao leitor acostumado a uma dissertação mais tradicional. Ele poderia parar e pensar: trata-se mesmo de uma dissertação? Continuando sua leitura, perceberia que, sim, é

uma dissertação, mas esse espaço composicional (o primeiro parágrafo) ainda soaria um pouco diferente daquilo que é mais recorrente no gênero, atestando que este texto é de alguma forma, mais do que os outros, particular.

O primeiro parágrafo, inclusive, não se destaca apenas pelo tema e composição inusitados, mas por seu estilo. Nele, o autor se dirige ao leitor, convidando-o à interlocução, através de um estilo bem menos formal do que aquele encontrado, em geral, nas dissertações: “Talvez duas famílias amigas em busca de convivência amigável, talvez pessoas em perigo na luta contra um inimigo comum... Ou, quem sabe, nada disso! Por que não uma ‘trombada’ casual entre um homem e uma mulher andando em sentido contrário?”.

Outra marca que talvez possa ser entendida como indício de estilo neste parágrafo seja a ausência de conectivos. Tomemos o início do texto para ilustrar essa característica: “Do encontro à união. Talvez duas famílias amigas em busca de convivência amigável, talvez pessoas em perigo na luta contra um inimigo comum...”. Aí não está explicitamente marcada por conectivos a relação entre a primeira e a segunda frase. Seria do “encontro” de “duas famílias amigas em busca de convivência amigável” que nasce a “união” necessária para a formação de uma cidade? Ao formular tal hipótese, o leitor está no âmbito do tema: seria isso mesmo que o autor “quis dizer”? Ou seja, como é de se imaginar, o tema e o estilo estão implicados. Além disso, é interessante destacar que se o candidato transpusesse essas hipóteses por extenso, isso modificaria seu texto em termos composicionais, pois necessitaria de um espaço para tal, o que mostra claramente a indissolubilidade dos elementos – tema, composição e estilo – que definem o gênero.

Apesar das particularidades do primeiro parágrafo, no texto como um todo predomina ainda o estilo formal, embora, vale destacar, algumas passagens sugiram um estilo, digamos, mais literário como em: “Do encontro à união”, “A diversidade encanta, a multiplicidade estimula o sonho daqueles que não têm onde dormir”, “Cidade é, pura e simplesmente, o que se chama vida”.

O tom do primeiro parágrafo também se destaca em relação ao restante do texto. As reticências e a interlocução presentes no início do texto, ao mesmo tempo em que conferem um estilo mais informal, também contribuem para um tom menos “assertivo” do

que o geralmente encontrado no gênero dissertação no vestibular. Isso porque esse tom mais “inseguro”, em que se dialoga com o leitor para com ele construir hipóteses, parece ir contra um determinado “lugar-comum”, segundo o qual as dissertações (argumentativas) devem expressar certezas, que tem importância retórica na persuasão do leitor. À parte esse parágrafo singular, o tom dessa dissertação, ainda que menos neutro do aquele da redação “Desejos tangíveis”, por exemplo, traz também certa neutralidade, já que apesar de contrastar os aspectos positivos e negativos da cidade, não há uma clara tomada de posição em direção a um desses aspectos.

...

A partir da análise dessas dissertações, observa que, dentro de um mesmo tema e de um mesmo gênero, as redações podem ser mais tradicionais ou mais inovadoras. É possível encontrar algumas (poucas) redações com marcas que talvez possam ser vistas como indícios de estilo individual. Apesar disso, a dissertação é provavelmente um gênero em que o estilo individual, embora possível, não é esperado como constituinte necessário do enunciado; o que parece ser comprovado pela homogeneidade de grande parte dos textos.

No caso das redações analisadas, nota-se que os textos que seguem mais de perto as indicações da prova sobre o desenvolvimento do tema, tendem a se assemelhar mais nitidamente um aos outros. Além disso, é comum trazerem uma estrutura composicional bastante tradicional, valerem-se de um estilo formal e assumirem um tom neutro.

As dissertações que apresentam marcas mais evidentes de um estilo individual, por sua vez, já se destacam pelo tratamento particular que dão ao tema. As inovações em termos de conteúdo temático, tanto do texto “Herdeiros de Narciso” quanto da redação “Por trás das paredes”, parecem serem possíveis principalmente na medida em que o candidato se afasta um pouco – embora não fuja – das indicações sobre o desenvolvimento do tema.

Além disso, como procurei demonstrar na análise dessas redações, em estreita relação com a singularidade no tratamento do tema, observam-se peculiaridades nos demais elementos do gênero: na composição, no estilo e no tom.

Outra característica extremamente importante que pretendi explicitada através do exame desses textos é como o estilo está diretamente subordinado à situação de comunicação. Ou seja, ainda que o estilo individual denote certa flexibilidade do gênero e certa liberdade do escrevente, a importância da situação de comunicação é determinante sobre a realização do enunciado. Assim, mesmo os candidatos que escreveram textos com indícios de estilo atenderam àquilo que havia sido proposto pelo vestibular.

Além disso, como tinham que responder às propostas do vestibular em que se exigia o uso da coletânea, as redações mostraram claramente que os enunciados sempre se valem de enunciados alheios em sua realização. Isso vai certamente de encontro à concepção do estilo como ato puramente individual. Ora, um enunciado (mesmo com indícios de estilo individual) não pode ser somente um ato puramente subjetivo, pois leva em conta necessariamente os enunciados alheios com os quais dialoga.

Como característica própria ao gênero, é possível crer que, na dissertação, o aspecto que mais possibilita a emergência de indícios de estilo é o tema. Como já dito anteriormente, isso não significa que o tratamento temático singular não seja acompanhado por inovações também nos outros aspectos do gênero. Mas é justamente no tratamento do tema que a dissertação parece ser mais flexível à atuação do candidato. Talvez pela própria formalidade socialmente esperada para o gênero, a composição, o estilo e o tom sigam um padrão mais tradicional, enquanto que no tema o autor pode colocar uma maior dose de individualidade, pode se orientar para a realidade de uma forma mais particular.

Dado que estou assumindo que algumas dissertações possuem marcas de estilo individual, falta ainda responder às seguintes questões: esse estilo é bem avaliado na situação de vestibular? Ele é um diferencial que ajuda o candidato a ter seu texto bem avaliado? A julgar pelas excelentes notas que esses textos receberam pode-se dizer que o estilo individual se não é bem avaliado, pelo menos não prejudica a nota dessas redações. Já a segunda questão é mais difícil de ser respondida. Como não há um critério de “estilo individual” na correção, é complicado afirmar se esse estilo é julgado e como. O que provavelmente pode ser dito a este respeito é que, se os candidatos dominam de tal maneira o gênero que conseguem marcá-los com sua individualidade, possivelmente eles atendem suficientemente bem às exigências do gênero e isso permite que sejam bem avaliados.

5.2. Cartas

Abaixo seguem duas cartas do vestibular de 2000. A análise dessas cartas, que atenderam ao mesmo tema e tinham por base a mesma coletânea, pretende demonstrar como os indícios de estilo apareceram neste gênero.

Antes das redações segue a proposta (COMVEST, 2000c, p.171-176) para o desenvolvimento do tema:

TEMA C

Em várias instâncias têm surgido iniciativas que podem resultar em uma nova política em relação à água, até hoje considerada um bem renovável à disposição dos usuários. Abaixo estão trechos de notícias relativamente recentes com informações sobre algumas dessas iniciativas [segue a coletânea¹⁵]

Redija uma carta a um deputado ou senador contrário à criação da Agência Nacional da Água (ANA). A carta deverá **argumentar a favor** da criação do novo órgão que, como a ANP, a ANATEL e a ANEEL, terá a finalidade de definir e supervisionar as políticas de um setor vital para a sociedade. Nessa carta, você deverá sugerir ao congressista **pontos de um programa**, a ser executado pela Agência Nacional da Água, programa que deverá incluir novas formas de controle.

ANP: Agência Nacional do Petróleo; ANATEL: Agência Nacional das Telecomunicações; ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica

Campinas, 28 de novembro de 1999.

Senhor Deputado,

¹⁵ A coletânea da proposta do Tema C do vestibular de 2000 consta na página 185 do Anexo.

Nas últimas semanas tenho acompanhado atentamente o debate que tem se desenrolado no país em relação à criação da Agência Nacional da Água (ANA) e, ciente de sua posição contrária ao surgimento de tal órgão, lanço mão de minha condição de cidadão e dirijo-me ao senhor não somente com a intenção de persuadi-lo do contrário, como também de convencê-lo a participar ativamente na criação do mesmo.

Provavelmente sua resistência à criação de um órgão dessa natureza venha da crença, profundamente arraigada no subconsciente de todo brasileiro, de que ao nosso país nada falta ou faltará. Todavia, constatações feitas nas últimas décadas têm derrubado sistematicamente todas as nossas convicções de que a Natureza neste lado da América é inesgotável: mesmo a Amazônia, infinito e majestoso verde pairante sobre nosso território, mostrou ser extremamente frágil às nossas investidas, além de contar com um solo contraditoriamente infértil. Com relação à questão dos recursos hídricos a situação não é diferente: nos últimos anos temos presenciado, atônitos, o surgimento de um fenômeno que jamais acreditaríamos ser possível no Brasil: a desertificação, ocorrendo não só no Nordeste, como também em áreas que há muito tempo abrigavam exuberantes florestas tropicais.

Entretanto, o maior risco imediato para nosso meio ambiente não é sequer o aterrorizante avanço da desertificação. Como o senhor deve saber muito bem, nesta década um fato notável no cenário industrial do país é o crescimento acelerado da presença de indústrias no chamado “interior” – conjunto de cidades de médio porte não conurbadas com grandes metrópoles: grandes centros urbanos não atraem pólos industriais como antigamente, fazendo com que estes se dispersem por diversas cidades. Isso implica um aumento vertiginoso de focos de poluição, que inclui também fortes agressões às fontes de recursos hídricos – tais como rios e mananciais –, complicando o trabalho já ineficiente de fiscalização executado pelo Estado. Tal dispersão industrial acarretará, ainda, a necessidade de criação, por parte das cidades atingidas por essa industrialização, de novas zonas de ocupação urbana para suprir as necessidades de moradia da força de trabalho que irá chegar com as indústrias. Não sei se o senhor tem ciência do seguinte fato, mas eu certamente não deixarei de mencioná-lo: freqüentemente as Prefeituras de diversas cidades têm permitido

ou ignorado a ocupação de áreas de mananciais, o que significa ainda mais um risco para nossa reserva de recursos hídricos.

Nesse cenário, a criação da ANA é indispensável, posto que a atuação dos atuais órgãos responsáveis pelo gerenciamento da água no país mostra-se ineficiente e lenta ante tantas mudanças. A capacidade que a ANA teria para resolver tais situações, senhor Deputado, é inegável.

Esperando tê-lo convencido da importância da ANA, tomo a liberdade, ainda, de oferecer algumas sugestões que o senhor poderia, oportunamente, adotar como parte do programa a ser executado pela agência, caso o senhor venha a participar ativamente de sua criação.

Inicialmente, senhor Deputado, seria necessária a regulamentação da Lei do Uso das Águas (9.433), incluindo taxas a serem cobradas de usuários tais como indústrias, hidrelétricas e outros – afinal, a cobrança de tais taxas seria um recurso valioso para estimular o uso criterioso e otimizado da água por parte das indústrias. Após a resolução de tal questão, a ANA poderia fiscalizar pessoalmente a ação das indústrias – principalmente químicas e petroquímicas – no que diz respeito ao controle da poluição de rios e mananciais. Além disso, acredito que seria indispensável a inclusão de uma política de pressão sobre Prefeituras de todo o território nacional, no sentido de obrigá-las a impedir a ocupação urbana de áreas de mananciais.

Certo de sua atenção e da criteriosa análise de minhas sugestões, despeço-me cordialmente.

J.T.P.

O autor dessa carta (COMVEST, 2000c, p.186-190) já começa cumprindo as instruções da prova ao eleger, como interlocutor de sua carta, um deputado que tem “posição contrária ao surgimento” da ANA. Além disso, o emissor também segue a proposta de **“argumentar a favor”** da criação desta agência asseverando, entre outras coisas, que:

(...) um fato notável no cenário industrial do país é o crescimento acelerado da presença de indústrias no chamado “interior” [...] Isso implica um aumento vertiginoso de focos de poluição, que inclui também fortes agressões às fontes de recursos hídricos – tais como rios e mananciais –, complicando o trabalho já ineficiente de fiscalização executado pelo Estado. [...] Nesse cenário, a criação da ANA é indispensável, posto que a atuação dos atuais órgãos responsáveis pelo gerenciamento da água no país mostra-se ineficiente e lenta ante tantas mudanças. A capacidade que a ANA teria para resolver tais situações, senhor Deputado, é inegável.

No desenvolvimento do texto, como pedia a proposta, o emissor lança mão de uma série de “pontos de um programa, a ser executado pela Agência Nacional da Água, programa que deverá incluir novas formas de controle”. Entre esses pontos, tem-se como exemplo, a necessidade da:

(...) regulamentação da Lei do Uso das Águas (9.433), incluindo taxas a serem cobradas de usuários tais como indústrias, hidrelétricas e outros – afinal, a cobrança de tais taxas seria um recurso valioso para estimular o uso criterioso e otimizado da água por parte das indústrias

Ou seja, o vestibulando cumpriu todas as exigências para o desenvolvimento do tema, seguindo de perto as instruções da prova. Além disso, em seu texto, soube aproveitar a coletânea, valendo-se de vozes alheias em seu projeto discursivo. Quando traz a seu texto a informação de que “freqüentemente as Prefeituras de diversas cidades têm permitido ou ignorado a ocupação de áreas de mananciais, o que significa ainda mais um risco para nossa reserva de recursos hídricos”, vê-se claramente o diálogo com o excerto 4 da coletânea, no qual se alega que “quem permitiu” a “concentração populacional nas áreas de mananciais” são as “prefeituras locais, sem dúvida”. Assim, a informação veiculada pelo excerto é empregada pelo candidato como argumento para convencer seu interlocutor. Na voz do emissor, a voz do outro, que trouxe um fato, torna-se argumento; está a serviço de seu discurso.

Outro uso da coletânea, agora do excerto 3, é visto na seguinte passagem do texto:

(...) seria necessária a regulamentação da Lei do Uso das Águas (9.433), incluindo taxas a serem cobradas de usuários tais como indústrias, hidrelétricas e outros – afinal, a cobrança de tais taxas seria um recurso valioso para estimular o uso criterioso e otimizado da água por parte das indústrias.

No excerto 3 da coletânea, lê-se que:

Aprovada há dois anos, mas ainda carente de regulamentação, a Lei de Uso das Águas (9.433) disciplina a exploração dos recursos hídricos do país. Ela prevê cobrança de taxas adicionais aos grandes usuários (como hidrelétricas), aos poluidores e às indústrias que exploram a água economicamente ou na produção de algum produto.

Ou seja, novamente uma informação trazida pela coletânea é utilizada pelo vestibulando. Mas agora, se na voz do outro isso era uma informação, na voz do emissor essa informação é uma proposta, proposta a ser executada pela ANA.

A estrutura composicional que dá sustentação a esse projeto de discurso é bastante tradicional. Há as marcas formais do gênero carta, como o local, data, identificação do destinatário e saudação final do emissor. Além disso, o problema (a “criação da Agência Nacional da Água”) é colocado logo no primeiro parágrafo; no decorrer do texto, o emissor argumenta a favor de seu ponto de vista, reiterando, no final, a esperança de ter convencido seu interlocutor (“Certo de sua atenção e da criteriosa análise de minhas sugestões, despeço-me cordialmente”).

O estilo adotado é formal, aliás, condizente com a relação entre os interlocutores socialmente distantes: um cidadão, favorável à ANA, e um deputado, contrário a essa agência. Vários são os exemplos dessa formalidade, a começar pela escolha do pronome de tratamento “senhor”, com o qual o emissor se dirige ao interlocutor. Por sua vez, o “tom” da carta é bastante amistoso; veja-se que, apesar de defender uma posição contrária à de seu interlocutor, o autor prefere agir “cordialmente” (como lembra no encerramento da carta).

São Paulo, 28 de novembro de 1999.

Caro deputado Inocêncio de Oliveira,

Decidi escrever esta carta para o senhor após ler algumas declarações suas contrárias à criação da Agência Nacional da Água (ANA), idéia que, defendida pelos inúmeros grupos de proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, faz parte de um movimento mundial para melhor gerenciamento das fontes de água doce e seu

aproveitamento racional. A oposição movida no Congresso Nacional pelo senhor e por inúmeros de seus colegas parlamentares a um projeto que está conseguindo agregar grande parcela da opinião pública parece advir de uma aliança entre interesses próprios e falta de noção do valor que sempre representa e que, especialmente no próximo século, representará a posse de água.

Um primeiro aspecto que move a oposição à criação da agência é a perda das vantagens que a posse da água sempre lhes garantiu. Em seu caso, por exemplo, a posse da água na sua cidade de origem, em meio ao sertão pernambucano, sempre possibilitou que a divulgação de idéias demagógicas de combate à seca garantisse os votos de sua região e sua cadeira no congresso nacional. Outros congressistas, por outro lado, aproveitam-se da falta de controle sobre mananciais de rios para criar projetos de ocupação irregulares, com baixos custos, possibilitando fraudes. Enfim, dentro de uma perspectiva de pequeno alcance, a oposição da qual o senhor faz parte permanece presa à manutenção de antigos privilégios, sem atender a um projeto mundial, algo além de sua visão.

A perspectiva de que se reveste o projeto é mais global, faz parte de uma idéia que valoriza a importância histórica da água e seu poder num mundo em que as reservas de água diminuem constantemente. A posse da água, que moveu civilizações inteiras no decorrer dos séculos, sempre agregou valores; não só econômicos quanto culturais. Faz parte da cultura egípcia, por exemplo, agradecer aos deuses a posse do Nilo. Trata-se de uma dimensão que seus valores ideológicos podem não perceber, mas que já está movendo uma discussão mundial sobre o gerenciamento dos recursos hídricos. A Agência Nacional da Água (ANA) viria a corroborar essa tendência mundial. Representaria um meio de controlar o uso da água no Brasil, assegurando a punição de indústrias e setores responsáveis pela poluição de rios e pela ocupação indevida de mananciais; a cobrança de taxas sobre grandes usuários de água; uma política de uso racional dos rios na produção de energia elétrica. Além disso, a agência deve zelar pela distribuição equitativa da água, tanto em cidades, quanto no meio rural, promovendo até a perfuração de poços artesianos na sua cidade natal, acabando com a falta de água. Não há, também, como esquecer-se de uma campanha de conscientização pública do adequado uso da água. Atrelado ao poder público,

a ANA deveria promover, também, um panorama de nossos recursos hídricos, para que toda uma política possa se realizar em sua plenitude.

O senhor, portanto, atento à importância da água no mundo de hoje, deve pensar mais cuidadosamente sobre o projeto, algo que nos prepararia melhor para o próximo milênio, um período que reserva, para países que agem com uma mentalidade como a sua, uma realidade onde a posse da água terá maior valor que a posse do dinheiro, quando as guerras serão promovidas pela posse de rios e mananciais. Espero que nem eu nem o senhor estejamos nesses países.

Atenciosamente,

T. S. A.

Nesta redação (COMVEST, 2000c, p.200-203), a exemplo da carta analisada anteriormente, o candidato cumpriu todas as indicações para o desenvolvimento do tema. Elegeu como interlocutor o “deputado Inocêncio Oliveira” que fez “declarações [...] contrárias à criação da Agência Nacional da Água”, ou seja, como pedia a proposta trata-se de “um deputado ou senador contrário à criação da Agência Nacional da Água (ANA)”. O emissor defendeu a criação desta agência, argumentando que esse “projeto faz parte de uma idéia que valoriza a importância histórica da água e seu poder num mundo em que as reservas de água diminuem constantemente”. Além disso, elencou pontos a serem cumpridos pela ANA, que poderia representar “um meio de controlar o uso da água no Brasil, assegurando a punição de indústrias e setores responsáveis pela poluição de rios e pela ocupação indevida de mananciais” e atuar cobrando “taxas sobre grandes usuários de água”, por exemplo.

Entretanto, seu desenvolvimento do tema traz algo de singular: um ostensivo ataque ao interlocutor. O emissor afirma, por exemplo, que a “oposição movida no Congresso Nacional pelo senhor [o deputado] e por inúmeros de seus colegas parlamentares a um projeto que está conseguindo agregar grande parcela da opinião pública parece advir de uma aliança entre interesses próprios”. As instruções da prova pediam para que a carta fosse dirigida a alguém contrário à criação da ANA; a desqualificação do interlocutor, inclusive através de sérias ofensas, é uma opção particular do candidato. O emissor chega

mesmo a detalhar os motivos que levam o deputado a se opor à criação da ANA: “(...) a posse da água na sua cidade de origem, em meio ao sertão pernambucano, sempre possibilitou que a divulgação de idéias demagógicas de combate à seca garantisse os votos de sua região e sua cadeira no congresso nacional”.

Até mesmo o uso da coletânea pode servir de fundamento à crítica ao parlamentar. Segundo o emissor, alguns dos congressistas da “oposição da qual o senhor [o deputado] faz parte” “aproveitam-se da falta de controle sobre mananciais de rios para criar projetos de ocupação irregulares, com baixos custos, possibilitando fraudes”. Ou seja, a questão da “concentração populacional nas áreas de mananciais”, descrita no excerto 3 da coletânea, é utilizada aqui como exemplo do comportamento antiético de políticos como Inocêncio Oliveira.

A organização composicional do texto é relativamente comum entre as cartas selecionadas: primeiro o emissor contextualiza a questão da “criação da Agência Nacional da Água”, passando depois a argumentar em favor dessa entidade. Entretanto, há espaço ainda para alguma inovação quanto à estrutura composicional. Como o candidato opta por tecer críticas ao deputado isso implica a necessidade de um espaço composicional determinado: no caso, o segundo parágrafo. Isso mostra nitidamente que o desenvolvimento singular do tema – singular, pois nenhum outro texto trouxe uma crítica tão incisiva – também se reflete na composição do texto. A desqualificação do deputado ganha força especialmente por que é desenvolvida (extensamente) ao longo de todo um parágrafo.

Apesar das duras críticas ao deputado, o texto é bastante formal. Exemplo disso é que, mesmo censurando o destinatário da carta, o emissor sempre o tratar por “senhor”. Se o estilo é formal, como na maioria das cartas selecionadas pela Comvest, o mesmo não se pode dizer do tom bastante agressivo, realmente particular em comparação com as outras redações. Basta, por exemplo, citar que o emissor diz que o deputado se opõe à criação da ANA por “interesses próprios e falta da noção do valor que [...] representará a posse de água” ou que o projeto mundial de proteção dos recursos hídricos é “algo além de sua [do deputado] visão”. Assim, o emissor abertamente denigre seu interlocutor.

As graves ofensas dirigidas ao deputado podem prejudicar tanto a manutenção da interlocução quanto a persuasão pretendida pelo emissor. O parlamentar, ao ver tantas

acusações sobre si, bem poderia se negar a continuar lendo a carta e, assim, interromper a comunicação. Além disso, a persuasão também pode ser comprometida. O emissor levanta argumentos a fim de convencê-lo da importância da ANA, lembrando, por exemplo, que desprezar a relevância dos recursos hídricos pode levar a “uma realidade onde a posse da água terá maior valor que a posse do dinheiro, quando as guerras serão promovidas pela posse de rios e mananciais”. Apesar disso, parece pouco provável que o deputado se deixe convencer por tais argumentos, já que eles se encontram em uma carta que certamente lhe foi desagradável por seu tom agressivo e pelas ofensas a ele dirigidas. No julgamento da Comvest, esta redação é um bom texto: atende a proposta, usa a coletânea, é coerente e textualmente bem realizada. Entretanto, se fosse avaliado como um gênero, numa situação real de comunicação, esta carta, ao que parece, poderia apresentar alguns problemas quanto a seu objetivo discursivo. Ora, é pouco provável que se convença alguém através de fortes críticas pessoais.

...

A seguir, examino mais duas cartas a fim de se observar, por comparação, as diferenças entre elas. São dois textos do vestibular de 2006, cuja proposta (COMVEST, 2006c, p.42-43) para a carta segue abaixo:

PROPOSTA C

Com auxílio de elementos presentes na coletânea¹⁶, trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

A atuação da sociedade civil, por meio de movimentos sociais ou ações individuais, é fundamental para a gestão dos meios de transporte. Um estímulo para essa atuação são os canais de comunicação direta com os usuários, criados por agências reguladoras de transporte.

¹⁶ A coletânea do vestibular de 2006 consta na página 179 do Anexo.

Instruções:

- 1) Selecione um problema relativo à segurança nas estradas.
- 2) Argumente no sentido de demonstrar como esse problema afeta os usuários das rodovias.
- 3) Dirija sua carta a uma agência reguladora de rodovias, apresentando uma reivindicação.

Campinas, 20 de novembro de 2005

Prezado José Alexandre Nogueira de Resende,

Antes de mais nada, gostaria de expor minha admiração pelos seus serviços prestados à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). Como estudante de geografia, com um grande interesse na questão do transporte no Brasil, venho acompanhando sua gestão como diretor-geral dessa agência. Percebi que o senhor está conseguindo honrar nosso modelo democrático de governo com ações muito interessantes, como a criação de um sistema de canais para a comunicação com os usuários. Quando soube dessa criação, senti-me no dever de usá-la, mas achei melhor da minha maneira: escrevendo-lhe.

Bom, estou, já há alguns meses, trabalhando numa pesquisa sobre a segurança nas estradas e pude observar a real face desse problema, principalmente no estado de São Paulo. Como o senhor, preocupo-me muito com as vidas que dependem do sistema rodoviário no cotidiano. Assim, por ser a mais importante das vias do país, requer predomínio dos nossos cuidados. Os números chamam nossa atenção: nos primeiros cinco meses de 2005, 1.175 pessoas morreram devido a acidentes de carro nas estradas paulistanas. Num primeiro momento, fiquei estarecido ao deparar-me com essa estatística, então fui buscar os possíveis motivos.

Nessa busca, descobri que uma das grandes causas é o abandono dos automóveis de responsabilidade dos governos estadual e municipal, o que torna os veículos oficiais obsoletos e perigosos. Sei que isso pode não ser uma novidade para o senhor, mas

senti-me na obrigação de reforçar esse dado em seu pensamento e, quem sabe, ajudá-lo a refletir sobre uma medida corretiva para essas tragédias.

Com isso, gostaria de pedir ao senhor que analise um possível aumento nos investimentos nos transportes coletivos, como os ônibus interbairros, principalmente na manutenção e fiscalização destes. Devido ao seu trabalho na ANTT, o senhor sabe que a vistoria dos veículos públicos é ineficiente. Os governos se esquivam da responsabilidade de fiscalização. Então, creio que o senhor possa incluir na discussão sobre a nova regulamentação do transporte de fretamento uma possível reforma no método de vigilância da qualidade do transporte público. Criando, portanto, uma esperança para o aumento da segurança nas estradas e, conseqüentemente, minimizando a mortandade nos quase incontáveis acidentes que ocorrem no país.

Tendo em vista o seu espírito democrático e sua mentalidade humanitária, em outras palavras, a sua preocupação com a lisura da vida das pessoas que necessitam do transporte público, acredito que o senhor examinará e refletirá sobre o que expus nesta missiva. Agradeço pela oportunidade de revelar minha opinião a uma personalidade que tanto admiro.

Cordialmente,

V.M.S.

Esse texto (COMVEST, 2005c, p.165-168) atende todas as instruções acerca do desenvolvimento do tema. Elege como destinatário da carta o “Prezado José Alexandre Nogueira de Resende” que presta serviços à “Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT)”, ou seja, a uma “agência reguladora de rodovias”, conforme pedia a proposta. O emissor da carta, ainda, seleciona como pedia a prova “um problema relativo à segurança nas estradas”: “o abandono dos automóveis de responsabilidade dos governos estadual e municipal, o que torna os veículos oficiais obsoletos e perigosos”. Reivindica, então, que se “possa incluir na discussão sobre a nova regulamentação do transporte de fretamento uma possível reforma no método de vigilância da qualidade do transporte público”, já que “a vistoria dos veículos públicos é ineficiente”.

Ao desenvolver seu texto, o candidato não apenas cumpre aquilo que é indicado pelas instruções, mas também se vale da própria proposta para a elaboração de sua carta. Assim, a informação, trazida pela proposta, de que um estímulo para a atuação da sociedade civil na gestão dos meios de transportes “são os canais de comunicação direta com os usuários, criados por agências reguladoras de transporte”, é mencionada pelo emissor da carta, que elogia ações da ANTT “como a criação de um sistema de canais para a comunicação com os usuários”.

Como é esperado, esse texto traz extenso uso da coletânea. O destinatário da carta provavelmente tenha sido eleito pelo candidato a partir do excerto 8 da coletânea, que traz uma entrevista com o “diretor-geral da ANTT, José Alexandre Nogueira de Resende”. Além disso, o principal assunto debatido na carta, “o abandono dos automóveis de responsabilidade dos governos estadual e municipal, o que torna os veículos oficiais obsoletos e perigosos” certamente vem do excerto 7, que trata de acidentes como o de “um ônibus da prefeitura de Itatinga que transportava estudantes universitários”, veículo obsoleto, cuja vistoria cabia à prefeitura dessa cidade. Desta forma, é possível ver que o vestibulando se valeu das vozes alheias – a coletânea – para realizar seu enunciado, sua redação, atendendo às condições de comunicação, às instruções da prova.

Composicionalmente tem-se, além das marcas formais do gênero – data, saudação, despedida –, uma estrutura tradicional. No início, o emissor estabelece amistosamente a interlocução com o destinatário, passa depois ao assunto principal da carta (a reivindicação por algumas melhorias nos transportes), para concluir o texto, reafirmando a crença no atendimento de sua reivindicação.

A carta traz um estilo formal, como se pode ver, por exemplo, pelos pronomes de tratamento com os quais o emissor se dirige ao interlocutor (“prezado”, “senhor”) ou através de escolhas lexicais como o advérbio “cordialmente”. Ao lado disso, a carta tem um tom bastante amigável, já que diretor-geral da ANTT é uma pessoa bem vista pelo emissor que, inclusive, se coloca a seu lado. São exemplos disso os elogios dirigidos ao interlocutor, que possui “espírito democrático” e “mentalidade humanitária”, e que “está conseguindo honrar nosso modelo democrático de governo com ações muito interessantes”. Além disso, o emissor se coloca junto ao receptor, já que “Como o senhor [o diretor-geral

da ANTT], preocupo-me muito com as vidas que dependem do sistema rodoviário no cotidiano”.

Campo Grande, novembro de 2005.

Ao senhor diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT),
José Alexandre Nogueira de Resende

Esta carta é de um homem humilde, porém trabalhador, então, senhor José Alexandre, ela é sábia pela simplicidade de suas reflexões; espero que entenda seu conteúdo, dado a diferença que nos separa: eu, um pobre-diabo motorista de ônibus interestaduais, e o senhor, um executivo do ramo de transportes.

Achei interessante a iniciativa de criar um órgão como a ANTT para que os usuários das “vias terrestres” pudessem lhe ajudar na gestão de regulamentar os “transportes terrestres”. Pela minha função o senhor pode imaginar que conheço muito das estradas do Brasil, e digo que sim e que este é conhecimento de um verdadeiro caminho de trem-fantasma, igual ao de parques de diversões, e não de meios de transporte de gente (viva), como caminhões, carros e ônibus.

É ainda maior o meu desespero diante do estado das estradas porque sou motorista que cobre viagens especialmente para o interior do Centro-Oeste, e, como os próprios “sudestinos” falam: sair do Sudeste é entrar em outro Brasil.

De fato, é outro e famigerado Brasil que eu e muitos outros motoristas e passageiros encontramos; o senhor não deve saber muito bem o que é isso porque deve fazer uso de transportes aéreos; bem, eu, que faço uso dos “terrestres” (ou diria heróicos?), posso dizer que a falta de acostamento, de pavimentação digna, de sinalização inteligível e de segurança nas estradas faz de mim e de qualquer outro motorista brasileiro, “antes de tudo, um forte”.

A falta de acostamentos não permite uma parada segura em casos de extrema necessidade, como um pneu furado; buracos enormes das próprias estradas fazem com que

a estabilidade dos veículos, especialmente os de grande porte, como o ônibus que dirijo, seja alterada, podendo acontecer capotagens e desvios de pista, os quais são fatais, já que estradas com pista dupla, só de quatro em quatro anos, e eu não sei por quê!

E a sinalização, então? Placas furtadas, enferrujadas, caídas, transformam a mim e a meus colegas de trabalho em verdadeiros mestres dos mares de asfalto (e lama).

A falta de segurança pública nas estradas nos deixa à deriva de marginais, verdadeiros saqueadores. Hum... estamos no século XXI, senhor José Alexandre? Aqui no Centro-Oeste não, te garanto!

A verdade é que meus passageiros e todos os demais correm risco de morte toda vez que se aventuram pelas estradas do Brasil, indo trabalhar, visitar a família, passear... o senhor sabe o porquê?

Porque ficam à mercê de motoristas, e eu me incluo, que fazem malabarismos com o corpo e a mente para que não fiquemos, por nossa vez, à mercê das estradas precárias e longas jornadas de trabalho; e lhe digo mais, com certeza, um simples cafezinho não nos resolve o sono e a fadiga.

Após esse relato verídico-fatídico, com o perdão do clichê, venho por meio desta convidar o senhor para um passeio de ônibus comigo, o que o senhor acha?

Não... imagino que não vai aceitar, então, senhor José, o senhor some esforços para deixar os rebentos de Washington Luís mais apresentáveis à nação e ao exterior, já que muito produto de exportação se sacode nos caminhões a caminho dos portos na costa brasileira, e, tenho certeza, eu e minha ignorância de proletário, que muitos desses produtos se perdem por estar estragados depois de tanto sacolejo, igual eu depois de uma viagem...

Aguardo resposta... ou ações... ou a morte mesmo; agradecido pela atenção!

Com respeito,
C.C.M.

Essa carta (COMVEST, 2006c, p.203-307) atende às instruções da proposta, elegendo como interlocutor o “diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), José Alexandre Nogueira de Resende”, trazendo vários problemas de transporte

como “a falta de acostamento, de pavimentação digna, de sinalização inteligível e de segurança nas estradas” e reivindicando que o destinatário da carta “some esforços para deixar os rebentos de Washington Luís mais apresentáveis à nação e ao exterior”. Como na redação analisada anteriormente, o emissor também se refere aos canais de comunicação disponíveis aos “usuários das ‘vias terrestres’”, canais através dos quais se pode “ajudar na gestão de regulamentar os ‘transportes terrestres’”.

Contudo, esse texto chama a atenção por trazer uma abordagem diferente daquilo que é mais recorrente entre as cartas selecionadas pela Comvest. Se, por um lado, o candidato atende a todas as instruções da prova, por outro, seu texto faz isso de um modo particularizado. Mais do que reivindicar algo à ANTT, o emissor, ao longo de toda a carta, lista (longamente) os inúmeros problemas das estradas brasileiras, classificando-as como “caminho de trem-fantasma”, destacando seus “buracos enormes” e, inclusive, chegando a questões como o desperdício de “muito produto de exportação [que] se sacode nos caminhões a caminho dos portos na costa brasileira”.

Além disso, o emissor também critica a própria atuação da ANTT, por exemplo, sugerindo que José Alexandre não tem vivência dos problemas das estradas, já que ele “não deve saber muito bem o que é isso porque deve fazer uso de transportes aéreos”. O suposto desconhecimento da realidade por parte do diretor-geral é novamente enfatizado quando o emissor pergunta, retoricamente, se “estamos no século XXI”, para afirmar que “Aqui no Centro-Oeste [região onde trabalha] não, te garanto!”.

Também é bastante singular o convite presente na carta – “venho por meio desta convidar o senhor para um passeio de ônibus comigo, o que o senhor acha?” –, em que o emissor satiriza a situação de seu interlocutor que, como presidente de uma agência responsável pelo transporte terrestre no país, não teria coragem de viajar de ônibus pelas rodovias brasileiras.

O autor se vale da coletânea em seu projeto discursivo de retratar as más condições das estradas. A comparação das rodovias a “caminho de trem-fantasma, igual ao de parques de diversões” provavelmente proceda do excerto 6 da coletânea em que se discute como as “locomotivas” que já significaram “o fio condutor das mudanças revolucionárias” hoje permanecem apenas como “trem-fantasma” “nos parques de

diversão”. Assim, a comparação traz a idéia do abandono em se que encontram tanto os antigos trens, quantos as estradas brasileiras. Outro exemplo seria a referência ao desperdício de “muito produto de exportação [que] se sacode nos caminhões a caminho dos portos na costa brasileira” que dialoga com o excerto 4 em que se lê que no “trajeto para a costa, nas estradas mal conservadas, a trepidação do veículo faz com que uma quantidade equivalente a 3% de toda a safra se extravie”.

Ao desenvolver o tema, o candidato escolhe uma estrutura composicional razoavelmente típica: estabelece a interlocução, aborda o assunto principal da carta (o problema das estradas no Brasil), para, enfim, encerrar o texto, invocando a ajuda do destinatário. Apesar disso, a redação é algo diversa em termos de composição, pois a listagem dos problemas, diferentemente de outras cartas em que ocupa apenas um espaço composicional delimitado (um parágrafo, por exemplo), perpassa vários parágrafos deste texto.

Na materialização de seu enunciado, o emissor opta por um estilo menos formal do que aquele comumente encontrado nas outras redações: a informalidade é realmente pouco esperada em uma carta dirigida ao diretor-geral de uma agência nacional de transportes. Entretanto, tal informalidade condiz com a figura do emissor que é, segundo sua própria definição, “um homem humilde”, “um pobre-diabo”. Ilustra essa informalidade o caráter mais oral do texto, na medida em que o emissor dialoga com o interlocutor como se fosse uma conversa, o que pode ser visto, por exemplo, em “A verdade é que meus passageiros e todos os demais correm risco de morte toda vez que se aventuram pelas estradas do Brasil, indo trabalhar, visitar a família, passear... o senhor sabe o porquê?”.

O projeto discursivo particularizado do candidato que, mais do reivindicar algo à ANTT, enumera falhas das estradas brasileiras, chegando mesmo a criticar a atuação dessa agência, imprime um tom ora irônico, ora até mesmo apelativo ao texto. Exemplo dessa ironia é a passagem “eu, que faço uso dos [transportes] ‘terrestres’ (ou diria heróicos?) posso dizer que a falta de acostamento (...)”, em que o emissor destaca claramente (ironicamente) que chamar de “terrestres” os caminhos pelos quais ele passa não é algo com que ele compartilhe, para ele esses caminhos são heróicos, dado a dificuldade de locomoção. O emissor também classifica debochadamente o “motorista

brasileiro” como “antes de tudo, um forte” ou como “verdadeiros mestres dos mares de asfalto (e lama)”, ainda criticando as condições de tráfego das estradas. Além disso, chega de maneira irônica a se perguntar o porquê “das estradas com pista dupla, só [serem construídas] de quatro em quatro anos”, referindo-se ao período das eleições em que se constroem estradas a fim de se angariarem votos.

Junto a esse tom irônico, tem-se também um tom, por vezes, hostil. Veja-se, por exemplo, o “convite” que o emissor faz ao destinatário da carta de dar “um passeio de ônibus”, após listar tantos problemas das estradas. O próprio emissor antecipa a resposta do destinatário da carta, afirmando que imagina que ele “não vai aceitar” tal convite. Por fim, após seu relato “verídico-fatídico”, o emissor de modo bastante apelativo, diz estar aguardando “resposta... ou ações... ou a morte mesmo”, dramatizando a possibilidade de que, apesar de sua carta, nada seja mudado e as estradas continuem apresentando vários perigos que podem levar à morte.

Esta carta – a exemplo daquela do vestibular de 2000 (COMVEST, 2000c, p.200-203) que critica o deputado Inocêncio de Oliveira, contrário à criação da ANA –, embora seja bem avaliada pela Comvest, talvez apresentasse alguma inadequação caso se tratasse de uma situação real de comunicação. O texto visivelmente cumpre as exigências do desenvolvimento do tema, emprega a coletânea, é coerente em seu ponto de vista e textualmente bem executado. A despeito disso, entretanto, parece pouco provável que uma carta com tantas críticas ao seu destinatário, ainda o fosse capaz de persuadir. Ou seja, é possível que este texto fosse pouco eficaz como um enunciado real, como um gênero discursivo que se concretiza num evento da vida em que entram as questões sociais de cordialidade, por exemplo.

...

Assim como observado em relação às dissertações, a homogeneidade das cartas evidencia que este gênero é pouco favorável à emergência do estilo individual. O estilo individual, embora possa aparecer nesses gêneros, não é um fenômeno que os defina.

Também como nas dissertações, nota-se que os indícios de estilo individual perpassam todos os elementos do gênero, já que tais constituintes estão implicados. Assim,

o tratamento singular do tema sempre é acompanhado por peculiaridades composicionais, estilísticas e de tom. Exemplo disso é análise da última carta. Para ser expressar seu tom irônico, o candidato deve dizer algo (está-se no domínio do tema), num determinado espaço composicional e com determinadas escolhas estilísticas que possam configurar essa ironia. Ou seja, apesar do esforço de analisar o gênero, buscando avaliar a relevância de cada um de seus elementos, é patente a dificuldade encontrada para separar esses elementos.

Se na dissertação, o componente do gênero em que é mais notória a emergência do estilo é o tema, na carta parece que é no tom que matiza o enunciado que o autor poderá expressar mais notadamente sua individualidade. Os demais elementos do gênero também apresentam suas peculiaridades, já que o tom está estritamente vinculado a eles, mas é no tom das cartas que se mostram de modo mais manifesto os indícios de estilo individual. Provavelmente seja a interlocução, característica do gênero, que possibilite ao enunciador recobrir seu discurso com tons mais particulares. Na carta, a expressão do emissor é fundamental na constituição do gênero. Diferentemente de outros gêneros, como a dissertação, por exemplo, em que se espera certa impessoalidade do autor, na carta há um espaço maior para avaliação volitiva do emissor sobre o objeto discursivo de que trata.

Uma vez que nas cartas também é possível encontrar indícios de autoria, é válido considerar a seguinte questão: o estilo individual é bem aceito no vestibular? Esse estilo auxilia os textos a receberem notas altas? Como supus acerca da dissertação, tendo como base as excelentes notas dessas cartas, é possível afirmar que o estilo individual é bem aceito no vestibular, pois se não auxilia a nota da redação, também não prejudica na atribuição da nota ao texto. Quanto a afirmar que o estilo individual pode contribuir para as boas notas das redações, a questão é bem mais complexa. Ora, se na maior parte das redações bem avaliadas não se encontram (pelo menos não de modo tão evidente) marcas de estilo individual, parece que não é necessariamente este estilo que leva um texto a ser bem conceituado pela Comvest. Como tanto na dissertação como na carta, a emergência do estilo individual é algo que, embora possível, não é uma exigência do gênero, o atendimento àquilo que é mais “estável” no gênero é que parece garantir uma boa avaliação. A ocorrência do estilo individual provavelmente é (bem) aceita, porém mais

importante do que isso é que, na situação do vestibular, o texto tenha cumprido as exigências do gênero, adequando-se ao que se espera dele.

6. Considerações finais

Nestas considerações finais, retomo muito do que já foi exposto, apenas sintetizando alguns pontos e lançando hipóteses interpretativas a partir da análise até aqui realizada. Como assumo a perspectiva bakhtiniana, destaco que essas considerações “finais” representam somente um acabamento formal, que possibilita respostas alheias ou reformulações próprias, que levem, mais uma vez, a outras conclusões sempre provisórias.

6.1. Relações entre os conceitos bakhtinianos e a correção da Comvest

Uma pergunta primordial neste trabalho é: os candidatos que dominam os gêneros discursivos foram bem avaliados pela Comvest? A resposta é sim e para entender melhor isso trago, novamente, a relação anteriormente sugerida entre os critérios de correção da Comvest e os elementos propostos por Bakhtin como definidores dos gêneros discursivos.

Elementos bakhtinianos	Critérios de correção da Comvest	
	De 1999 a 2005	A partir de 2006
Conteúdo temático	Tema	Consistência temática
	Coerência	
	Coletânea	Coletânea
Construção composicional	Tipo de texto	Tipo de Texto
Estilo	Coesão	Coesão/ Modalidade
	Modalidade	

Quadro I - Relação entre os elementos bakhtinianos e os critérios de correção da Comvest.

O vestibulando ao desenvolver o conteúdo temático de seu enunciado está atendendo às indicações sobre a abordagem do tema, valendo-se da coletânea e sendo coerente (o que é presumível pelas boas notas dos candidatos que tiveram seus textos selecionados pela Comvest). Além disso, ao estruturar sua redação composicionalmente de

acordo com o que se espera para determinado gênero, certamente está, por extensão, atendendo às expectativas do critério “tipo de texto”, “demonstrando conhecimento da **estrutura** de uma dissertação ou de um texto persuasivo [a carta]” (COMVEST, 1999a, p.33, grifo nosso). E, por fim, ao materializar seu projeto discursivo, através de escolhas lexicais e fraseológicas que coesivamente possibilitem edificar seu texto numa determinada modalidade, o candidato poderá ser avaliado nos critérios de “coesão” e de “modalidade”.

Porém a correspondência entre os elementos bakhtinianos e os critérios de correção da Comvest só pode ser assumida com alguma dose de cautela. Basta pensar, por exemplo, que o tom, tão importante para os membros do Círculo, não é – pelo menos, não diretamente – contemplado pela grade de correção. É bastante provável, contudo, que, de algum modo, a adequação do tom ao projeto discursivo dos candidatos acabe por entrar no julgamento das redações. Ora, essas redações são avaliadas por sujeitos sociais que em suas vidas inescapavelmente (como diria Bakhtin dos anos vinte (1919/1921)) julgam a adequação do tom ao discurso. Assim, provavelmente o tom – mesmo que não deliberadamente – é considerado no julgamento das redações, tanto pelos corretos quanto pela comissão que elege os textos que comporão as coletâneas.

A aproximação entre os elementos bakhtinianos e os critérios de correção também merece ser tomada com prudência, pois a percepção bakhtiniana do gênero discursivo se mostra bem mais ampla que os critérios de correção. Não se trata de uma crítica à Comvest, pois o objetivo dessa instituição é avaliar milhares de textos do modo mais imparcial possível. O objetivo dos estudiosos do Círculo estava bem distante disso; eles ambicionavam apreender a linguagem em toda a sua complexidade de fenômeno humano.

Alguns exemplos ilustram como a concepção bakhtiniana é mais abrangente que os critérios de correção. Um candidato que compreende claramente a dissertação como um tipo de texto em que o autor se dirige a uma platéia vária a fim de expor sua opinião, provavelmente será bem avaliado pela Comvest. Além disso, seu texto, como um gênero na vida real, concretizado no interior de uma dada esfera da comunicação, estaria adequado ao cumprir seu objetivo discursivo de expor seu ponto de vista a um amplo grupo social, que poderá responder a ele.

Já em casos de cartas em que o emissor ataca seu interlocutor, como naquela carta em que o emissor critica duramente o senador contrário à criação da ANA, há um descompasso entre a avaliação da Comvest e aquilo que provavelmente ocorreria em um contexto real de comunicação. Embora o texto atenda aos critérios de correção (desenvolveu o tema, valendo-se da coletânea e é textualmente bem organizado), certamente seu caráter persuasivo seria bastante frágil numa situação concreta de comunicação. Segundo as instruções da prova, a carta deveria “**argumentar a favor** da criação do novo órgão que [...] terá a finalidade de definir e supervisionar as políticas de um setor vital para a sociedade.” (COMVEST, p.171-176, grifo do autor). Assim, a extensa crítica ao senador a quem a carta é dirigida, não é uma exigência da prova, mas uma opção do candidato. Num contexto real de interlocução, talvez seja pouco provável que um senador atendesse a um emissor que o acusa de ser desonesto, de se aproveitar da seca para manter seu poder (ainda que isso seja verdade).

Também a carta do caminhoneiro que ironicamente se dirige ao diretor-geral da ANTT, embora bem avaliada pela Comvest, possivelmente não teria grande eficácia numa situação autêntica de comunicação. Segundo as instruções da prova, a carta deveria ser endereçada a “uma agência reguladora de rodovias, apresentando uma reivindicação” (COMVEST, 2006c, p.42-43). Possivelmente por isso, o tom irônico e até mesmo apelativo da carta provavelmente enfraqueça seu aspecto persuasivo, tendo em vista que o interlocutor, ofendido pelo emissor, pode se negar a dar ouvidos a ele, especialmente porque nada o força a atender aos pedidos (exigências?) do emissor.

Mesmo tendo em vista que esses textos talvez não cumprissem tão bem seu papel social, caso o evento discursivo fosse uma situação real da vida, isso não compromete a avaliação que receberam no vestibular. Neste caso, é evidente que se trata de uma situação ideal, em que os critérios de correção são suficientemente adequados para o julgamento dos textos. Basta pensarmos, por exemplo, que talvez fosse bem avaliada uma dissertação em que se defendesse uma posição, no mínimo polêmica, como a favorável à pedofilia, desde que o texto fosse textualmente bem realizado e coerente em seu ponto de vista. É claro que tal texto seria bastante inadequado num contexto real, já que socialmente ele seria duramente criticado ou, pelo menos, ignorado. Ou seja, não é possível cobrar que a

correção das redações no vestibular seja feita como em uma situação autêntica de comunicação, em que aspectos sociais – como ideologias – guiam a avaliação (e aceitação) de um texto.

Um dos objetivos do vestibular da Unicamp é criar propostas de redação que se assemelhem, na medida do possível, a uma circunstância autêntica de comunicação e nesse sentido a coletânea é notadamente importante, pois simula as situações reais de comunicação, em que o sujeito, ao enunciar, baseia-se em enunciados alheios. Porém, no momento da avaliação, os critérios de correção, algumas vezes, podem levar a uma restrição na percepção do gênero. Exemplificam isso, as duas cartas anteriormente citadas. Porém é necessário ficar claro que isso é uma característica da situação de vestibular: a redação não está sendo avaliada como um enunciado numa situação real de comunicação, mas como um texto que deve atender às instruções da prova. A situação de comunicação da redação é a prova do vestibular e não o verdadeiro fluxo social da comunicação.

6.2. Possíveis contribuições da análise de textos sob a perspectiva bakhtiniana

Se a perspectiva bakhtiniana é mais abrangente que os critérios de correção da Comvest, é válido analisar textos, a partir das concepções do Círculo? Novamente a resposta é sim, mas a perspectiva bakhtiniana – como qualquer outra – traz em seu bojo algumas restrições. As idéias dos intelectuais do Círculo foram forjadas no início do século XX e, como eles mesmos sempre declararam, não são as palavras primeiras sobre o assunto, as míticas palavras de Adão sobre o mundo. As proposições desses intelectuais têm como interlocutores diretos os formalistas (russos), mas respondem também, num sentido amplo, a toda uma tradição de estudos de textos, cuja origem remonta, no mínimo, à Antigüidade Clássica.

Falar que um texto tem conteúdo e forma é algo que já os antigos gregos propunham. O que os formalistas trouxeram de particularmente original foi a ênfase dada à forma em detrimento do conteúdo. É como resposta a eles que nasce o pensamento dos intelectuais do Círculo. O fato de que esses pensadores se dirigiam contra os formalistas talvez esclareça por que os aspectos composicionais (ou formais) são tão pouco explorados

em seus textos. A discussão sobre a forma nos textos de Bakhtin, Voloshinov e Medvedev somente aparece em função do aspecto dialógico da linguagem, na relação da forma com o conteúdo. O estudo exclusivo da estrutura composicional está sempre em segundo plano, até mesmo porque exames exaustivos da forma já haviam sido recentemente realizados pelos formalistas. A preocupação dos participantes do Círculo é recolocar o conteúdo como algo relevante para a compreensão dos enunciados.

Dentre as contribuições das discussões do Círculo para a análise de textos, provavelmente as mais evidentes são a maneira dialógica de compreender o gênero e o destaque dado ao tom volitivo que matiza todo enunciado.

Por mais óbvio que possa parecer, a idéia de que um enunciado retoma sempre outros enunciados, traz novas (e grandes) implicações para o entendimento da linguagem. Disso decorre que o enunciado deve ser entendido não como um ato individual, como se o falante livremente enunciasse o que quisesse, pois o sujeito sempre se baseia em vozes precedentes e se volta a respostas futuras.

Além disso, não apenas o que falante enuncia precisa ser considerado no interior do dialogismo, também o modo como enuncia depende do contexto enunciativo. As escolhas composicionais e estilísticas do sujeito se baseiam em enunciados precedentes e buscam se adequar à esfera de comunicação em que efetiva sua enunciação. Ou seja, ao analisar um texto, interessa saber não só o que o autor diz, mas com base em que vozes enuncia, por que elege esta ou aquela estrutura composicional e por que opta por este ou aquele estilo, tendo sempre em vista que sua enunciação – da abordagem do tema às escolhas composicionais e estilísticas – só pode ser compreendida a partir do contexto social de sua realização.

Outro aspecto do gênero geralmente ignorado ou desconsiderado por grande parte das análises lingüísticas é o tom. Isso talvez se deva a dois motivos: 1) falar em “tom” no meio acadêmico pode parecer muito distante daquilo que se pressupõe como científico; 2) há certo desconhecimento sobre a questão. O falante necessariamente se relaciona axiologicamente como o objeto de seu enunciado, mas, especialmente quando os textos analisados se pretendem objetivos – como textos dissertativos ou textos do meio científico –, é comum que muitas análises assumam a relação do autor com seu objeto de discurso

como neutra ou imparcial. Por sua vez, em alguns estudos de textos literários, os críticos tendem a enxergar no texto não a relação do autor como o objeto de discurso, mas sua personalidade ou condição social. Assim, afirmam que este ou aquele autor trata um determinado tema de certo modo porque é negro, cristão ou ateu. É claro que a personalidade do autor interfere em todos os seus atos, inclusive no ato da escrita, mas não é a partir de seus textos (ou do tom de seus textos) que se deduz sua personalidade. Prova disso é que um mesmo autor, com sua única personalidade, possa criar um romance em que diferentes personagens recubram com diversos tons um mesmo objeto de discurso. Longe de vislumbrarem a personalidade do indivíduo, o que os adeptos do Círculo se propõem a enxergar através do tom é a relação volitiva do sujeito com determinado tema num dado evento da existência.

6.3. O estilo no dialogismo

A concepção de estilo como escolhas lexicais e fraseológicas (BAKHTIN, [1952-1953], p.261) não é nova na apreciação de textos, especialmente quando se pensa nos textos literários que eram (são?) os preferidos para se debater a questão estilística. Mas os intelectuais do Círculo trouxeram uma nova visão sobre o estilo, que se não subverte a tradição clássica de seu estudo, traz uma nova contribuição para seu entendimento.

Na perspectiva bakhtiniana, o estilo é entendido no interior do gênero discursivo em que se realiza. Assim, para compreender as opções lexicais e fraseológicas do autor, deve-se observar o enunciado como um todo, pois essas escolhas se relacionam necessariamente com o tema, com a composição e com o tom do gênero. Assim, o estilo não é apenas uma peculiaridade de um autor, mas sua realização particular de determinado gênero. Segundo Bakhtin ([1952-1953], p.268): “Onde há estilo há gênero”. Ou seja, a emergência do estilo depende do gênero em que se concretiza.

Ainda conforme Bakhtin (*op. cit.*, p.285):

Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso.

É relativamente fácil observar que essa perspectiva acarreta uma nova maneira de se ver a questão do estilo. O estilo não é um atributo do autor, um escrito privilegiado que, independentemente do gênero, expressa sua individualidade nos textos. Para exercer sua individualidade, é imprescindível que o autor domine o gênero.

Outra importante contribuição dos intelectuais do Círculo é procurar entender o estilo no interior do dialogismo. Ou seja, como qualquer característica do enunciado, estilo precisa ser pensado em sua relação com os enunciados precedentes e futuros, pois o sujeito, ao enunciar, escolhe este ou aquele estilo em função das relações que seu enunciado estabelece com os enunciados que o cercam. Isso também é bastante inovador, já que, em uma visão tradicional (romântica), o estilo seria um ato individual independente daquilo que o cerca. O estilo, na perspectiva bakhtiniana, é sim a escolha de determinados recursos lingüísticos, mas essas escolhas sempre levam em conta os outros enunciados com os quais o enunciado do autor dialoga e o meio social em que o enunciado se materializa.

7. Referências bibliográficas:

ABAURRE, M. B. M.; FIAD, R. S.; MAYRINK-SABINSON, M. L. T. **Cenas de aquisição da linguagem escrita: o sujeito e o trabalho com o texto**. Campinas: Associação de Leitura do Brasil; Mercado de Letras, 1997.

ANDRADE, H. F. (1997). Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. 2ª ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p.335-339.

BERNARDINI, A. F. (1997). Comentários à mesa-redonda: questões de tradução na obra de Bakhtin. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. 2ª ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p.363-365.

BAKHTIN, M. M. (1919/1921). **Para uma filosofia do ato**. Tradução não revisada, para fins didáticos e acadêmicos, realizada por Carlos Alberto Faraco e Cristovam Tezza. [S.l.: s.n.], [2005-2006].

BAKHTIN, M. M. [192-]. O autor e a personagem na atividade estética. In: **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. (1924). O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini et al. 3ª ed. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1993.

_____. (1929/1963). **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. (1934-1935). O discurso no romance. In: **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução Aurora Fornoni Bernardini et al. 3ª ed. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1993.

_____. [1952-1953]. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. M./ VOLOSHINOV, V. N. (1929). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CASTRO, E. R. (1997). O irreversível e o áporo. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. 2ª ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p.340-350.

COMVEST. **Manual do Candidato 99**. Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: [s.n.], 1999a.

_____. **Manual do Candidato 2000.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Ave-Maria, 2000a.

_____. **Manual do Candidato 2001.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Prol, 2001a.

_____. **Manual do Candidato 2002.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Posigraf, 2002a.

_____. **Manual do Candidato 2003.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Posigraf, 2003a.

_____. **Manual do Candidato 2004.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Prol, 2004a.

_____. **Manual do Candidato 2005.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Prol, 2005a.

_____. **Manual do Candidato 2006.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Prol, 2006a.

_____. **Caderno de questões 99.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: [s.n.], 1999b.

_____. **Caderno de questões 2000.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Ave-Maria, 2000b.

_____. **Caderno de questões 2001.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Prol, 2001b.

_____. **Caderno de questões 2002.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Posigraf, 2002b.

_____. **Caderno de questões 2003.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Posigraf, 2003b.

_____. **Caderno de questões 2004.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Prol, 2004b.

_____. **Caderno de questões 2005.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Prol, 2005b.

_____. **Caderno de questões 2006.** Coordenadoria Executiva dos Vestibulares da Unicamp. [Campinas]: Prol, 2006b.

_____. **Dissertações do Vestibular Unicamp 99.** Pró-Reitoria de Graduação, Comissão Permanente para os vestibulares. Campinas: Editora da Unicamp, 1999c.

_____. **Redações do Vestibular Unicamp 2000.** Pró-Reitoria de Graduação, Comissão Permanente para os vestibulares, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Campinas: Editora da Unicamp, 2000c.

_____. **Redações do Vestibular Unicamp 2001.** Pró-Reitoria de Graduação, Comissão Permanente para os vestibulares, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Campinas: Editora da Unicamp, 2001c.

_____. **Redações do Vestibular Unicamp 2002.** Pró-Reitoria de Graduação, Comissão Permanente para os vestibulares, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Campinas: Editora da Unicamp, 2002c.

_____. **Vestibular Unicamp: redações 2003.** Pró-Reitoria de Graduação, Comissão Permanente para os vestibulares, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Campinas: Editora da Unicamp, 2003c.

_____. **Vestibular Unicamp: redações 2004.** Pró-Reitoria de Graduação, Comissão Permanente para os vestibulares, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Campinas: Editora da Unicamp, 2004c.

_____. **Vestibular Unicamp: redações 2005.** Pró-Reitoria de Graduação, Comissão Permanente para os vestibulares, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Campinas: Editora da Unicamp, 2005c.

_____. **Vestibular Unicamp: redações 2006.** Pró-Reitoria de Graduação, Comissão Permanente para os vestibulares. Campinas: Editora da Unicamp, 2006c.

_____. **15 Anos de Vestibular Unicamp: redação: coletânea, 1ª fase.** Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp. Campinas: Editora da Unicamp, 2001d.

FARACO, C. A. (2003). **Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin.** 2ª ed. Curitiba: Criar Edições, 2006.

FRANÇOIS, F. (1997). “Dialogismo” e romance ou Bakhtin visto através de Dostoiévsk. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido.** 2ª ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p.187-208.

GINZBURG, C. (1986). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos Emblemas Sinais: Morfologia e História.** Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.143-179.

LIMA, S. (1997). Tradução: um diálogo às avessas? In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin:**

dialogismo e construção do sentido. 2ª ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p.340-350.

MATEJKA, L.; TITUNIK, I. R. Translator's Preface. In: VOLOSINOV, V. N. (1929). **Marxism and the philosophy of language.** Tradução Ladislav Matejka e I. R. Titunik. Cambridge: Harvard University Press, 1986, p.vii-xii.

MEDVEDEV, P. N. (1928). **El método formal en los estudios literarios: Introducción crítica a una poética sociológica.** Tradução Tatiana Bubnova. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MENDES, M. **Convergência.** São Paulo: Duas Cidades, 1970.

LISPECTOR, C. (1977). **A hora da estrela.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p.10.

POSSENTI, S. **Indícios de autoria.** In: Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação, 20 (1) (expressão da língua portuguesa e seu ensino). Florianópolis: Editora da UFSC, 2002, p.105-124.

VOLOSINOV, V. N. (1929). **Marxism and the Philosophy of Language.** Tradução Ladislav Matejka e I. R. Titunik. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

_____. (1930). La structure de l'énoncé. In: TODOROV, T. (Org.). **Mikhail Bakhtine: le principe dialogique.** Paris: Éditions du Seuil, 1981.

8. Anexo

8.1. Proposta do tema A e coletânea do vestibular de 1999

TEMA A

O Brasil está em vias de completar cinco séculos de existência aos olhos do mundo europeu. São os já conhecidos 500 anos de seu descobrimento, que serão comemorados oficialmente em abril de 2000. Como em qualquer data importante, o momento é oportuno para um balanço e uma reflexão. O balanço poderia resultar muito parcial, se se prendesse exclusivamente a fatos econômicos e a dados sociais circunstanciais. Por isso, faz-se necessário, neste caso, considerar a questão de quem somos hoje. Tendo isso em mente, e contando com o apoio obrigatório dos fragmentos abaixo, escreva uma dissertação sobre o tema:

500 anos de Brasil

1. Esqueça tudo o que você aprendeu na escola sobre o descobrimento do Brasil. (...) A dois anos das comemorações oficiais pelos 500 anos de descobrimento do Brasil, os últimos trabalhos de pesquisadores portugueses, espanhóis e franceses revelam uma história muito mais fascinante e épica sobre a chegada dos colonizadores portugueses ao Novo Mundo. O primeiro português a chegar ao Brasil foi o navegador Duarte Pacheco Pereira, um gênio da astronomia, navegação e geografia e homem da mais absoluta confiança do rei de Portugal, d. Manuel I. Duarte Pacheco descobriu o Brasil um ano e meio antes de Cabral, entre novembro e dezembro de 1498. (...) As novas pesquisas sobre a verdadeira história do descobrimento sepultam definitivamente a inocente versão ensinada nas escolas de que Cabral chegou ao Brasil por acaso, depois de ter-se desviado da sua rota em direção às Índias. (*ISTOÉ*, 26 de novembro de 1997.)

2. ... a despeito de nossa riqueza aparente, somos uma nação pobre em sua generalidade, onde a distribuição do dinheiro é viciosa, onde a posse das terras é anacrônica. Aquele anda nas mãos dos negociantes estrangeiros; estas sob o tacão de alguns senhores feudais. A grande massa da população, espoliada por dois lados, arredada do comércio e da lavoura,

neste país essencialmente agrícola, como se costuma dizer, moureja por ali abatida e faminta, não tendo outra indústria em que trabalhe; pois que até os palitos e os paus de vassoura mandam-lhe vir do estrangeiro.

(...) povo educado, como um rebanho mole e automático, sob a vergasta do poder absoluto, vibrada pelos governadores, vice-reis, capitães-mores e pelos padres da companhia; povo flagelado por todas as extorsões – nunca fomos, nem somos ainda uma nação culta, livre e original. (Romero, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 1881.)

3. O Brasil surge e se edifica a si mesmo, mas não em razão do desígnio de seus colonizadores. Eles só nos queriam como feitoria lucrativa. Contrariando as suas expectativas, nos erguemos, imprudentes, inesperadamente, como um novo povo, distinto de quantos haja, deles inclusive, na busca de nosso ser e de nosso destino. (...) Somos um povo novo, vale dizer um gênero singular de gente marcada por nossas matrizes, mas diferente de todas, sem caminho de retorno a qualquer delas. Esta singularidade nos condena a nos inventarmos a nós mesmos, uma vez que já não somos indígenas, nem transplantes ultramarinos de Portugal ou da África. (Ribeiro, Darcy. *O Brasil como problema*. 1995.)

4. Não conhecemos proletariado, nem fortunas colossais que jamais se hão de acumular entre nós, graças aos nossos hábitos e sistema de sucessão. Nem argentarismo, pior que a tirania, nem pauperismo, pior que a escravidão.

(...)

O Brasil jamais provocou, jamais agrediu, jamais lesou, jamais humilhou outras nações.

(...)

A estatística dos crimes depõe muito em favor dos nossos costumes. Viaja-se pelo sertão sem armas, com plena segurança, topando sempre gente simples, honesta, serviçal.

Os homens de Estado costumam deixar o poder mais pobres do que nele entraram. Magistrados subalternos, insuficientemente remunerados, sustentam terríveis

lutas obscuras, em prol da justiça, contra potentados locais. (...) Quase todos os homens políticos brasileiros legam a miséria a suas famílias. (Affonso, Celso. *Porque me ufano de meu país*. 1900.)

5. (...) Se tu vencesse Calabar! / Se em vez de portugueses, / - holandeses!? / Ai de nós! / Ai de nós sem as coisas deliciosas que em nós moram: / redes, / rezas, / novenas, / procissões, - / e essa tristeza, Calabar, / e essa alegria danada, que se sente / subindo, balançando, a alma da gente. / Calabar, tu não sentiste / essa alegria gostosa de ser triste! (Lima, Jorge de. *Poesia Completa*, vol.1.)

6. O pau-brasil foi o primeiro monopólio estatal do Brasil: só a metrópole podia explorá-lo (ou terceirizar o empreendimento). Seria, também, o mais duradouro dos cartéis: a exploração só foi aberta à iniciativa privada em 1872, quando as reservas já haviam esgotado brutalmente. Exploração não é o termo: o que houve foi uma devastação, com a derrubada de 70 milhões de árvores. Como que confirmando a vocação simbólica, o pau-brasil seria usado, em setembro de 1826, para o pagamento dos juros do primeiro empréstimo externo tomado pelo Brasil. Ao deparar com o Tesouro Nacional desprovido de ouro, d. Pedro I enviou à Inglaterra 50 quintais (3t) de toras de pau-brasil para leiloá-las em Londres. A esperança do Imperador de saldar a dívida com o “pau-de-tinta” esbarrou numa inovação tecnológica: o advento da indústria de anilinas reduzira em muito o valor da árvore-símbolo do Brasil. Os juros foram pagos com atraso. Em dinheiro, não em paus. (Bueno, E. (org.). *História do Brasil*. Empresa Folha da Manhã. 2ª ed. 1997.)

7. Jamais se saberá com certeza, mas quando os portugueses chegaram à Bahia, os índios brasileiros somavam mais de 2 milhões – quase três, segundo alguns autores. Agora, dizimados por gripe, sarampo e varíola, escravizados aos milhares e exterminados pelas guerras tribais e pelo avanço da civilização, não passam de 325.652 – menos do que dois Maracanãs lotados. (...) A idade média dos índios brasileiros é de 17,5 anos, porque mais da metade da população tem menos de 15 anos. A expectativa de vida é de 45,6 anos, e a mortalidade infantil é de 150 para cada mil nascidos. Existem pelo menos 50 grupos que

jamais mantiveram contato com o homem branco, 41 dos quais nem sequer se sabe onde vivem, embora seu destino já pareça traçado: a extinção os persegue e ameaça. (Bueno, E. (org.). *História do Brasil*. Empresa Folha da Manhã. 2ª ed. 1997.)

8. Há um Código de Defesa do Consumidor, há leis que cuidam do racismo, do direito de greve, dos crimes hediondos, do juizado de pequenas causas, do sigilo da conversação telefônica, da tortura, etc. O país cresceu. (Carvalho Filho, L. F. *Folha de S. Paulo*. 3 de outubro de 1998.)

8.2. Propostas dos temas A e C e respectivas coletâneas do vestibular de 2000

TEMA A

Ao longo da história, por muitas razões, a água – este elemento aparentemente comum – tem levado filósofos, poetas, cientistas, técnicos, políticos, etc., a reflexões que freqüentemente se cruzam.

Tendo em mente este cruzamento de reflexões e considerando a coletânea abaixo, escreva uma dissertação sobre o tema

Água, cultura e civilização

1. Misteriosa, santificada, purificadora, essencial. Através dos tempos, a água foi perdendo o caráter divino ressaltado na mitologia e na religiosidade dos povos primitivos e assumindo uma face utilitarista na civilização moderna. Cada vez mais desprezada, desperdiçada e poluída, atingiu um nível perigoso para a saúde pública. Divina ou profana, ninguém nega sua importância para a sobrevivência do homem, seu maior predador. Como se ensaiasse um suicídio, a humanidade está matando e extinguindo o elemento responsável pelo fim do mundo da tradição bíblica. E não haverá arca de Noé capaz de salvar aqueles que lutam ou se omitem na defesa do meio ambiente. Escolha a catástrofe: novo dilúvio

universal com o derretimento da calota polar; envenenamento da humanidade com as substâncias tóxicas nos mananciais; chuva ácida; ou simplesmente a sede internacional pelo desaparecimento de água potável. (João Marcos Rainho, “Planeta água”, in: **Educação**, ano 26, n. 221, setembro de 1999, p. 48)

2. A água tem sido vital para o desenvolvimento e a sobrevivência da civilização. As primeiras grandes civilizações surgiram nos vales dos grandes rios – vale do Nilo no Egito, vale do Tigre-Eufrates na Mesopotâmia, vale do Indo no Paquistão, vale do rio Amarelo na China. Todas essas civilizações construíram grandes sistemas de irrigação, tornaram o solo produtivo e prosperaram. (**Enciclopédia Delta Universal**, vol. 1, p. 186)

3. Após 229 anos, o mesmo rio que inspirou o povoamento e deu nome à cidade torna-se o principal vetor de desenvolvimento, passando a integrar a Hidrovia Tietê-Paraná, interligando-se ao porto de Santos, por via férrea, e ao pólo Petroquímico de Paulínia. Como marco zero da hidrovia, o porto de Artemis será o portal do Mercosul. (...) Logo após a Segunda Guerra Mundial, o Estado de São Paulo iniciou a construção de barragens no rio Tietê, para gerar energia elétrica, porém dotadas de eclusas, um investimento a longo prazo. (www.piracicaba.gov.br/portugues/hidrovia)

4. No que concerne à concepção mesma de salubridade, é possível notar que se, na primeira metade do século XIX, os médicos continuam a ter um papel importante no desenvolvimento de uma nova sensibilidade em relação ao urbano e às habitações em particular, são os engenheiros, contudo, aqueles que são responsáveis por trazer uma resposta prática aos problemas desencadeados pela falta de higiene. Por isso, é do saber deles que depende essencialmente o novo modo de gestão urbana que se esboça nesta época: “As grandes medidas de prevenção – a drenagem, a viabilização das ruas e das casas graças à água e à melhoria do sistema de esgotos, a adoção de um sistema mais eficaz de coleta do lixo – são operações que recorrem à ciência do engenheiro e não do médico, que tinha cumprido sua tarefa quando assinalou quais as doenças que resultaram de carências

neste domínio e quando aliviou o sofrimento das vítimas”. (François Beguin, “As maquinarias inglesas do conforto”, in: **Políticas do habitat, 1800-1850**)

5. Os progressos da higiene íntima efetivamente revolucionam a vida privada. Múltiplos fatores contribuem, desde os primórdios do século [XVIII], para acentuar as antigas exigências de limpeza, que germinaram no interior do espaço dos conventos. Tanto as descobertas dos mecanismos da transpiração como o grande sucesso da teoria infeccionista levam a se acentuar os perigos da obstrução dos poros pela sujeira, portadora de miasmas. (...) A reconhecida influência do físico sobre o moral valoriza e recomenda o limpo. Novas exigências sensíveis rejuvenescem a civilidade; a acentuada delicadeza das elites, o desejo de manter à distância o dejetos orgânico, que lembra a animalidade, o pecado, a morte, em resumo, os cuidados de purificação aceleram o progresso. Este é estimulado igualmente pela vontade de distinguir-se do imundo zé-povinho. (...) Em contrapartida, muitas crenças incitam à prudência. A água, cujos efeitos sobre o físico e o moral são superestimados, reclama precauções. Normas extremamente estritas regulam a prática do banho conforme o sexo, a idade, o temperamento e a profissão. A preocupação de evitar a languidez, a complacência, o olhar para si (...) limita a extensão de tais práticas. A relação na época firmemente estabelecida entre água e esterilidade dificulta o avanço da higiene íntima da mulher.

Entretanto, o progresso esgueira-se aos poucos, das classes superiores para a pequena burguesia. Os empregados domésticos contribuem inclusive para a iniciação de uma pequena parcela do povo; mas ainda não se trata de nada mais que uma higiene fragmentada. Lavam-se com frequência as mãos; todos os dias o rosto e os dentes, ou pelo menos os dentes da frente; os pés, uma ou duas vezes por mês; a cabeça, jamais. O ritmo menstrual continua a regular o calendário do banho. (Alain Corbin, “O segredo do indivíduo”, in: **História da vida privada (Vol. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra)** [1987]. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 443-4)

6. A filosofia grega parece começar com uma idéia absurda, com a proposição: a *água* é a origem e a matriz de *todas* as coisas. Será mesmo necessário deter-nos nela e levá-la a

sério? Sim e por três razões: em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque o faz sem imagem e fabulação; e enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisálida, está contido o pensamento: “Tudo é um”. (Friedrich Nietzsche, “Os filósofos trágicos”, in: **Os pré-socráticos**, Col. Os pensadores. São Paulo, Abril Cultural, p. 16)

7. O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia.

(...)

O Tejo desce da Espanha
E o Tejo entra no mar em Portugal.
Toda a gente sabe isso.
Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia
E para onde ele vai
E donde ele vem.

E por isso, porque pertence a menos gente,
É mais livre e maior o rio da minha aldeia.

Pelo Tejo vai-se para o Mundo.
Para além do Tejo há a América
E a fortuna daqueles que a encontram.
Ninguém nunca pensou no que há para além
Do rio da minha aldeia.

O rio da minha aldeia não faz pensar em nada.
Quem está ao pé dele está só ao pé dele.

(Alberto Caeiro, “O Guardador de Rebanhos”,

in: Fernando Pessoa, **Ficções de Interlúdio**)

TEMA C

Em várias instâncias têm surgido iniciativas que podem resultar em uma nova política em relação à água, até hoje considerada um bem renovável à disposição dos usuários. Abaixo estão trechos de notícias relativamente recentes com informações sobre algumas dessas iniciativas.

1. País pode ter agência de água

O secretário nacional de recursos hídricos, Raimundo José Garrido, participa na próxima quarta-feira, em Porto Alegre, de um debate sobre a criação da Agência Nacional da Água (ANA). O encontro, que reunirá ainda o jornalista Washington Novaes, o consultor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Affonso Leme Machado, e o Secretário do Meio Ambiente do Estado, Cláudio Langoni, faz parte da 6ª Semana Interamericana da Água. O evento vai se estender de hoje até o dia 9, em 200 municípios gaúchos, com atividades ligadas à educação ambiental, painéis, exposições, mutirões de limpeza de rios e riachos, entre outras. Mais de 50 entidades públicas e privadas, incluindo o governo do Rio Grande do Sul, a prefeitura de Porto Alegre, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, participam da iniciativa. (Campinas, **Correio Popular**, 02/10/99)

2. Países concordam que, para evitar escassez, a água não pode ser gratuita

Paris – Uma conferência das Nações Unidas sobre gestão das escassas reservas de água doce do mundo concluiu ontem que a água deveria ser paga como *commodity**, ao invés de ser tratada como um bem essencial a ser fornecido gratuitamente. A reunião de três dias, da qual participaram ministros do meio-ambiente e autoridades de 84 países, concluiu

que os custos deverão permanecer baixos e que o acesso à água doce deveria ser assegurado aos pobres.

O apelo feito ao final da reunião, no sentido de maior participação das forças do mercado, motivou uma nota de cautela do primeiro ministro socialista [francês], Lionel Jospin, que se dirigiu à assembléia em seu último dia. Jospin enfatizou a necessidade de prudência quando se trata de uma substância que não é “um produto como outro qualquer”. “Vocês renunciaram à velha crença, que se manteve por muito tempo, de que a água somente poderia ser gratuita porque cai do céu”, disse ele. Mas ele frisou que a mudança para uma forma de lidar com a água mais orientada para o mercado “deve ser prudente”. (www.igc.apc.org/globalpolicy/socecon/envromnt/water.htm)

* *commodity*: mercadoria, produtos agrícolas ou de extração mineral

3. Enquanto os ambientalistas preocupam-se em mobilizar a opinião pública e sensibilizar governos, os legisladores querem enquadrar os abusados nas normas da lei. Aprovada há dois anos, mas ainda carente de regulamentação, a Lei do Uso das Águas (9.433) disciplina a exploração dos recursos hídricos do país. Ela prevê cobrança de taxas adicionais aos grandes usuários (como hidrelétricas), aos poluidores e às indústrias que exploram a água economicamente ou na produção de algum produto. Outra lei, mais rigorosa e punitiva, é a 9.605, em vigor há mais de um ano: quem poluir os rios, mananciais e devastar as florestas poderá sofrer detenção de até cinco anos e multas de até R\$ 50 milhões. (João Marcos Rainho, “Planeta água”, in: **Educação**, ano 26, n. 221, setembro de 1999, pp.57-8)

4. A força política dos que promovem a concentração populacional nas áreas de mananciais é grande. (...) A demonstração dessa força política está nas muitas mudanças da lei de Proteção dos Mananciais de 1975. A maior dessas alterações que abrandaram a lei ocorreu em 1987, com a desculpa de que era necessária para atender “à realidade criada pela ocupação desordenada”. Mas cabe a pergunta: quem permitiu essa ocupação? As prefeituras locais, sem dúvida, mas também a Secretaria de Meio Ambiente, por falta de vigilância. (“Mananciais contaminados”, in: **O Estado de S. Paulo**, 17/10/99, p.A3)

Redija uma carta a um deputado ou senador contrário à criação da Agência Nacional da Água (ANA). A carta deverá **argumentar a favor** da criação do novo órgão que, como a ANP, a ANATEL e a ANEEL, terá a finalidade de definir e supervisionar as políticas de um setor vital para a sociedade. Nessa carta, você deverá sugerir ao congressista **pontos de um programa**, a ser executado pela Agência Nacional da Água, programa que deverá incluir novas formas de controle.

ANP: Agência Nacional do Petróleo; ANATEL: Agência Nacional das Telecomunicações; ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica

8.3. Propostas dos temas A e C e respectivas coletâneas do vestibular de 2001

Nos últimos anos, o mundo conheceu fatos como a dissolução de fronteiras entre países (consequência da globalização da economia), ou a relativização da autonomia nacional (como no caso da prisão de Pinochet na Inglaterra). Conheceu também movimentos pró descriminalização das drogas e do aborto, revelando a fragilidade dos limites entre hábito e transgressão. Têm sido frequentes as contestações de outras fronteiras, como no debate sobre a legalização da união civil de homossexuais. Assim, as últimas décadas do século XX se caracterizaram pela relativização dos limites que antes separavam categorias como loucura e sanidade, público e privado, nacional e estrangeiro, entre outras. Tais fatos têm consequências consideráveis na visão que o homem contemporâneo constrói de si mesmo, do mundo e da própria vida. As três alternativas de redação e algumas das questões desta prova estão relacionadas a esses fatos, que afetam qualquer indivíduo, seja na forma de informação externa, seja na forma de experiência pessoal.

As três alternativas de redação e algumas das questões desta prova estão relacionadas a esses fatos, que afetam qualquer indivíduo, seja na forma de informação externa, seja na forma de experiência pessoal.

Coletânea de textos:

Os textos foram tirados de fontes diversas e apresentam fatos, dados, opiniões e argumentos relacionados com o tema. Eles não representam a opinião da banca examinadora: são textos como aqueles a que você está exposto na sua vida diária de leitor de jornais, revistas ou livros, e que você deve saber ler e comentar. Consulte a coletânea e utilize-a segundo as instruções específicas dadas para cada tema. Não a copie. Ao elaborar sua redação, você poderá utilizar-se também de outras informações que julgar relevantes para o desenvolvimento do tema escolhido.

TEMA A

Um dos temas dominantes de nossa época é o fim das fronteiras – científicas, geográficas, econômicas, de comunicação. Foram ultrapassados até mesmo os limites da ficção científica nas pesquisas sobre genoma e sobre a estrutura do universo e da matéria. No campo das comunicações, as novidades são diárias. Para muitos, vivemos sob o signo da globalização. Para outros, as conquistas da humanidade não são comuns a todas as pessoas. Paradoxalmente, continuam persistindo, e até se aprofundando, as lutas por identidades (culturais, de gênero, de etnia, etc.).

Tomando como referência a coletânea abaixo, escreva uma dissertação sobre o tema:

Um paradoxo da modernidade: eliminação de fronteiras, criação de fronteiras.

1. Bárbaro, adj. e s. Do gr. *bárbaros*, “estrangeiro, não grego [...]; relativo a estrangeiros, a bárbaros; semelhante à linguagem, aos costumes dos bárbaros; bárbaro, incorrecto (*em referência a erros contra o bom uso do idioma grego*); grosseiro, não civilizado, cruel”; pelo lat. *barbaru-* “bárbaro, estrangeiro (= latino para os Gregos); bárbaro, estrangeiro (todos os povos, à exceção dos Gregos e Romanos); bárbaro, inculto, selvagem; bárbaro, incorrecto (*falando da linguagem*)”. Pela comparação com o sânscrito *barbarah*, “gago”,

esloveno *brbrati*, *brbljatati*, sérvio *brboljiti*, “patinhar, chafurdar”, lituano *birbti*, “zumbir”, *barbozius*, “zumbidor”, verifica-se estarmos na presença de onomatopeias, das quais podemos aproximar o latim *balbus* (cf. Boisacq, 144-145), donde em português *balbo* e *bobo* (q.v.s.v. *balbuciar*); [...] (José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 2a. ed., Lisboa, Confluência, 1967.)

2. Assim, acreditei por muito tempo que esta aldeia, onde não nasci, fosse o mundo inteiro. Agora que conheci realmente o mundo e sei que ele é feito de muitas pequenas aldeias, não sei se estava tão enganado assim quando era menino. Anda-se por mar e por terra da mesma forma que os rapazes do meu tempo iam às festas nas aldeias vizinhas, e dançavam, bebiam, brigavam e voltavam para casa arrebatados. [...] é necessário ter-se uma aldeia, nem que seja apenas pelo prazer de abandoná-la. Uma aldeia significa não estar sozinho, saber que nas pessoas, nas plantas, na terra há alguma coisa de nós, que, mesmo quando se não está presente, continua à nossa espera. Mas é difícil ficar sossegado. [...] Essas coisas só são compreendidas com o tempo, com a experiência. Será possível que, aos quarenta anos e com o tanto de mundo que conheci, não saiba ainda o que é minha aldeia? (Cesare Pavese, *A lua e as fogueiras*, São Paulo, Círculo do Livro, p. 10-11.)

3. O movimento do qual eu participo não está vinculado ideologicamente a nada. Nossas ações não são especialmente dirigidas contra os Estados Unidos, mas contra as multinacionais. Entre elas, as que produzem organismos geneticamente modificados, os transgênicos. São empresas americanas, mas também européias. Para nós, elas são todas iguais. A forma como a agricultura geneticamente modificada tem sido imposta aos países europeus não nos deixa outra alternativa senão reagir. [...] O McDonald's é o símbolo da uniformização da comida e da cultura americana no mundo. (José Bové, líder camponês francês, em entrevista à *ISTOÉ*, 30/08/2000, p. 10-11.)

4. – Por que me matais?

– Como! Não habitais do outro lado da água? Meu amigo, se morásseis deste lado, eu seria um assassino, seria injusto matar-vos desta maneira; mas, desde que residis do outro lado,

sou um bravo, e isso é justo. (Pascal, *Pensamentos*, §293, São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Pensadores.)

5. Cem anos passados, aquele destino trágico, que confrontou algozes e vítimas no maior “crime da nacionalidade” perpetrado, parece ter-se alastrado, como maldição, para todo o território do país. O incêndio de Canudos espalhou-se por todo o campo e cidades. O vento levou as cinzas para muito longe, fora de qualquer controle. O grande desencontro de tempos dá-se hoje, simultaneamente, em muitos espaços. Essa a grande herança dos modernos. As muitas figuras em que se multiplicam e dispersam os condenados de Canudos, em plena era de globalização, continuam a vagar sem nomes, sem terra, sem história: são quase 60 milhões de pobres, párias e miseráveis esquecidos do Brasil (que é este gigante que dorme, enquanto seus filhos – os mais novos e os mais antigos – agonizam nas ruas e estradas?). (F. Foot Hardman, “Tróia de Taipa, Canudos e os Irracionais”. In *Morte e Progresso: a Cultura Brasileira como apagamento de rastros*, São Paulo, Unesp, 1998, p. 132.)

6. O *apartheid* brasileiro pode ir a juízo, imaginem. A associação nacional dos *shoppings* deve ir à justiça a fim de impedir pobres de perturbar seu comércio. Na origem da demanda judicial estaria o passeio de 130 pobres pelo *shopping* Rio Sul, organizado por uma tal Frente de Luta Popular. Talvez seja ilegal a perturbação do comércio. Na tradição brasileira das famílias proprietárias, pobres nas proximidades sempre perturbam. Como dizem os economistas, há um *case* aí. O *apartheid* no tribunal! (Vinícius Torres Freire, “Crioulos no limite”, *Folha de S. Paulo*, 27/08/2000, p. A 2.)

7. Se os senhores fossem todos alienistas e eu lhes apresentasse um caso, provavelmente o diagnóstico que os senhores me dariam do paciente seria a loucura. Eu não concordaria, pois enquanto esse homem puder explicar-se e eu sentir que podemos manter um contato, afirmarei que ele não está louco. Estar louco é uma concepção extremamente relativa. Em nossa sociedade, por exemplo, quando um negro se comporta de determinada maneira, é comum dizer-se: “Ora, ele não passa de um negro”, mas se um branco agir da mesma

forma, é bem possível dizerem que ele é louco, pois um branco não pode agir daquela forma. Pode-se dizer que um homem é diferente, comporta-se de maneira fora do comum, tem idéias engraçadas, e se por acaso ele vivesse numa cidadezinha da França ou da Suíça, diriam: “É um fulano original, um dos habitantes mais originais desse lugar”. Mas se trouxermos o tal homem para a Rua Harley, ele será considerado doido varrido. Se determinado indivíduo é pintor, todo mundo tende a considerá-lo um homem cheio de originalidades, mas coloque-se o mesmo homem como caixa de um banco e as coisas começarão a acontecer... (C. G. Jung, “As conferências de Tavistock”. In *Fundamentos de psicologia analítica*, Petrópolis, Vozes, 1972, p. 56.)

8. Pergunta: – O *e-mail* aproxima as pessoas?

Resposta: – Isso é ilusão. Marcel Proust escreveu 21 volumes de cartas. Você as lê e percebe que ele as escrevia para manter as pessoas à distância. Ele não queria se aproximar. Com o *e-mail* acontece a mesma coisa. Acho até que ele potencializa esse aspecto. Essa história de comunidade global, com todo mundo falando com todo mundo, é lixo ideológico. Em vez de o sujeito estar num bar, conversando com seus amigos, ele passa horas no computador, mandando mensagens eletrônicas para pessoas que, em muitos casos, nem conhece. Essa é uma forma de solidão. Não houve aproximação. (Walnice Nogueira Galvão, entrevista a Elio Gaspari, *Folha de S. Paulo*, 27/08/2000, p. A 15.)

TEMA C

*Suponha que você seja ou o juiz que decidiu pela volta do menino Elián a Cuba, ou um parente de Elián que lutou por sua permanência nos Estados Unidos, ou o pai de Elián, que lutou por sua volta a casa. Colocando-se no lugar de uma dessas pessoas, e considerando os pontos de vista expressos no texto abaixo, escreva uma carta a Elián, mas para ser lida por ele quinze anos depois desses acontecimentos, **tentando convencê-lo de que a posição que você assumiu foi a melhor possível.***

Quando a imaginação do mundo se depara com uma tragédia humana tão dolorosa quanto a de Elián, o menino refugiado de 6 anos que sobreviveu a um naufrágio apenas para afundar no atoleiro político da Miami cubano-americana, ela instintivamente procura penetrar nos corações e mentes de cada um dos personagens do drama. Qualquer pai ou mãe é capaz de imaginar o que o pai de Elián, Juan Miguel González, vem sofrendo, na cidade natal de Elián, Cárdenas – a dor de perder seu filho primogênito; logo depois, a alegria de saber de sua sobrevivência milagrosa, com Elián boiando até perto da Flórida numa câmara de borracha.

A seguir, o abalo de ouvir da boca de um bando de parentes com os quais não tem relação alguma e de pessoas que lhe são totalmente estranhas a notícia de que estavam decididos a colocar-se entre ele e seu filho. Talvez também sejamos capazes de compreender um pouco do que se passa na cabeça de Elián, virada do avesso. Trata-se, afinal de contas, de um garoto que viu sua mãe mergulhar no oceano escuro e morrer. Durante um tempo muito longo depois disso, seu pai não esteve a seu lado.

Assim, se Elián agora se agarra às mãos daqueles que têm estado a seu lado em Miami, se os segura forte, como se segurou à câmara de borracha, para salvar sua vida, quem pode culpá-lo por isso? Se ergueu uma espécie de felicidade provisória à sua volta, em seu novo quintal na Flórida, devemos compreender que é um mecanismo de sobrevivência psicológica, e não um substituto permanente de seu amor ao pai. [...]

Elián González virou uma bola de futebol política, e – acredite na palavra de alguém que sabe o que é isso – a primeira consequência de virar uma bola de futebol é que você deixa de ser visto como ser humano que vive e sente. Uma bola é um objeto inanimado, feita para ser chutada de um lado a outro. Assim, você se transforma naquilo que Elián se tornou, na boca da maioria das pessoas que discutem o que fazer dele: útil, mas, em essência, uma coisa, apenas.

Você se transforma em prova da mania de litígio de que sofrem os Estados Unidos, ou do orgulho e poder político de uma comunidade imigrante poderosa em nível local. Você vira palco de uma batalha entre a vontade da turba e o estado de direito, entre o anticomunismo fanático e o antiimperialismo terceiro-mundista.

Você é descrito e redescrito, transformado em *slogan* e falsificado até quase deixar de existir, para os combatentes que se enfrentam aos gritos. Transforma-se numa espécie de mito, um recipiente vazio no qual o mundo pode derramar seus preconceitos, seu ódio, seu veneno.

Tudo o que foi dito até agora é mais ou menos compreensível. O difícil é imaginar o que se passa na cabeça dos parentes de Elián em Miami. A família consangüínea desse pobre menino optou por colocar suas considerações ideológicas de linha dura à frente da necessidade óbvia e urgente que Elián tem de seu pai. Para a maioria de nós, que estamos de fora, a escolha parece ser desnaturada, repreensível. [...]

Quando os parentes de Miami dão a entender que Elián sofrerá “lavagem cerebral” se voltar para casa, isso apenas nos faz pensar que eles são ainda mais bitolados do que os ideólogos que condenam. (Salman Rushdie, “Elián González se transformou numa bola de futebol política”, *Folha de S. Paulo*, 07/04/2000, p. A3, com pequenas adaptações.)

8.4. Propostas dos temas A e C e respectivas coletâneas do vestibular de 2002

TEMA A

O trabalho humano tem assumido múltiplas dimensões ao longo da história. As alternativas que têm sido postas à disposição ou que têm sido negadas aos indivíduos ou à espécie permitem amplo leque de avaliações. Encontra-se tanto uma defesa incondicional das virtudes da vida laboriosa quanto o elogio do ócio ou a defesa de um tempo de trabalho apenas indispensável à sobrevivência.

Levando em conta as pressões históricas, sociais e mesmo psicológicas que condicionam estas visões, exemplificadas nos textos desta coletânea, que permitem uma discussão da questão em seus aspectos contraditórios, escreva uma dissertação sobre o tema:

Trabalho: fator de promoção ou de degradação.
--

1. No inverno, as formigas estavam fazendo secar o grão molhado, quando uma cigarra faminta lhes pediu algo para comer. As formigas lhe disseram: “Por que, no verão, não reservaste também o teu alimento?” A cigarra respondeu: “Não tinha tempo, pois cantava melodiosamente”. E as formigas, rindo, disseram: “Pois bem, se cantavas no verão, dança agora no inverno”. (Esopo, *Fábulas Completas*, trad. de Neide Skolka, São Paulo, Moderna, 1994.)

2. Uma estranha loucura apossa-se das classes operárias das nações onde impera a civilização capitalista. Esta loucura tem como consequência as misérias individuais e sociais que, há dois séculos, torturam a triste humanidade. Esta loucura é o amor pelo trabalho, a paixão moribunda pelo trabalho, levada até o esgotamento das forças vitais do indivíduo e sua prole. Em vez de reagir contra essa aberração mental, os padres, economistas, moralistas sacrossantificaram o trabalho. Pessoas cegas e limitadas quiseram ser mais sábias que seu próprio Deus; pessoas fracas e desprezíveis quiseram reabilitar aquilo que seu próprio Deus havia amaldiçoado. (Paul Lafargue, *O direito à preguiça*, São Paulo, Kayrós, 2 ed., 1980.)

3. *Arbeit macht frei* (‘o trabalho liberta’, divisa encontrada nos portões do campo de concentração de Auschwitz).

4. Em 1995 o Brasil tinha cerca de 300 mil voluntários engajados no Terceiro Setor (fundações, associações comunitárias etc.) e mais 3 milhões espalhados por organizações religiosas de todo o tipo (espíritas, pastorais da Igreja etc.). A maioria são pessoas que mal se conhecem, mas que se dispõem a ajudar idosos, inválidos, mães sem recursos, crianças abandonadas, de dia ou de noite, em jornadas extras após o trabalho. (Miguel Jorge, “Voluntariado e cidadania”, *O Estado de S. Paulo*, 18/6/2001.)

5. Fotografia de Sebastião Salgado: escadas nas minas de ouro de Serra Pelada. Brasil, 1986.



(http://www.terra.com.br/sebastiaosalgado/p_op1/p08w.html)

6. Começa a surgir e a tomar contornos de reivindicação trabalhista o “direito à desconexão”: o direito para o assalariado de se desligar – fora do horário de trabalho, nos fins-de-semana, nas férias – da rede telemática, do arreo eletrônico que o liga ao patrão ou a sua firma. (Luiz Felipe de Alencastro, “A servidão de Tom Cruise, Metamorfoses do trabalho compulsório”, *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 13/8/2000.)

7. A Nike é acusada de vender tênis produzidos em países asiáticos por mão-de-obra aviltada. Um levantamento feito junto a quatro mil trabalhadores de nove das 25 fábricas que servem à empresa na Indonésia revelou que 56% dos trabalhadores queixam-se de insultos verbais, 15,7% das mulheres reclamam de bolinas e 13,7% contam que sofreram coerção física no serviço. Esse estudo foi realizado sob o co-patrocínio da própria Nike. Outro levantamento, feito no Vietnã, mostrou que os trabalhadores ganham US\$ 1,60 por dia e teriam que gastar US\$ 2,10 para fazer três refeições diárias. Banheiros, só uma vez por dia. Água, duas vezes. O descumprimento das normas de uso do uniforme é punido com corridas compulsórias. Em outros casos, o trabalhador é obrigado a ficar de castigo, ajoelhado. A fábrica da localidade de Sam Yang trabalha 20 horas por dia, tem seis mil

empregados, mas o expediente do médico é de apenas duas horas diárias. (Elio Gaspari, “O microreitor do MIT pegou a Nike”, *Folha de S. Paulo*, 4/3/2001.)

8. “O trabalho danifica o homem” (declaração de Maguila, lutador de boxe, parodiando um conhecido provérbio).

9. O bom senso questiona: por que razão os homens dessas sociedades [...] queriam trabalhar e produzir mais, quando três ou quatro horas diárias de atividade são suficientes para garantir as necessidades do grupo? De que lhes serviria isso? Qual seria a utilidade dos excedentes assim acumulados? Qual seria o destino desses excedentes? É sempre pela força que os homens trabalham além das suas necessidades. E exatamente essa força está ausente do mundo primitivo: a ausência dessa força externa define inclusive a natureza das sociedades primitivas. Podemos admitir a partir de agora, para qualificar a organização econômica dessas sociedades, a expressão economia de subsistência, desde que não a entendamos no sentido de um *defeito*, de uma incapacidade, inerentes a esse tipo de sociedade e à sua tecnologia, mas, ao contrário, no sentido da recusa de um *excesso* inútil, da vontade de restringir a atividade produtiva à satisfação das necessidades. [...] A vantagem de um machado de metal sobre um machado de pedra é evidente demais para que nela nos detenhamos: podemos, no mesmo tempo, realizar com o primeiro talvez dez vezes mais trabalho que com o segundo; ou então executar o mesmo trabalho num tempo dez vezes menor. (Pierre Clastres, *A Sociedade contra o Estado*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1973.)

10. É realmente muito triste para mim, hoje em dia, saber que os pastores não conhecem essa tremenda verdade. E é doloroso pensar que eles continuarão, uivando como cães, a disputar o “meu” e o “teu”, numa luta ferina e bestial. Continuarão a viver dilacerando-se uns aos outros e cuspidos sangue, tragicamente, em proveito de patrões que desconhecem. [...] Nosso sangue fervilhava no esforço, regava a terra, coagulava-se. E nós estávamos contentes. Como poderíamos desconfiar que o fruto de nosso sangue ia engordar as aves de rapina das cidades, luzidias e repousadas, em suas casas confortáveis? Cada um de nós, na

mocidade, construía com vistas à velhice, sem saber que, numa sociedade como a nossa, a velhice, com ou sem olival, seria tragicamente desprezada pelos jovens! E cada um de nós entregava-se a esse demônio que derramava nos campos nossas energias, espalhando-as conforme seu capricho, tornando-nos felizes sem dilacerar assim nossa própria carne, esquecidos das calamidades e dos caprichos da natureza. (Gavino Ledda, *Pai Patrão*, Rio de Janeiro, Círculo do Livro, s.d.) [*Padre Padrone* é um romance de 1975, que deu origem ao filme dos irmãos Taviani, com o mesmo título. Trata da dura vida de trabalho do filho de um camponês da Sardenha.]

11. O argumento é conhecido, justo e internacional: por lei, as crianças devem estar na escola, e não trabalhando 12 horas por dia; empresários inescrupulosos recorrem ao trabalho infantil, pagando salários indecentes; portanto, é preciso uma lei para impedir essas injustiças. A questão é: qual lei? No caso brasileiro, a lei pode levar as crianças a perder o emprego e a não ganhar nada em termos de aprendizado profissional. Portanto, para que se cumpra a lei, os menores de 16 anos deverão ser despedidos. [...] A verdadeira alternativa, para muitos adolescentes, não é estudar ou trabalhar, mas trabalhar ou não. As famílias pobres precisam dessa renda, que a lei acaba confiscando. (Adaptado de Carlos A. Sardenberg, “Boas intenções que matam”, *O Estado de S. Paulo*, 18/6/2001.)

TEMA C

Considerando especialmente as informações contidas na matéria jornalística transcrita abaixo, escreva uma carta a um interlocutor de sua escolha (por exemplo, a um sindicalista, a um político, a um empresário) sugerindo que ele se empenhe na aprovação de um projeto de lei que acabe com as horas extras.

Nesta carta, você deverá, necessariamente, especificar os principais pontos do projeto de lei que gostaria de ver aprovado.

Lembre-se de que você deverá identificar claramente seu destinatário e organizar seus argumentos, a fim de convencê-lo a acatar sua sugestão.

✓ Não esqueça que você pode valer-se de informações da coletânea geral e dos enunciados das questões desta prova para escrever sua carta.

✓ Ao assinar a carta, use iniciais apenas, de forma a não se identificar.

Cresce prática de hora extra na economia de SP

Segundo pesquisa Seade-Diese, 40,3% dos assalariados já ultrapassaram a jornada de 44 horas semanais

SÃO PAULO. A recuperação da economia vem se sustentando em boa parte com o uso de horas extras no trabalho. Segundo pesquisa da Fundação Seade e do Dieese, 40,3% dos assalariados da Região Metropolitana de São Paulo trabalharam, em março, além da jornada de 44 horas semanais fixada na Constituição, contra 35,6% no mesmo mês de 2000. No comércio, foram nada menos do que 52,3%; e na indústria 40,9% prolongaram o expediente. No setor de serviços, o percentual foi de 36,2%.

O economista Marcio Pochmann, secretário extraordinário do Trabalho de São Paulo, calcula que se a jornada fosse cumprida seriam criados imediatamente 4,9 milhões de postos de

trabalho no país, mais do que o suficiente para acabar com o contingente de 1,02 milhão de desempregados das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE.



FIESP: contratar tem custo alto

Pochman utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), do IBGE, realizada em 1999. Esta indicou que cerca de 27 milhões de brasileiros, de um total de 70 milhões de ocupados à época, trabalhavam mais que a jornada legal.

– No Brasil, a exceção virou regra e comprometeu a criação de novos postos de trabalho – diz o Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício.

Essa cultura sobrevive tanto em tempos de economia aquecida quanto de recessão. Para as empresas, o recurso das horas extras evita o risco de contratações em momentos de incerteza, além de reduzir custos trabalhistas.

– Os custos de contratação e demissão são muito altos no Brasil – justifica o empresário Roberto Faldini, diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A legislação prevê que um trabalhador faça até duas horas adicionais por dia útil, além de oito no sábado e oito no domingo, num total de até 26 horas extras semanais. Mas a maioria dos trabalhadores encara esse expediente como forma de complementar renda e aceita propostas de aumento de jornada.

– Isso derruba qualquer tentativa dos sindicatos de desestimular a prática das horas extras – afirma o diretor-técnico do Dieese, Sérgio Mendonça.

Paulo Roberto Garcia Silva Júnior, de 20 anos, metalúrgico de São Paulo, é um exemplo dessa tendência. Há oito meses, foi contratado para trabalhar das 6h às 15h30m, por R\$ 370,00 mensais. Hoje, no entanto, consegue quase o dobro fazendo horas extras diárias e folgando só um domingo por mês.

– Procuro fazer o máximo de horas extras para ganhar mais – diz o operário.

O excesso não é uma prática exclusiva dos empregadores. No fim do ano passado, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, descobriu que os cerca de 700 funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo faziam mais de cinco mil horas extras por mês. Paulinho proibiu essa prática no Sindicato e a qualidade do atendimento, segundo ele, não diminuiu. Agora, o sindicalista quer propor ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que adote medidas restringindo o uso de horas extras pelas empresas. Além de comprometer a geração de empregos, as horas extras também prejudicam a produtividade, aumentando os riscos de acidentes de trabalho. De acordo com o levantamento mais recente do Ministério da Previdência e Assistência Social, o número

de mortes em acidentes de trabalho em 1999 foi de 3.923, representando um aumento de 3,6% em relação a 1998.

(Marcelo Rehder, *O Globo*, Caderno Economia, 8/5/2001, p.25.)

8.5. Propostas dos temas A e C e respectivas coletâneas do vestibular de 2003

TEMA A

A palavra "evolução" tem sido usada em vários sentidos, especialmente de mudança e de progresso, seja no campo da biologia, seja nas ciências humanas. Tendo em mente esses diversos sentidos, e considerando a coletânea abaixo, escreva uma dissertação em torno da seguinte afirmação do filósofo Bertrand Russel (Unpopular Essays, 1959):

A mudança é indubitável, mas o progresso é uma questão controversa.
--

1. Evolução significa um desenvolvimento ordenado. Podemos dizer, por exemplo, que os automóveis modernos *evoluíram* a partir das carruagens. Frequentemente, os cientistas usam palavras num sentido especial, mas quando falam de evolução de climas, continentes, planetas ou estrelas, estão falando de desenvolvimento ordenado. Na maioria dos livros científicos, entretanto, a palavra se refere à evolução orgânica, ou seja, à teoria da evolução aplicada a seres vivos. Essa teoria diz que as plantas e animais se modificaram geração após geração, e que ainda estão se modificando hoje em dia. Uma vez que essa mudança tem-se prolongado através das eras, tudo o que vive atualmente na Terra descende, com muitas alterações, de outros seres que viveram há milhares e até milhões de anos atrás. (*Enciclopédia Delta Universal*, vol. 6, p.3134.)

2. Quando se focalizou a língua, historicamente, no século XIX, as mudanças que ela sofre através do tempo foram concebidas dentro da idéia geral de evolução. A evolução, como sabemos, foi um conceito típico daquela época. Surgiu ele nas ciências da natureza, e depois, por analogia, se estendeu às ciências do homem. (...) Do ponto de vista das ciências do homem em geral, a plenitude era entendida como o advento de um estado de civilização superior, e os povos eram vistos como seguindo fases evolutivas até chegar a uma final, superior, que seria o ápice de sua evolução. (Mattoso Câmara, 1977. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico. p.66.)

3. Progresso, portanto, não é um acidente, mas uma necessidade... É uma parte da natureza. (Herbert Spencer, *Social Statics*, 1850, cap. 2, seção 4.)

4. Ator 1 – Com o passar dos séculos – o homem sempre foi muito lento – tendo desgastado um quadrado de pedra e desenvolvido uma coisa que acabou chamando de roda, o homem chegou, porém, a uma conclusão decepcionante – a roda só servia para rodar. Portanto, deixemos claro que a roda não teve a menor importância na História. Que interessa uma roda rodando? A idéia verdadeiramente genial foi a de colocar uma carga em cima da roda e, na frente, puxando a carga, um homem pobre. Pois uma coisa é definitiva: a maior conquista do homem foi outro homem. O outro homem virou escravo e, durante séculos, foi usado como transporte (liteira), ar refrigerado (abano), lavanderia, e até esgoto, carregando os tonéis de cocô da gente fina. (Millôr Fernandes. *A História é uma história*. Porto Alegre, LP&M, 1978.)

5. Na história evolucionária, relativamente curta, documentada pelos restos fósseis, o homem não aperfeiçoou seu equipamento hereditário através de modificações corporais perceptíveis em seu esqueleto. Não obstante, pôde ajustar-se a um número maior de ambientes do que qualquer outra criatura, multiplicar-se infinitamente mais depressa do que qualquer parente próximo entre os mamíferos superiores, e derrotar o urso polar, a lebre, o gavião, o tigre, em seus recursos especiais. Pelo controle do fogo e pela habilidade de fazer roupas e casas, o homem pode viver, e vive e viceja, desde o Círculo Ártico até o Equador.

Nos trens e carros que constrói, pode superar a mais rápida lebre ou avestruz. Nos aviões, pode subir mais alto que a águia, e, com os telescópios, ver mais longe que o gavião. Com armas de fogo, pode derrubar animais que nem o tigre ousa atacar. Mas fogo, roupas, casas, trens, aviões, telescópios e revólveres não são, devemos repetir, parte do corpo do homem. Pode colocá-los de lado à sua vontade. Eles não são herdados no sentido biológico, mas o conhecimento necessário para sua produção e uso é parte do nosso legado social, resultado de uma tradição acumulada por muitas gerações, e transmitida, não pelo sangue, mas através da fala e da escrita. (Gordon Childe. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966. p.39-40.)

6. O homem pode ser desculpado por sentir algum orgulho por ter subido, ainda que não por seus próprios esforços, ao topo da escala orgânica; e o fato de ter subido assim, em vez de ter sido primitivamente colocado lá, pode dar-lhe esperanças de ter um destino ainda mais alto em um futuro distante. (Charles Darwin, *A descendência do homem*. www.gutenbergnet)

7. ... por causa de nossas ações, os ecossistemas do planeta estão visivelmente evoluindo de formas não previstas pelos seres humanos. Algumas vezes, as mudanças parecem pequenas. Tomemos o caso das rãs e das salamandras nas Ilhas Britânicas. Os invernos estão mais quentes nessa região, devido a mudanças de clima causadas pelos seres humanos. Isso significa que as lagoas onde aqueles animais se reproduzem estão mais quentes. Assim, as salamandras (*Triturus*) começaram a se acasalar mais cedo. Mas as rãs (*Rana temporaria*) não. De modo que a desova das rãs está virando almoço das salamandras. É possível que as lagoas britânicas em que há salamandras continuem por dezenas e dezenas de anos cada vez com menos rãs. E então, um dia, o ecossistema da lagoa desmorona... (Adaptado de Alanna Mitchell, "Bad Evolution", *The Globe and Mail Saturday*, 4/5/2002.)

8. Em que consiste, em última análise, o progresso social? No desenvolvimento do melhor modo possível dos recursos havidos da natureza, da qual tiramos a subsistência, e no apuro dos sentimentos altruísticos, que tornam a vida cada vez mais suave, permitindo uma

cordialidade maior entre os homens, uma solidariedade mais perfeita, um interesse maior pela felicidade comum, um horror crescente pelas injustiças e iniquidades... (Manuel Bonfim, *A América Latina: Males de origem*. Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, s/d.)

TEMA C

Periodicamente, ao longo da história, pensadores têm afirmado que a humanidade chegou a um ponto definitivo (o “fim da história”). O artigo abaixo, parcialmente adaptado, que Denis Lerrer Rosenfield publicou no jornal *Folha de S. Paulo* em 28/06/2002, de certo modo retoma essa afirmação.

A POÇÃO MÁGICA

O mundo mudou depois de 11 de setembro. A administração Bush, inicialmente voltada para um fechamento dos EUA sobre si mesmos, cujo símbolo era o projeto de escudo interbalístico, que protegeria essa nação de mísseis intercontinentais, afirma-se agora claramente como imperial. Sua doutrina militar sofreu uma alteração substancial. Doravante, a prioridade são ataques preventivos, que eliminem os focos terroristas no mundo, ameaçando e atacando os Estados que lhes dêem cobertura e, sobretudo, que tenham armas químicas e biológicas. (...)

Talvez o mundo, no futuro, mostre que o problema da democracia passa pela influência que países, empresas, sindicatos e meios de comunicação venham a exercer sobre a opinião pública americana – que pode, ela sim, mudar os rumos do império. Não esqueçamos que a Guerra do Vietnã terminou devido à influência decisiva da opinião pública americana sobre o centro de decisões políticas. Os países deverão se organizar para atuar sobre a opinião pública americana.

Se essa descrição dos fatos é verdadeira, nenhuma política futura poderá ser baseada em um confronto direto com os EUA ou em um questionamento dos princípios que regem essa nação. A autonomia, do ponto de vista econômico, social, militar e político, pertence ao passado. Poderemos ter nostalgia dela, mas seu adeus é definitivo. O que não

significa, evidentemente, que tenhamos de acatar tudo o que de lá vier; é imperativo reconhecer, porém, que a realidade mudou e que embates radicais estão fadados ao fracasso.

Na época do Império Romano, o general César ou os imperadores subseqüentes não estavam preocupados com o que se passava na Gália. Seus exércitos vitoriosos exerciam uma superioridade inconteste. Era mais sensato negociar com eles do que enfrentá-los. Se uma Gália moderna achar que pode deixar de honrar contratos, burlar a democracia, fazer os outros de bobos, mudando seu discurso a cada dia ou cada mês, sua política se tornará imediatamente inexecutável.

Contudo, se, mesmo assim, esse povo decidir eleger um Asterix, convém lembrar que foi perdida para sempre a fórmula da poção mágica e suas últimas gotas se evaporaram no tempo.

*Escreva uma carta, dirigida ao **Editor** do jornal, para ser publicada. Após identificar a tese central do texto de Rosenfield,*

a) caso concorde com o ponto de vista do autor, apresente outros argumentos e fatos que o reforcem;

b) caso discorde do ponto de vista do autor, apresente argumentos e fatos que o contradigam.

Para realizar essa tarefa, além do texto acima, considere também os que se seguem:

1. Ao ver um cordeiro à beira do riacho, o lobo quis devorá-lo. Mas precisava de uma boa razão. Apesar de estar na parte superior do rio, acusou-o de sujar a água. O cordeiro se defendeu:

- Como eu iria sujar a água, se ela está vindo daí de cima, onde tu estás?
- Sim, mas no ano passado insultaste meu pai, replicou o lobo.
- No ano passado, eu nem era nascido...

Mas o lobo não se calou:

– Podes defender-te quanto quiseses, que não deixarei de te devorar. (Adaptado de Esopo, *Fábulas*. Porto Alegre, LP&M.).

2. Então saiu do arraial dos filisteus um homem guerreiro, cujo nome era Golias, de Gate, da altura de seis côvados e um palmo. (...) Todos os israelitas, vendo aquele homem, fugiam diante dele (...). Davi disse a Saul: “... teu servo irá, e pelejará contra ele”. (...) Davi meteu a mão no alforje, e tomou dali uma pedra e com a funda lhe atirou, e feriu o filisteu na testa, e ele caiu com o rosto em terra. E assim prevaleceu Davi contra Golias, com uma funda e uma pedra. (Adaptado de *I Samuel*, 17, 4-50).

3. Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte...* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977).

8.6. Propostas da dissertação e da carta e coletânea do vestibular de 2004

APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA

A cidade é um lugar significativo da experiência humana. Ela tem sido objeto de reflexão de geógrafos, urbanistas, historiadores, profissionais da saúde, estudiosos da linguagem, filósofos, engenheiros, matemáticos, artistas, enfim, de muitos profissionais que procuram entender seu funcionamento. Ao atrair tantas e tão variadas atenções, a cidade mostra-se complexa e multifacetada.

COLETÂNEA

1. No primeiro sinal verde após o relógio do canteiro central marcar 12h40min, cerca de cem pessoas atravessaram a Avenida Paulista, na altura da Rua Augusta. De repente, tiraram um sapato, bateram com o solado repetidas vezes no chão, calçaram-no novamente

e seguiram seu caminho. Um novo tipo de manifestação política? Longe disso. O que a Paulista viu foi a primeira *flash mob* (multidão instantânea) brasileira. O fenômeno, mania na Europa e nos Estados Unidos, consiste em reunir o maior número de pessoas no menor tempo possível – por e-mail e celular – para fazer alguma coisa estranha simultaneamente. Os nova-iorquinos já invadiram uma loja e gritaram em frente a um dinossauro de brinquedo. Na versão brasileira, ficou decidido tirar o sapato e batê-lo no chão, como que para tirar areia de dentro. (Adaptado de Angélica Freitas, “40 segundos de frenesi na Paulista. *Flash Mob* chega a São Paulo”, *Estado de S. Paulo*, 14 de agosto de 2003).

2. No produtivo ano de 1979, o grupo encapuzou, com sacos de lixo, as estátuas da cidade, visando chamar a atenção das pessoas que nunca, ou quase nunca, reparavam em seu dia-a-dia as obras de arte em nossa cidade. Na manhã seguinte, a imprensa registrou o fato. No mesmo ano vedaram as portas das principais galerias [de lojas] com um X em fita crepe, deixando um bilhete em cada uma: “O que está dentro fica, o que está fora se expande”. Em 1980, o grupo, em mais uma ação noturna, estendeu 100 metros de plástico vermelho pelos cruzamentos e entradas no anel viário da Avenida Paulista com rua Consolação. O Detran, porém, desmontava essa e outras ações do grupo, que realizou uma série de 18 intervenções pela cidade até 1982, quando dissolveu-se. (Adaptado de Celso Gitahy, “Graffiteiros passo a passo rumo à virada do milênio”, *Revista do Patrimônio Histórico*, 2, n. 3, 1995, p. 30).

3. O Mapa

Olho o mapa da cidade

Como quem examinasse

A anatomia de um corpo

(É nem que fosse o meu corpo.)

Sinto uma dor infinita

Das ruas de Porto Alegre

Onde jamais passarei.

Quando eu for, um dia desses,

Poeira ou folha levada

No vento da madrugada,

Serei um pouco do nada

Invisível, delicioso

Que faz com que o teu ar

Pareça mais um olhar,

Suave mistério amoroso,

Há tanta esquina esquisita,
Tanta nuança de paredes,
Há tanta moça bonita,

Cidade de meu andar
(Deste já tão longo andar!)
E talvez de meu repouso...

Nas ruas que não andei.
(E há uma rua encantada
Que nem em sonhos sonhei...)

(Mário Quintana, *Apontamentos de História Sobrenatural*. Porto Alegre: Globo, IEL, 1976.)

4. As favelas se constituem através de um processo arquitetônico e urbanístico singular que compõe uma estética própria, uma estética das favelas. (...) Um barraco de favela é construído pelo próprio morador, inicialmente, a partir de fragmentos de materiais encontrados por acaso. A construção é cotidiana e continuamente inacabada. (...) O tecido urbano da favela é maleável e flexível, é o percurso que determina os caminhos. (...) As ruelas e becos são quase sempre extremamente estreitos e intrincados. Subir o morro é uma experiência de percepção espacial singular, a partir das primeiras quebradas se descobre um ritmo de andar que o próprio percurso impõe. (Adaptado de Paola Berenstein Jacques, “Estética das favelas”, em www.anf.org.br).

5. O dia-a-dia das sociedades gira em torno dos objetos fixos, naturais ou criados, aos quais se aplica o trabalho. Fixos e fluxos combinados caracterizam o modo de vida de cada formação social. Fixos e fluxos influem-se mutuamente. A grande cidade é um fixo enorme, cruzado por fluxos enormes (homens, produtos, mercadorias, ordens, idéias), diversos em volume, intensidade, ritmo, duração e sentido. Aliás, as cidades se distinguem umas das outras por esses fixos e fluxos. (Milton Santos, “Fixos e fluxos – cenário para a cidade sem medo”, em *O país distorcido. O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002).

6. Cidades globais são aquelas que concentram perícia e conhecimento em serviços ligados à globalização, independente do tamanho de sua população. (...) Megacidade é outra categoria dos estudos urbanos. As megacidades são áreas urbanas com mais de 10 milhões de habitantes. (...) Algumas são megacidades e cidades globais, simultaneamente, como Nova York e São Paulo. (...) As cidades médias são outra categoria de classificação das cidades, com população entre 50 mil e 800 mil habitantes. Abaixo de 50 mil são as pequenas cidades, ideal utópico de moradia feliz no imaginário de milhares de pessoas. (Maria da Glória Gohn, “O futuro das cidades”, em www.lite.fae.unicamp.br/revista/art03.htm).

7. Se, por hipótese absurda, pudéssemos levantar e traduzir graficamente o sentido da cidade resultante da experiência inconsciente de cada habitante e depois sobrepuséssemos por transparência todos esses gráficos, obteríamos uma imagem muito semelhante à de uma pintura de Jackson Pollock, por volta de 1950: uma espécie de mapa imenso, formado de linhas e pontos coloridos, um emaranhado inextrincável de sinais, de traçados aparentemente arbitrários, de filamentos tortuosos, embaraçados, que mil vezes se cruzam, se interrompem, recomeçam e,

depois de estranhas voltas, retornam ao ponto de onde partiram.

(Giulio Carlo Argan, *História da arte como história da cidade*. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p.231).



Jackson Pollock, “Silver over Black”

8. A heterogeneidade de frequentadores dos *shopping centers* vem se ampliando e é nítida numa cidade como São Paulo, uma vez que estes, outrora destinados somente a grupos com alto poder aquisitivo, vêm abarcando, em sua expansão por outras regiões, grupos que antes não faziam parte da clientela usual. A idéia de um espaço elitizado vai sendo substituída pela de um espaço “interclasses”. Além disso, uma “centralidade lúdica” sobrepõe-se à

“centralidade do consumo”, sobretudo na esfera do lazer: especialmente aos fins de semana, os *shopping centers* transformam-se em cenários, onde ocorrem encontros, paqueras, “derivas”, ócio, exibição, tédio, passeio, consumo simbólico. Tornam-se uma espécie de “praça interbairros” que organiza a convivência, nem sempre amena, de grupos e redes sociais, sobretudo jovens, de diversos locais da cidade. (Adaptado de Heitor Frúgoli Jr., “Os Shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico”, em Silvana Maria Pitaudi e Heitor Frúgoli Jr. (orgs.), *Shopping Centers – espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: Editora Unesp, s/d, p.78).

9. O tombamento de espaços como terreiros de candomblé, sítios remanescentes de quilombos, vilas operárias, edificações típicas de migrantes e outros dessa ordem, isto é, ligados ao modo de vida (moradia, trabalho, religião) de grupos sociais e/ou etnicamente diferenciados – já não causa muita estranheza: apesar de ainda pouco comum, a inclusão de itens como esses na lista do patrimônio cultural oficial mostra a presença de outros valores que ampliam os critérios tradicionais imperantes nos órgãos de preservação. Em 1994 ocorreu, entretanto, um tombamento em São Paulo que de certa maneira se diferencia até mesmo dos acima citados: trata-se do Parque do Povo, uma área de 150.000 m², localizada em região nobre e das mais valorizadas da cidade. Dividida em vários campos de futebol de terra, é ocupada por times conhecidos como “de várzea”. (Adaptado de José Guilherme Cantor Magnani e Naira Morgado, “Futebol de várzea também é patrimônio”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996, p.175).

10. Na Rocinha não há quem não respeite o “Doutor” (cirurgião aposentado Waldir Jazbik, 75 anos). Morador há 19 anos da maior favela da zona sul do Rio de Janeiro, ele sabe que pode caminhar pelas ruas de lá sem medo, mesmo morando em uma habitação fora dos padrões locais. Sua casa, em estilo colonial, fica num terreno com mais de 10.000 m². (...) “Meus amigos da *high society* diziam que eu era maluco. Eu poderia ter escolhido uma casa num condomínio fechado aqui perto, mas preferi vir para cá. (...) Só vim para cá porque quero viver a vida que eu mereço viver.” (Adaptado de Antonio Gois e Gabriela Wolthers, “Médico busca vida tranqüila na Rocinha”, *Folha de S. Paulo*, 17 de agosto de 2003, p.C4).

PROPOSTA A

Trabalhe sua dissertação a partir do seguinte recorte temático:

A cidade é o lugar da vida, espaço físico no qual acontecem encontros, negociações, tensões, num dinamismo permanente de criação e transformação.

Instruções:

- Discuta a cidade como um espaço múltiplo;
- Argumente **em favor** de uma visão dinâmica dessa multiplicidade;
- Explore os argumentos para mostrar que a cidade é um espaço que se configura a partir de relações diversas.

PROPOSTA C

Trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

As definições do que é patrimônio histórico têm mudado, incorporando âmbitos e aspectos que ampliam o alcance do conceito e, com isso, o raio de ação da legislação. Fala-se em patrimônio edificado, mas também em patrimônio afetivo. Tudo o que é relevante para determinada comunidade pode ser considerado patrimônio.

Instruções:

- Escolha um bem urbano, **material ou não**, que você considere relevante para ser preservado em sua cidade;
- Argumente **em favor** da preservação desse bem;

<ul style="list-style-type: none">• Dirija a carta a uma pessoa que, na sua opinião, pode vir a se tornar um aliado na luta pelo tombamento desse bem.
--

8.7. Propostas da dissertação e da carta e coletânea do vestibular de 2005

APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA

O rádio demonstra constantemente sua condição de veículo indispensável no cotidiano das pessoas, ao contrário do que muitos podem pensar, quando o consideram um meio de difusão ultrapassado. Desde sua invenção, na passagem para o século XX, época em que era conhecido como “telégrafo sem fio”, o papel que exerce na sociedade vem se reafirmando. Nem o advento da televisão, nem o da Internet, determinou o seu fim. Por isso, o rádio é um objeto de reflexão instigante.

COLETÂNEA

1. A primeira transmissão de rádio realizada no Brasil ocorreu no dia 07 de setembro de 1922, na cerimônia de abertura do Centenário da Independência, na Esplanada do Castelo. Foi um grande acontecimento. O público ouviu o pronunciamento do presidente da República, Eptácio Pessoa, a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, transmitida diretamente do Teatro Municipal, além de conferências e diversas atrações. Muitas pessoas ficaram impressionadas, pensando que se tratava de algo sobrenatural. (...) Os primeiros a utilizar o rádio na publicidade foram grandes empresas, como Philips, Gessy e Bayer, que patrocinavam programas de auditório e radionovelas. Na política, o rádio também exerceu enorme influência: a propaganda eleitoral, pronunciamentos do presidente e a *Hora do Brasil* faziam parte da programação e alcançavam milhares de ouvintes. A partir de 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, o rádio se transformou em um importante veículo para difundir fatos diários e notícias do *front*. Surgia o radiojornalismo, sendo o

Repórter Esso marco dessa época. (Adaptado de “Rádio no Brasil”, em www.sunrise.com.br/amoradio, 29 de agosto de 2004).

2. Ligada à política de integração nacional do governo Getúlio Vargas, em 1935 era criada a *Hora do Brasil*, programa obrigatório de notícias oficiais. O programa existe até hoje, de segunda a sexta-feira, com o nome de *A Voz do Brasil*. A partir dos anos 90, sua obrigatoriedade tem sido contestada por várias emissoras e algumas têm conseguido, por medidas judiciais, não transmiti-lo ou, ao menos, não no horário das 19h00 às 20h00. (Adaptado de Gisela Swetlana Ortriwano, “Radiojornalismo no Brasil: fragmentos de história”, *Revista USP*, n. 56, dez.jan.fev. 2002/2003, p. 71).

3. Ao Pequeno Aparelho de Rádio

Você, pequena caixa que trouxe comigo
Cuidando que suas válvulas não quebrassem
Ao correr do barco ao trem, do trem ao abrigo
Para ouvir o que meus inimigos falassem

Junto a meu leito, para minha dor atroz
No fim da noite, de manhã bem cedo,
Lembrando as suas vitórias e o medo:
Prometa jamais perder a voz!

(1938-1941)

(Bertold Brecht, *Poemas* 1913-1956. Seleção e
tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Ed.
34, 2000, p. 272).

4. Eu ouvia o rádio com aidez de quem gosta muito dele. Outras pessoas ouviam-no comigo. Mas ... quem ouvia a minha rádio? Ainda não tinha sido inventado o transistor,

essa maravilha da tecnologia que em certo sentido revitalizou a vida do rádio depois do advento da televisão. Rádio a pilha ainda não existia. Só os de imensas e custosas baterias ou então os que eram movidos a geradores acoplados, ou mesmo movidos a acumuladores de autos em geral. (Flávio Araújo, *O rádio, o futebol e a vida*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, p. 37).

5. A Internet como meio de comunicação prevê a coexistência e complementaridade de diversas mídias. O rádio da Internet já nasce buscando em outros meios recursos que possam ser agregados à mensagem radiofônica. Isso significa a possibilidade de criação de produtos radiofônicos numa seqüência particular para cada ouvinte, inclusive com a opção de suprimir trechos ou escolher entre dois enfoques de interesse. Essa possibilidade oferecida pela Internet atua fortemente sobre o rádio e sobre uma de suas principais características como meio de comunicação: a instantaneidade. Em relação ainda ao público, a capacidade de agregar audiências de regiões antes inacessíveis possibilita a existência e sobrevivência de projetos voltados a determinados segmentos de público, que podem ser pequenos localmente mas não globalmente. (Adaptado de Lígia Maria Trigo-de-Souza, “Rádios.internet.br: o rádio que caiu na rede...”, *Revista USP*, n. 56, dez.jan.fev. 2002/2003, p. 94-5).

6. Rumo Oeste

O rádio no carro canta pelas cidades.
Já sei onde está a melhor garapa
de Araras, o melhor algodão em Leme.
Em Pirassununga o hábito do Ângelus
ainda veste de santa qualquer tarde.
O locutor e seu melhor emplastro
para curar no peito aquela velha aflição.
Todas as rádios abrem para o mundo
o coração do largo e um recado de Ester:

esta canção vai para W.J.
que ainda não esqueci.

O céu de todas as rádios
se estende para a capital:
o que se dança
em New York direto para São Simão.
Para você, Lucinha, mexer o que Deus lhe deu.

A velha teia das cidades
enleia agora as estrelas.
ao som da sétima badalada
do coração da Matriz
desligue o rádio! e respire
de passagem tudo o que fica:
são ondas soltas no ar.

(Alcides Villaça, *Viagem de Trem*. São Paulo:
Duas Cidades, 1988, p. 80).

7. Para aqueles que pensam em mídia globalizada no Brasil, basta uma viagem exploratória pelas cidades de interior para perceber que a história não é bem assim. Existem lugares em que as pessoas ainda se comunicam com recados afixados em árvores da Praça Central. Não acredita? Pois o maior grupo de cutelaria do Brasil escolheu o rádio como forma de alcançar seu público alvo. O objetivo é divulgar a marca de ferramentas e equipamentos, cuja distribuição é pulverizada em milhares de pequenos pontos-de-venda e cooperativas, através de programações especiais. (Adaptado de “Ao pé do rádio”, *Revista Grandes Idéias de Marketing*, n. 46, junho de 2000).

8. Navegando pelo site www.radiolivre.org encontramos informações sobre duas novas rádios:

“Estão abertas as inscrições para a rádio Interferência. O prazo vai até 20 de agosto. A rádio interferência é um coletivo horizontal e heterogêneo que busca possibilitar a comunicação de uma forma aberta, sem controle ou reivindicações. É uma rádio livre. Um espaço onde não há patrulhas estéticas ou ideológicas. Um lugar onde todos os discursos podem existir. É uma forma diferente de ver o mundo e que tenta ser alternativa aos grandes meios de comunicação e às tentativas de se construir um discurso contra-hegemônico baseadas no pensamento único e na representação. Um grupo onde todos têm autonomia, mas onde, ao mesmo tempo, há uma construção coletiva”. (17 de agosto de 2004).

“Rádio Uhmhhh... Agora pode ser conectada em grande parte da área central de Porto Alegre, na frequência 105,7 FM, a mais nova rádio livre da cidade. Informando, debatendo, confundindo e questionando pelas ondas de rádio. Ainda em fase experimental, a rádio Uhmhhh... é tocada no maior amadorismo, mas com muita paixão e convicção de que o acesso a informações diferenciadas realmente faz a diferença”. (6 de junho de 2004).

9. As manifestações da presença do rádio como elemento de construção da história individual se dão de diversas maneiras. Vinculações são estabelecidas através de identificações com tipos de programas em que estão presentes o musical, o jornalístico, a publicidade. Da escuta radiofônica guardam-se recordações que acabam sendo recriadas, repetidas, reconfiguradas com o passar dos anos. (Adaptado de Graziela Soares Bianchi, “A participação do rádio nas construções e sentidos do rural vivido e midiaticado”, em www.bocc.ubi.pt, 15 de agosto de 2004).

PROPOSTA A

Trabalhe sua dissertação a partir do seguinte recorte temático:

A permanente reconfiguração do rádio, com suas mudanças na forma de transmissão e de recepção, mostra-nos a força desse meio de informação, divulgação, entretenimento e contato.

Instruções:

- Discuta o rádio como meio de difusão e aproximação;
- Argumente no sentido de demonstrar sua atualidade;
- Explore argumentos que destaquem as várias formas de sua presença na sociedade.

PROPOSTA C

Trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

Atendendo aos vários segmentos do público em diferentes horários, as emissoras de rádio definem sua programação em torno de um leque variado de opções: programas de música, esportes, informação, religião, etc. Programas que um dia fizeram muito sucesso já não existem mais, como a rádio-novela e os programas de auditório.

Instruções:

- Imagine um programa de rádio que, em sua opinião, deva sair do ar;
- Argumente pela retirada desse programa da grade de programação;
- Dirija a carta a um interlocutor que possa interferir nessa decisão.

8.8. Propostas da dissertação e da carta e coletânea do vestibular de 2006

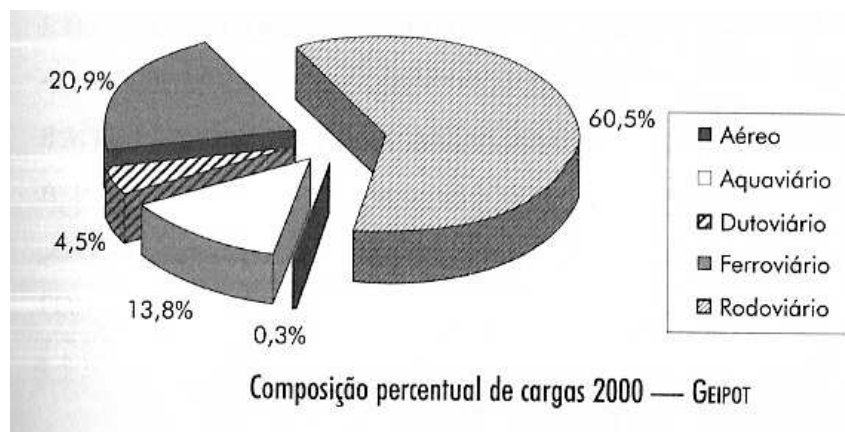
APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA

Em uma época em que quase tudo tende a circular de modo virtual, pessoas e mercadorias continuam a se deslocar fisicamente de um lugar para outro. Por isso, é importante refletir sobre os meios de transporte que possibilitam esse deslocamento.

1) “Governar é construir estradas.” (Washington Luís)

2) Em função do café, aparelharam-se portos, criaram-se novos mecanismos de crédito, empregos, revolucionaram-se os transportes. (...) Era preciso superar os inconvenientes resultantes dos caminhos precários, das cargas em lombo de burro que encareciam custos e dificultavam o fluxo adequado dos produtos. Por volta de 1850, a economia cafeeira do vale do Paraíba chegou ao auge. O problema do transporte foi em grande parte solucionado com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, mais tarde denominada Central do Brasil. As maiores iniciativas de construção de estradas de ferro decorreram da necessidade de melhorar as condições de transporte das principais mercadorias de exportação para os portos mais importantes do país. (...) O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) ficou associado à instalação da indústria automobilística, incentivando a produção de automóveis e caminhões com capitais privados, especialmente estrangeiros. Estes foram atraídos ao Brasil graças às facilidades concedidas e graças também às potencialidades do mercado brasileiro. (...) Vista em termos numéricos e de organização empresarial, a instalação da indústria automobilística representou um inegável êxito. Porém, ela se enquadrou no propósito de criar uma “civilização do automóvel” em detrimento da ampliação de meios de transporte coletivo para a grande massa. (...) Como as ferrovias foram, na prática, abandonadas, o Brasil se tornou cada vez mais dependente da extensão e conservação das rodovias e do uso dos derivados de petróleo na área de transportes. (...) No governo Médici, o projeto da rodovia Transamazônica representou um bom exemplo do espírito do “capitalismo selvagem”. Foi construída para assegurar o controle brasileiro da região – um eterno fantasma na ótica dos militares – e para assentar em agrovilas trabalhadores nordestinos. Após provocar muita destruição e engordar as empreiteiras, a obra resultou em um fracasso. (Adaptado de Boris Fausto, *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.269-270.)

3)



4) O agronegócio é o setor mais afetado pela precariedade da infra-estrutura de transporte no país. Isso porque o surto de desenvolvimento das lavouras comercialmente mais rentáveis se deu nas chamadas fronteiras agrícolas, no coração do país, em regiões distantes da costa. Como o cultivo chegou antes do asfalto, a maior parte da produção cruza o país chacoalhando em caminhões. No trajeto para a costa, nas estradas mal conservadas, a trepidação do veículo faz com que uma quantidade equivalente a cerca de 3% de toda a safra se extravie, calcula Paulo Tarso Resende, da Fundace. “O uso de hidrovias reduziria o desperdício, mas faltam investimentos”, diz ele. Perda de igual escala ocorre no porto, com multas e atrasos no traslado para os navios, pois as instalações são deficientes, faltam contêineres e as embarcações têm de esperar em filas até conseguir vaga para atracar. (Adaptado de Juliana Garçon, “Precariedade afeta mais o agronegócio”, em www.agr.feis.unesp.br, 13/02/2005.)

5) O avião

Sou mais ligeiro que um carro,
Corro bem mais que um navio.
Sou o passarinho maior

Minha barriga foi feita
Pra muita gente levar.
Trago pessoas de férias

Que até hoje você na sua vida já viu.

Vôo lá por cima das nuvens

Onde o azul muda de tom.

E se eu quiser ultrapasso fácil

A barreira do som.

E homens que vêm e que vão trabalhar.

[...]

Se você me vê lá no alto

Voando na imensidão,

Eu fico tão pequenininho

Que caibo na palma da mão.

(Toquinho. CD *Pra gente miúda II*, Mercury
Records, 1993.)

6) Chegamos ao território do trem-fantasma. Sua permanência é tão viva no imaginário popular que já virou atrativo obrigatório nos parques de diversões. O aspecto lúdico dessa representação está profundamente inscrito no inconsciente coletivo da sociedade industrial. O trenzinho – de madeira ou elétrico – é um dos brinquedos mais persistentes, um dos meios de transporte mais acessíveis ao mundo encantado da infância. E não têm sido poucas as imagens literárias, pictóricas ou fotocinematográficas que identificam a locomotiva com o animal antediluviano. Esta máquina incrível que já significou o fio condutor das mudanças revolucionárias é passada, agora, para trás. É expulsa do terreno da história. Dinossauro resfolegante e inclassificável, a locomotiva está condenada a vagar incontinenti pelos campos e redutos aflitos da solidão. (Francisco Foot Hardman, *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.39.)

7) Para Cristina Bodini, presidente da comissão de trânsito da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), os acidentes – como o que aconteceu ontem com um ônibus da prefeitura de Itatinga que transportava estudantes universitários – geralmente são causados porque “muitos veículos são obsoletos”. [...] Segundo Luís Carlos Franchini, gerente de fiscalização da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP), os veículos de transporte de estudantes são obrigados a passar por uma vistoria a cada seis meses. “No entanto, o ônibus acidentado pertencia à prefeitura de Itatinga, e por isso a ARTESP não vistoriava esse veículo. Por se tratar de um carro oficial, é a prefeitura

que deve proporcionar um agente fiscalizador”, disse Franchini. De acordo com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER) e a Polícia Rodoviária Estadual, não é possível saber quantos acidentes envolvendo veículos escolares acontecem atualmente nas estradas de São Paulo. O motivo é que os carros envolvidos em acidentes não são separados por categoria. Segundo o DER, entre janeiro e junho de 2005, houve 35.141 acidentes nas estradas paulistas, que provocaram 18.527 vítimas, das quais, 1.175 fatais. (Pablo López Guelli, “Veículos obsoletos causam acidente”. *Folha de S. Paulo*, 17/09/2005, p.C5.)

8) Paralelamente ao processo de privatização das vias terrestres, o Governo criou a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). Essa Agência regulamenta os transportes rodoviário, ferroviário e dutoviário (gases, óleos e minérios). Dentre suas atividades, estão o acompanhamento e fiscalização dos contratos das concessionárias; o controle do transporte fretado (de passageiros e de cargas), de multas rodoviárias, de registro de transporte de cargas, de excesso de peso, de vale-pedágio; o combate ao transporte clandestino, e o estabelecimento de regulamentos e procedimentos de execução de obras e serviços. A seguir, trecho da entrevista do diretor-geral da ANTT, José Alexandre Nogueira de Resende:

– A ANTT criou canais de comunicação com os usuários através de 0800, internet e uma Ouvidoria. Como tem sido essa experiência?

– Recebemos contribuições do Brasil inteiro. Atualmente, são mais de 1.500 por dia, que servem de apoio à nossa fiscalização. São denúncias, queixas, sugestões, e até mesmo críticas com relação à atuação da própria agência. As agências reguladoras se caracterizam pelo processo de transparência. As decisões são tomadas através de audiências públicas. A importância do registro nacional do transportador rodoviário de cargas ficou clara com essas contribuições que estão chegando, e há anos não era dada atenção a esse assunto. No transporte de passageiros temos recebido mais contribuições e isso nos levou a uma série de audiências para discutir a nova regulamentação do transporte de fretamento. (Adaptado de <http://www.estradas.com.br>, 19/09/2005.)

Proposta A

Com o auxílio de elementos presentes na coletânea, trabalhe sua dissertação a partir do seguinte recorte temático:

Diferentes são os meios de transporte, assim como as políticas adotadas pelo Estado para viabilizá-los. O Estado pode atuar de forma mais direta, por meio de financiamentos, concessões, isenções e privilégios fiscais, ou apenas exercer um papel regulador dos diversos setores envolvidos.

Instruções

- 1) Discuta que meio(s) de transporte deve(m) ser priorizado(s) para atender às necessidades da realidade brasileira atual.
- 2) Trabalhe seus argumentos no sentido de explicitar como esse(s) meio(s) pode(m) ser viabilizado(s) e qual poderia ser o papel do Estado nesse processo.
- 3) Explore tais argumentos de modo a justificar seu ponto de vista.

Proposta C

Com o auxílio de elementos presentes na coletânea, trabalhe sua carta a partir do seguinte recorte temático:

A atuação da sociedade civil, por meio de movimentos sociais ou ações individuais, é fundamental para a gestão dos meios de transporte. Um estímulo para essa atuação são os canais de comunicação direta com os usuários, criados por agências reguladoras de transporte.

Instruções

- 1) Selecione um problema relativo à segurança nas estradas.
- 2) Argumente no sentido de demonstrar como esse problema afeta os usuários das rodovias.

3) Dirija sua carta a uma agência reguladora de rodovias, apresentando uma reivindicação.